



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE MARÇO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Foi rejeitado o recurso para Plenário, interposto pelo L, da decisão do Presidente de não aceitar o arrastamento dos Projetos de Lei n.ºs 678 e 679/XVII/1.ª na fixação da ordem do dia.

No âmbito do Dia do Pai, o Presidente saudou todos os pais Deputados presentes.

Foram aprovados os Projetos de Deliberação n.ºs [23/XVII/1.ª](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência

— Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.ª (GOV) e [24/XVII/1.ª](#) (PAR)
— Concessão de processo de urgência — Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.ª (GOV).

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate de urgência, requerido pela IL, sobre «Os efeitos da guerra e os efeitos da sobrecarga fiscal no dia a dia dos portugueses», tendo usado da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais ([Cláudia Reis Duarte](#)), os Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Tomás Pereira](#) (L), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#)

(PAN), António Mendonça Mendes (PS), André Ventura (CH), Filipe Sousa (JPP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Alfredo Maia (PCP), Hugo Carneiro (PSD) e Rui Tavares (L).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 53/XVII/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/977, relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros, e a Diretiva (UE) 2023/2123, que altera a Decisão 2005/671/JAI, do Conselho, no que diz respeito à sua harmonização com as regras da União em matéria de proteção de dados pessoais. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Rita Júdice), os Deputados Idalina Durães (CH), Pedro Vaz (PS), Filipe Sousa (JPP), Paulo Muacho (L), Jorge Miguel Teixeira (IL), Inês de Sousa Real (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sandra Ribeiro (CH), Paula Santos (PCP) e António Rodrigues (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 60/XVII/1.^a (GOV) — Define os objetivos, as prioridades e orientações da política criminal para o biênio de 2025-2027, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal, e do Projeto de Lei n.º 476/XVII/1.^a (PCP) — Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça, os Deputados Fabian Figueiredo (BE), Bruno Nunes (CH), Filipe Sousa (JPP), Isabel Alves Moreira (PS), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Muacho (L), Rui Rocha (IL), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Elza Pais (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Gabriel (CH) e Paula Santos (PCP).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 435/XVII/1.^a (PS) — Altera o enquadramento jurídico aplicável à atividade das amas, equiparando a Creche Feliz, reforçando direitos, potenciando vagas e melhorando o tratamento fiscal, 485/XVII/1.^a (PAN) — Reforça e qualifica a atividade de ama, alargando as respostas à primeira infância e reforçando os mecanismos de proteção das crianças contra maus-tratos, alterando diversos diplomas, 491/XVII/1.^a (PCP) — Reforça os direitos das amas integradas no Instituto de Segurança Social, I.P. e altera o Decreto-lei n.º 125/2015, de 22 de junho, e 492/XVII/1.^a (BE) — Altera o regime jurídico do exercício da profissão de ama e garante uma maior proteção laboral e social, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 673/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do regime jurídico das amas, no cuidado às crianças, no sentido da promoção de medidas operacionais e de fiscalização, e desenvolvimento de políticas sociais paralelas. Intervieram, a diverso título, os Deputados Miguel Cabrita (PS), Helga Correia (PSD), Lina Pinheiro (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Alfredo Maia (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Nascimento (CH),

Paulo Nuncio (CDS-PP), Filipe Sousa (JPP), Joana Cordeiro (IL), Filipa Pinto (L), Leonor Cipriano (PSD), Margarida Afonso e Ana Bernardo (PS).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 391/XVII/1.^a (CH) — Atualiza a regulação do procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil, em particular no que diz respeito à proteção das crianças e jovens, à luz da evidência científica mais recente e em consonância com os princípios da bioética e da dignidade da pessoa humana, 479/XVII/1.^a (CDS-PP) — Protege a integridade das crianças e proíbe a utilização de bloqueadores da puberdade e/ou terapia hormonal no tratamento da incongruência ou disforia de género em menores de 18 anos, 486/XVII/1.^a (PSD) — Altera o regime jurídico de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e 493/XVII/1.^a (BE) — Altera a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e estabelece o quadro jurídico da sua implementação. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados Madalena Cordeiro (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Andreia Neto (PSD), Filipa Pinto (L), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), Isabel Alves Moreira (PS), António Rodrigues (PSD), José Carvalho (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L), Marta Patrícia Silva (IL) e Rita Matias (CH).

Apreciaram-se os Projetos de Resolução n.ºs 474/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime venezuelano e apoie a transição democrática no país, 573/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à comunidade portuguesa na Venezuela e a intensificação de esforços que garantam a libertação dos presos políticos portugueses e lusodescendentes, 672/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que defenda uma solução de paz, democracia e liberdade para o povo venezuelano, 674/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que apoie a transição democrática na República Bolivariana da Venezuela, o regresso livre dos líderes da oposição e a realização de eleições justas e transparentes, 677/XVII/1.^a (PCP) — Pelo respeito do direito internacional e da soberania e independência nacional da República Bolivariana da Venezuela, 681/XVII/1.^a (L) — Em defesa do direito internacional e de uma transição democrática para o povo venezuelano e 683/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a rejeição do plano de intervenção e transição imposto pelos Estados Unidos da América na Venezuela, a defesa da soberania do povo venezuelano e do direito internacional. Intervieram os Deputados Rui Rocha (IL), Emanuel Câmara (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L), Fabian Figueiredo (BE), Ricardo Dias Pinto (CH), Filipe Sousa (JPP), Paulo Neves (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Catarina Louro (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias para o público assistir.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Pausa.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, sendo que, antes de entrarmos na ordem de dia, o Grupo Parlamentar do Livre pretende recorrer de uma decisão minha de não permitir o arrastamento de um diploma, por falta de conexão material, e tem... é assim, não é?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Lá sabem!...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a agenda é longa.

O grupo parlamentar está no seu direito e tem 2 minutos para poder fundamentar o recurso, porque ele impacta na ordem do dia, uma vez que o diploma será depois considerado, ou não, em função do resultado da votação do recurso.

Portanto, o grupo parlamentar tem 2 minutos para fundamentar e, a seguir, eu coloco-o à votação. Conforme for o resultado, logo veremos se inserimos ou não o diploma em causa na ordem do dia. Faça favor, Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, efetivamente, o Livre pediu o arrastamento de dois projetos de resolução ao quarto ponto da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Proposta de Lei n.º 60/XVII/1.^a (GOV), que define os objetivos, as prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2025-2027.

Referimo-nos, especificamente, ao Projeto de Resolução n.º 678/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação de um mecanismo de avaliação de impacto em direitos humanos na execução da política criminal, uma vez que se insere no mesmo ciclo bienal de política criminal da proposta que está em discussão. Aliás, partilha os mesmos pressupostos normativos — a Lei-Quadro da Política Criminal —, incide sobre os mesmos atores e visa complementar, com uma lente de monitorização do impacto em direitos fundamentais, as escolhas de política criminal.

Por outro lado, referimo-nos também ao Projeto de Resolução n.º 679/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a divulgação dos critérios de «zona urbana sensível» e de «zonas com criminalidade de impacto social». Considerando que a própria Proposta de Lei n.º 60/XVII/1.^a introduz e utiliza expressamente conceitos como o de «zonas com criminalidade de impacto social» como um critério de policiamento, aquilo que o projeto de resolução em questão pretende é a clarificação sobre a definição e a divulgação dos critérios que determinam esta classificação.

Sr. Presidente, nós apresentamos este recurso porque tem sido reiterado o Grupo Parlamentar do PSD questionar a conexão material de várias iniciativas, nomeadamente do Livre, e, em muitas circunstâncias, tem tido respaldo naquele que é o entendimento do Sr. Presidente da Assembleia da República. Na nossa opinião, esta é uma interpretação excessivamente restritiva, que limita a capacidade de iniciativa legislativa dos grupos parlamentares e, por essa via, restringe a democracia.

Como ficou claro da mera explanação do objeto dos projetos de resolução do Livre, eles reportam-se, precisamente, àquilo que consta da lei de política criminal e, portanto, parece-nos que é óbvio que devem ser discutidos ao mesmo tempo. Por isso, pedimos também que os vários grupos parlamentares o aceitem.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só duas pequenas precisões. Primeiro, qualquer despacho meu relativamente a matérias como esta não tem nenhuma ligação ao facto de vir do PSD, do Chega, do Livre... Portanto, fez aí uma observação que poderia indiciar que havia alguma discriminação, mas ela não existe.

Em segundo, a explicitação da falta de conexão material/substantiva foi, no meu entender, claramente feita no meu despacho, que foi enviado para todos os grupos parlamentares, quando foi objeto de pedido de reconsideração. Portanto, toda a minha fundamentação está expressa nesse despacho que foi enviado para todos os grupos parlamentares.

Continuo a entender que não há uma conexão substantiva/material em relação a este tema, pelas razões que ali são expostas, e agora, como diz o Regimento, será o Plenário a decidir se o recurso do Grupo Parlamentar do Livre deve ou não ter acolhimento.

Assim, vou colocar à votação o recurso do Livre, não existindo período de debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas devia haver!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Um minuto!

O Sr. **Presidente**: — Não há período de debate porque é para alteração da ordem do dia. Ou seja, ao abrigo do artigo 59.º do Regimento, implica ou não implica uma alteração à ordem do dia, e, portanto, é nessa base que o recurso é feito.

Pausa.

Só queria dizer que tive o cuidado de enviar previamente o despacho para todos os grupos parlamentares porque a densidade do tema não dava para estar aqui... é só isso.

Pausa.

Vou então colocar o recurso à votação e, se tiver vencimento, irá ser alterada a ordem de dia, acrescentando-se os diplomas em causa; se não tiver vencimento, mantém-se a ordem de dia tal como está no nosso guião.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Sendo assim, o resultado da votação significa que o recurso não tem vencimento e, portanto, mantém-se a ordem do dia tal como consta do nosso guião.

Antes de passar ao primeiro ponto, relativo à votação dos projetos de deliberação de concessão de processos de urgência, que transitaram de ontem para hoje, não queria deixar de, no Dia do Pai, fazer uma saudação especial a todos os pais Deputados que estão nesta Assembleia.

Aplausos gerais.

Passamos então à votação dos Projetos de Deliberação n.ºs 23/XVII/1.^a (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.^a (GOV) e 24/XVII/1.^a (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.^a (GOV).

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e a abstenção do PS.

O Sr. Deputado Luís Moreira Testa pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, era para anunciar à Câmara que entregaremos uma declaração de voto por escrito relativamente a esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos entrar no segundo ponto da agenda, que consiste no debate de urgência, requerido pela Iniciativa Liberal, sobre «Os efeitos da guerra e os efeitos da sobrecarga fiscal no dia a dia dos portugueses».

Para a intervenção de abertura, dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que tem 6 minutos para o efeito.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal convocou este debate de urgência porque, neste momento, existe uma enorme emergência, uma emergência no bolso dos portugueses.

Quando os portugueses vão à bomba de gasolina abastecer o seu carro, na verdade, estão a abastecer dois depósitos: metade daquilo que pagam vai para a sua viatura, a outra metade vai para os cofres do Estado, sendo que Portugal tem das mais elevadas tributações sobre os combustíveis.

Na verdade, Portugal tem uma fiscalidade da Noruega sem que os portugueses, infelizmente, tenham os salários da Noruega. E se a situação já era preocupante antes da guerra, ainda mais ficou com os aumentos recentes.

Mais grave ainda: nós temos dupla tributação. O IVA (imposto sobre o valor acrescentado) que os portugueses pagam quando abastecem o seu carro incide não apenas sobre o combustível, mas também sobre um imposto, sobre o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos). Esta situação de dupla tributação é absolutamente vergonhosa e tem de ser denunciada.

Antecipando que alguns Srs. Deputados possam alegar que isto é feito ao abrigo da Diretiva 2006/112/CE, é bom recordar que em pandemia conseguimos, justamente, compensar o efeito do IVA para que fosse neutro para os portugueses. Porque o que está aqui em causa não é fiscalidade, não é fisco, é confisco! — e nós não o podemos permitir. Temos de denunciar esta situação, e este momento de emergência para o bolso dos portugueses é um bom momento para começarmos a resolver esta situação.

Portanto, temos de apresentar um conjunto de medidas que possa aliviar esta pressão sobre o bolso dos portugueses.

Ainda ontem, o Sr. Primeiro-Ministro falou de uma redução adicional na botija de gás solidária. Pois nós queremos ir mais longe, porque os portugueses precisam mesmo que o façamos, e propomos uma redução do IVA na botija de gás — de todas as botijas de gás! — para 6 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso não é possível!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É uma medida da mais elementar justiça, quando são aqueles que usam a botija de gás que são já prejudicados por não terem gás canalizado, exatamente o mesmo gás canalizado que beneficia de um IVA de 6 % — estamos a falar de uma dupla penalização. Vamos ajudar 2,6 milhões de famílias.

Temos também de encontrar alternativas ao uso do transporte pessoal. É imperioso reforçar o transporte de uso público, para que os portugueses encontrem uma alternativa ao uso do seu carro.

Mais ainda: temos de reverter a lei criada pelo Partido Socialista para regular o teletrabalho, que o que veio fazer foi dificultar o teletrabalho. Portanto, para que as pessoas tenham a oportunidade e a capacidade de não terem de usar o carro para irem para o trabalho, esta é uma ótima alternativa, é uma oportunidade para o podermos fazer.

Mas este também deve ser um debate sobre o futuro, sobre medidas estruturais para Portugal. Temos de ter independência energética, e esta já não é uma questão de somenos, apenas uma questão económica, é uma questão de soberania.

Para isso, temos de acelerar a transição energética. Temos de voltar a recuperar o IVA reduzido nos painéis solares, uma medida que o Governo decidiu não prorrogar — foi uma opção deste Governo! — e, com isso, dificultar a transição energética, que tão importante seria neste momento. Temos também de acelerar os licenciamentos das energias renováveis e temos, de uma vez por todas, de acelerar a prospeção de recursos naturais.

A Noruega não é rica apenas porque quis, mas porque tem os seus recursos naturais e os explora, nomeadamente petróleo. Portugal tem as maiores reservas de lítio de toda a Europa e uma das maiores do

mundo — 60 000 toneladas —, mas apesar disso, Srs. Deputados, pergunto: quanto é que nós produzimos por ano? Apenas 300 a 400 toneladas.

Temos também enormes reservas de gás natural, mas temos uma enorme dependência de gás natural do exterior. Pois bem, está na hora de começarmos a explorar essas reservas.

E temos de estender as nossas medidas também às empresas. O Governo anunciou o gasóleo profissional, mas temos de estender este apoio ao gasóleo agrícola e a todas as empresas que têm grande dependência dos custos energéticos — como, por exemplo, as empresas de cerâmicas. Para estas empresas em particular, deve ser possível fazer uma dedução, em sede de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), com as empresas bem identificadas — aquelas que efetivamente precisam de ajuda —, para que não estejam amanhã a fazer um despedimento coletivo porque nós não fomos capazes de as ajudar hoje.

Portanto, estas são medidas fundamentais, complementares àquelas que o Governo apresentou, e que vão muito mais além daquilo que o Governo aqui discutiu ontem. Porque o que nós ouvimos foi coisas, como «fixação de preços», que nós sabemos que não funcionam — não funcionam cá, não funcionam em lado nenhum.

Geralmente, essas propostas vêm do Partido Comunista, mas ontem vieram do próprio Governo, vieram do PSD. A fixação de preços não funciona e, de duas uma: ou gera racionamento nas bombas de gasolina ou então vamos estar a subsidiar para que as pessoas possam comprar combustível, voltando ao tempo de António Guterres.

Por isso, estas medidas não são nossas, estas medidas são dos e para os portugueses, e é isso que temos de discutir hoje.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, e começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Tomás Cardoso Pereira, que dispõe de 2 minutos para o efeito. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidadãos nas galerias, queria começar por agradecer à Iniciativa Liberal a marcação deste debate sobre um tema muito importante, mas também queria lamentar que a Iniciativa Liberal não tenha, em nenhum momento da intervenção do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, referido porque é que estamos aqui a debater isto, não tenha referido qual é a causa desta inflação.

É que esta é a inflação de Trump...

Vozes do L: — Ora bem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... e, sobre isso, infelizmente, o Sr. Deputado não disse absolutamente nada.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e do Deputado do CH Pedro Pinto.

Não disse absolutamente nada, o que é lamentável.

Mas há uma razão muito simples para isso, é que parte da ortodoxia liberal! Isto é pura ortodoxia liberal, porque não interessa a causa, o que interessa é que, independentemente da causa, a Iniciativa Liberal já sabe a solução.

A economia está boa? É preciso baixar impostos.

A economia está má? Também é preciso baixar impostos.

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

A economia está mais ou menos? É preciso baixar impostos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim! E é verdade!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Não interessa a causa. A solução, para a Iniciativa Liberal, é uma e apenas uma: baixar impostos, independentemente da causa.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É a cassete!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Ó Srs. Deputados, até podemos concordar que, em algumas instâncias, faz sentido descer impostos. E nós defendemos descidas de impostos sobre o trabalho; defendemos, por exemplo, um mecanismo de devolução do IVA gasto em bens essenciais, direcionado às famílias com menores rendimentos, através da plataforma e-fatura. Porque é que a Iniciativa Liberal não se lembrou disso?

Nós também defendemos ideias para preços acessíveis, como uma maior abrangência da tarifa social da eletricidade, para garantir que as famílias enfrentem os custos no aumento dos preços de energia. Porque é que a Iniciativa Liberal não se lembrou disso?!

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós também defendemos um passe de mobilidade nacional,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é que é importante!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... para garantir que as famílias tenham mais acesso aos transportes públicos, e uma extensão daquilo que era o passe ferroviário nacional. Porque é que a Iniciativa Liberal também não se lembrou disso?!

Tenho uma ideia de porque é que a Iniciativa Liberal não se lembrou disso: porque só se lembra de baixar impostos às grandes empresas, aos super-ricos, aos hiper-ricos.

Protestos da IL e do CDS-PP.

É a única...

Continuação de protestos da IL.

É a ortodoxia liberal em todo o seu esplendor.

Aplausos do L.

Sr.^{as} e Srs. Deputados da Iniciativa Liberal, queria perguntar-vos se se lembram de algum empresário de máscaras e de álcool-gel que tenha ido à falência durante a pandemia. Lembram-se?

O Deputado da IL Mário Amorim Lopes abanou a cabeça em sinal negativo.

Claro que não se lembram.

Sabem o que é que estava em vigor nessa altura, Sr.^{as} e Srs. Deputados? A fixação de margens de lucro em 15 % na venda de máscaras e de álcool-gel,...

Aplausos do L.

... e não me lembro de nenhum empresário desses produtos que tenha ido à falência. Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque, no contexto certo, a fixação de margens de lucro funciona e faz falta a Portugal.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ele disse Trump, não disse Ventura! Calma!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alberto Fonseca, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, queria começar por cumprimentar a Iniciativa Liberal por trazer este tema a debate. Confesso que a Iniciativa Liberal era o último partido que imaginava que viesse aqui pedir mais intervenção do Estado. Para um partido liberal, rapidamente se adaptaram à realidade.

Mas, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que o que aqui trouxe foi só blá-blá-blá, foi só conversa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O quê?!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Não temos uma única iniciativa legislativa para apreciar e para votar. É só conversa, e é pouca ação.

Ação temos tido por parte do Governo, que, em menos de dois anos, promoveu a maior redução de carga fiscal da nossa história, da qual não temos paralelo. São quase 4 mil milhões de euros e, muito importante, sem colocar em causa as contas públicas,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O Governo tem tempo para estar presente!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — ... com redução de impostos, com redução da dívida pública. Ou seja, estamos a reduzir a carga fiscal no presente e estamos a reduzir a carga fiscal para o futuro.

Reduzimos, já por quatro vezes, o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) para as famílias; reduzimos, para as empresas, o IRC; estamos a reduzir os impostos para os jovens, com o IRS Jovem, o IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis) e o imposto do selo; reduzimos também, com o pacote fiscal para a habitação, os impostos dos portugueses no acesso à habitação.

Somos a economia do ano, por uma prestigiada publicação, porque temos uma economia que cresce muito acima da média europeia.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Blá-blá-blá!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Temos o maior número de pessoas empregadas da nossa história, e o rendimento líquido dos portugueses é aquele que mais cresce entre os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

E tudo isto de forma tranquila, com responsabilidade, o que permite aos portugueses estarem mais bem preparados para enfrentar estes novos desafios.

Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que os efeitos desta guerra são muito diferentes dos efeitos da guerra da Ucrânia. Ainda assim, o anterior Governo do Partido Socialista demorou mais de 400 dias a implementar o IVA zero...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — ... e demorou mais de 200 dias a reduzir o IVA da eletricidade.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Já ouvimos isso ontem! Blá-blá-blá!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Por isso é que estamos a pedir agora!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Agora, o Governo português foi dos primeiros a implementar medidas de resposta às consequências da guerra,...

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — ... logo nos primeiros dias, mesmo antes do seu impacto, nomeadamente nos preços dos combustíveis, onde já estamos abaixo da média europeia.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — De Espanha!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Pode ser surpresa para o Sr. Deputado e para muitos dos portugueses, mas o preço dos combustíveis hoje é inferior à média europeia.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, tem 3 minutos para responder aos dois pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Tomás Cardoso Pereira pergunta porque é que a Iniciativa Liberal não veio para aqui falar de Trump, mas sim dos problemas que afetam o bolso dos portugueses!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — E porque é que está a afetar?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está respondido:...

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Porque é que está a afetar? Qual é a causa?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... porque nós nos preocupamos com os problemas que afetam o bolso dos portugueses.

Mas repare, nós nunca fugimos a essa questão!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Porque é que não falaram disso?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós nunca acompanhámos a invasão do Iraque. Mas digo-lhe uma coisa: na Iniciativa Liberal, não ficamos, nem por 1 segundo, a chorar a queda de um dos regimes mais torcionários do mundo,...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Nós também não!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... que persegue mulheres, que persegue até homossexuais, que persegue pessoas. Portanto, não vamos chorar isso, certamente.

Estamos preocupados com os portugueses, e as medidas que apresentamos — sim! — são para baixar a carga fiscal, porque Portugal tem das cargas fiscais mais elevadas da Europa, tendo em conta a capacidade de pagar dos portugueses.

Qual é a solução do Livre?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É pôr quem pode a pagar!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Fica aqui muito bem feito o contraste: a solução do Livre é aumentar impostos!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Não foi o que eu disse!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É essa a solução do Livre, aumentar impostos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não ouviu?!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Não ouviu!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Para qualquer problema, como é que se resolve? Aumentam-se impostos, ou então sugerem-se *kits* de *TikTok* e de *walkie-talkies*.

Sr. Deputado Alberto Fonseca, não percebi a questão. Acho que não fez uma questão... Não percebi a sua questão. Ouvi muita propaganda, de facto.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Foi blá-blá-blá!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Propaganda, houve muita.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Blá-blá-blá!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Foi a mesma propaganda de ontem, foi exatamente a mesma propaganda de ontem.

Protestos de Deputados do PSD.

A nossa postura aqui é uma postura construtiva. Repare que não viemos criticar as medidas do Governo, o que viemos dizer é que são curtas — com exceção, naturalmente, da fixação de preços, que é uma coisa absurda que poderia ter vindo ali da bancada do PCP. Com exceção disso, o que dizemos é que as medidas são curtas; que aquilo que está a ser o sufoco no bolso dos portugueses exige mais.

Se os portugueses pagam impostos até junho — recorde que o dia da libertação de impostos em Portugal é no final de junho —, se os portugueses passam um ano a trabalhar e só começam a trabalhar para o seu bolso a partir de junho, então, o mínimo que se exige, e não é pedir muito, é que em momentos de sufoco o Estado seja capaz de, pelo menos, devolver algum.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — É isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É o que estamos a dizer: devolver algum.

Daí que estejamos a apelar a que possamos ir mais longe com estas medidas, para auxiliarmos os portugueses neste momento, que é um momento circunscrito no tempo — espera-se que a guerra termine —,...

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Ah! Afinal fico mais descansado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... mas tem de ser feito de uma forma determinada e decisiva. Aquilo que o Governo apresentou ontem é ainda curto, daí acharmos importante complementar essas medidas com outras.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. Deputado disse que não ouviu as questões. Provavelmente não ouviu, ontem, enquanto estava a escrever a questão, porque eu sugeri várias medidas, e temos todo o gosto em entregar-lhe essas medidas. Olhe, nós não temos problema nenhum em que o Governo pegue nas nossas medidas, que as implemente, que diga que são suas e que fique com os louros todos. Sabe porquê? Porque estas medidas não são nossas, são dos portugueses e para os portugueses.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, olhe, fiquem com elas, desde que as implementem.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Como as galerias já estão bastante cheias, vou aproveitar agora, antes de dar a palavra ao próximo orador, para anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores do Agrupamento de Escolas Poeta António Aleixo, de Portimão; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo; alunos e professores do Externato Cooperativo da Benedita; cidadãos do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira; alunos e professores da Escola Secundária Avelar Brotero, de Coimbra; alunos e professores da Escola Secundária José Cardoso Pires, de Santo António dos Cavaleiros; alunos e professores da Escola Profissional CEFAD, de Lisboa; alunos do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, de Braga; um grupo de cidadãos da Junta Freguesia de Santa Clara, de Lisboa; um grupo de convidados da Juventude Socialista de Leiria; alunos da Faculdade de Direito de Lisboa; e o Grupo Folclórico de Santa Maria de Aveleda, Braga, que abrilhantou os Passos Perdidos, com uma intervenção antes dos nossos trabalhos.

Aplausos gerais, de pé.

Continuando os nossos trabalhos, dou a palavra, para uma intervenção, à Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais. Faça favor, Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado e dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A situação de conflito no Médio Oriente está a ter um efeito direto sobre os preços da energia e sobre o custo da gasolina e do gasóleo, a que somos, naturalmente, sensíveis.

Perante esta realidade, o Governo tem vindo a adotar um conjunto de medidas para conter o aumento do preço dos combustíveis e apoiar as famílias economicamente mais vulneráveis. Aliás, o Governo português foi, como sabem, um dos primeiros a reagir. Aprovámos, logo na primeira semana após o conflito, um mecanismo de desconto extraordinário e temporário no imposto sobre os produtos petrolíferos, que o que faz é devolver aos contribuintes a receita adicional de IVA que resulta da alteração de preço dos combustíveis.

Mas não ficámos por aqui. Tal como o Sr. Primeiro-Ministro anunciou ontem, nesta Casa, o Governo irá aumentar em 10 € o apoio à compra de botijas de gás,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado e dos Assuntos Fiscais**: — ... e este apoio significa cerca de 80 % do preço da botija de gás para as famílias de menores rendimentos; criar um mecanismo extraordinário, sob a forma de reembolso de 0,10 €/l no gasóleo profissional, para empresas de transporte e associações humanitárias, mitigando o impacto do aumento de custos no transporte e na distribuição; e criar um enquadramento legal que permita a adoção de medidas excecionais de proteção de consumidores através da limitação de preços, em situações de crise energética a nível europeu. Vai, além disso, reforçar a proteção dos consumidores mais vulneráveis, assegurando a garantia de fornecimento mínimo de energia.

Estas são medidas concretas, são medidas com impacto imediato e palpável na situação das famílias e das empresas portuguesas.

Vivemos hoje uma situação e uma conjuntura de grande incerteza quanto aos efeitos e à duração deste conflito no Médio Oriente. Esta incerteza reclama, Srs. Deputados, serenidade, prudência e equilíbrio na calibragem das medidas a adotar.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Por isso, estamos e continuaremos a acompanhar a situação de forma permanente e adotando as medidas que as circunstâncias imponham e justifiquem, com equilíbrio, com responsabilidade orçamental, tendo presente o fim último que, estou certa, partilhamos todos, que é a melhoria da vida dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Secretária de Estado, tem dois pedidos de esclarecimento. O primeiro é do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da IL, tendo um tempo disponível de 54 segundos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado Cláudia Reis Duarte, o Sr. Primeiro-Ministro veio ontem a esta Casa falar-nos da fixação de preços. Não era o PCP, era mesmo o Sr. Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não vale de nada, não vale de nada, mas o PCP está sempre a ser mencionado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Foi incapaz de nos explicar no que é que isso consiste: se estamos a falar de uma subsidiação, como havia no tempo de António Guterres, em que colocávamos portugueses mais pobres a subsidiar o consumo de combustível por parte de portugueses mais ricos; ou, então, se é uma fixação administrativa que, pura e simplesmente, não funciona. Bom, alguns Deputados do Livre, do PCP e do Bloco acreditam que funciona.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Proponham isso na Madeira!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, o que tenho de perguntar à Sr.^a Secretária de Estado é: no que consiste a fixação de preços?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Secretária de Estado e os restantes membros do Governo.

Em relação ao debate que hoje a Iniciativa Liberal nos trouxe, já ficou claro que aproveitaram para pôr as garras de fora e dizer ao que vêm, ou seja, que funcione o mercado selvagem...

Vozes da IL: — Ui! Selvagem!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e liberal, inclusivamente para destruir o património natural do País. Ao invés de estarem com as populações, estão contra as populações para, mais uma vez, aproveitarem a oportunidade que Trump vos deu para destruir.

Sr.^a Secretária de Estado, há problemas sérios do País que se podem antecipar, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à habitação, porque, apesar de o BCE (Banco Central Europeu) não ter subido as taxas de juros, sabemos que daqui a três meses isso pode vir a acontecer.

No entanto, ainda ontem questionámos o Sr. Primeiro-Ministro, que insiste que ainda não é necessário intervir em matéria de taxas de juros e de apoio às famílias na habitação. Parece-nos que este seria o tempo para o Governo prever medidas nessa dimensão para depois não correremos atrás do prejuízo.

Por outro lado, também não compreendemos a resistência em relação ao IVA zero no cabaz essencial. As famílias, que neste momento veem os seus bolsos ficar cada vez mais vazios e o salário a não chegar ao fim do mês, têm de estar a fazer o sacrifício em relação ao supermercado ou até mesmo ao abastecimento, e não terem respostas claras do Governo sobre o cabaz essencial parece-nos uma perversidade fiscal, que não conseguimos acompanhar.

Perguntamos se está ou não disponível para...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Secretária de Estado, tem 3 minutos para poder responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, a fixação de preços resulta do desenho de um enquadramento legal que tem que ver com a proteção dos consumidores, de facto, através da limitação de preços em situações em que seja declarada crise energética, sobretudo a nível europeu. Portanto, é só disso que estamos a falar.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quanto às taxas de juros e aos outros temas que mencionou, repito e reitero não só o que disse há pouco, como o que disse o Sr. Primeiro-Ministro ontem: neste momento, é preciso serenidade e é preciso acompanhar. Não vamos antecipar impactos que, tendo em conta o nível de incerteza e não sabermos qual vai ser a evolução nem a duração deste conflito, ainda não se verificaram. Vamos esperar serenamente, acompanhar, avaliar e tomar, em cada momento, as medidas que se impuserem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, do Partido Socialista.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Perante a crise, o Governo toma medidas às pinguinhas. É caso para dizer que é melhor do que nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem, o PS a falar de pinguinhas!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Estas são as exatas palavras de Luís Montenegro, em agosto de 2022, enquanto líder da oposição. Seguramente, pode voltar a repeti-las agora, em março de 2026, enquanto chefe do Governo.

O assunto que nos traz aqui hoje é sério. As consequências económicas e sociais da guerra no Irão, ao arrepio do direito internacional e que muitos nesta Câmara se apressaram a apoiar, serão devastadoras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais um aiatola!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O primeiro sinal visível para as famílias e as empresas é o brutal aumento do preço dos combustíveis. As consequências para toda a economia começam a ser claras, com o indicador diário de hoje do Banco de Portugal a indicar que a atividade económica está a afundar. O que temos pela frente exige muito sentido de responsabilidade para com o País e a lealdade absoluta entre a oposição e o Governo.

Se quisermos sair da retórica e olharmos com verdade para a situação que temos de enfrentar, teremos de conceder que Portugal está hoje mais e melhor preparado para enfrentar e responder à crise. As contas certas trouxeram-nos maior grau de independência e flexibilidade nas respostas. A redução da dependência energética para o exterior, de mais de 90 % para pouco mais de 60 % na última década, mostra o acerto da maior reforma estrutural deste País nos últimos e que foi a aposta nas energias renováveis, que iniciámos em 2005.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estarmos mais e melhor preparados só nos confere uma maior responsabilidade para erguer um escudo de proteção económica e social que não se compadece com inércias e com hesitações. Não podemos enfrentar a crise com medidas de faz-de-conta.

Nos combustíveis, o Governo pode e deve fazer mais. Até agora, o Governo apenas baixou o ISP na proporção daquilo que arrecada a mais em IVA pelo aumento dos preços.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não foi o que vocês fizeram?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Esta medida não representa nenhum esforço fiscal. Se queremos, sem truques e em emergência, baixar a fatura dos combustíveis às famílias e às empresas, temos a obrigação de reduzir o ISP na proporção do que seria uma descida de 10 pontos percentuais do IVA.

Aplausos do PS.

Esta foi a medida mais potente de combate à inflação adotada pelo Governo do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É preciso ter lata! É preciso ter uma grande lata!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Quero aqui recordar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que em setembro de 2022, num contexto semelhante, Luís Montenegro e Miranda Sarmento defendiam a descida do IVA dos combustíveis ainda mais acentuada para 6 %.

No aumento do custo de vida, o Governo não pode deixar de olhar, desde já, para o preço dos bens alimentares. Em setembro de 2022, Luís Montenegro e Miranda Sarmento defendiam a distribuição de um vale alimentar mensal de 40 € para as famílias com rendimentos até ao 3.º escalão de IRS. Hoje, não só se esquecem do que fizeram em verões passados, como teimam em ignorar o sucesso que a medida do IVA zero teve no contexto inflacionário para a proteção das famílias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que é possível dizer uma coisa destas?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, construir, desde já, um escudo de proteção económica e social constitui um imperativo de atuação do País para com as famílias e as empresas.

Desde o primeiro momento que nos colocámos à disposição do País para ajudar. O Governo não pode nem deve fechar-se numa autossuficiência que objetivamente não tem. Portugal foi dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) que mais recursos, em percentagem do PIB, alocou à resposta à crise inflacionista decorrente da guerra da Ucrânia e com resultados que estão à vista.

Aos poucos e às pinguinhas, o Governo vai recuperando medidas desenhadas e pensadas no contexto da anterior crise. Recebeu também, nesta dimensão, um País mais preparado. Haja, por isso, humildade de trabalhar em conjunto e menos retórica, que muitas vezes não corresponde a mais do que um exercício de desonestidade política e de ajuste de contas com um passado que lhes foi menos sorridente.

Portugal e os portugueses merecem, perante o horror de uma ordem internacional governada pela lei da força, que os políticos possam construir um escudo de proteção económica e social para mitigar as consequências negativas que tem sobre as famílias e as empresas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, antes de me referir ao que se passa e à situação em relação ao Governo, não posso deixar de dizer isto: é de uma lata descomunal o Partido Socialista vir falar disto ao Parlamento!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Deputado, só em 2022 e 2023, foram 23 os projetos de lei — repito, 23! — apresentados pelos partidos da oposição para descer o ISP, para aumentar o desconto dos combustíveis, para diminuir o IVA dos combustíveis. Todos eles foram chumbados pelo Partido Socialista!

Aplausos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

E agora vem aqui dizer que o Governo não está a fazer bem?! Mas que falta de vergonha se tornou este Partido Socialista, que fez tudo para que as pessoas vivessem em asfixia devido ao preço dos bens alimentares e dos combustíveis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado conseguiu subir à tribuna e dizer que não estão a fazer nada e que deviam fazer mais. O Sr. Deputado, eles deviam fazer mais e os senhores deviam ter mais vergonha, que é uma coisa que não têm, quando falam deste assunto.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Nós não podemos dizer às pessoas que estamos a devolver efetivamente aquilo que estão a pagar a mais nos combustíveis, quando o Governo faz um aumento a partir dos 10 cêntimos, que depois se aplica ao gasóleo, mas não à gasolina, e quando, na verdade, não consegue devolver na proporção certa aquilo que está a recolher. Neste momento, era o que devia fazer, porque o Governo não estimou esta receita, não estimou no Orçamento do Estado, e está a ganhar dinheiro com o aumento dos combustíveis.

Vozes do CH: — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não está!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Basta ver que a receita do ISP é a maior de sempre — é a maior de sempre! — e isso não é só mais consumo, é mais consumo e mais impostos, porque neste País paga-se o combustível e os impostos. Ao menos, façam uma coisa: devolvam parte dos impostos que as pessoas têm de pagar a mais.

Aplausos do CH.

Sr.^a Secretária de Estado, era importante comprometer-se com isto, que o Governo assegure, verdadeiramente, a devolução de tudo o que vai cobrar a mais em receita fiscal nesta matéria. Se for assim, estamos de acordo. O Governo devolve aquilo que não estimou, aquilo que é uma sobrecarga para as pessoas. E o mesmo em relação ao IVA zero sobre os alimentos.

Recordo, Sr.^a Secretária de Estado, que o cabaz alimentar atingiu hoje o valor mais alto da sua história: 254,72 €. É tempo de pormos o IVA a zero nos bens alimentares, e acho que o Governo o pode fazer.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ai é?! Ah!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais uma vez, Srs. Deputados do PS, ouço-vos dizer «sim, sim, sim, sim, sim, sim», mas nós apresentámos iniciativas e os senhores votaram contra.

Aplausos do CH.

Por isso, tenham um bocado de vergonha em relação a isso. Estão aí a dizer «sim, sim, sim, sim, sim, sim», mas nós apresentámos medidas e votaram contra.

Só para terminar, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, estamos de acordo quanto a haver fiscalidade a mais sobre os combustíveis e também compreendo aquilo que diz de que este Parlamento deve é decidir sobre coisas dessas.

Mas queria recordar que o Chega apresentou uma proposta para outra coisa que era importante, que era acabar com portagens, e os senhores votaram contra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Importante para as pessoas é pagarem menos.
Recordo também que sobre as taxas de carbono que nós estamos a tentar acabar...

Protestos da IL.

Deixem lá falar!

Sobre as taxas de carbono, que nós estamos a tentar acabar, os senhores andam de joelhos em Bruxelas a apoiá-las, com o vosso grupo europeu!

Aplausos do CH.

Protestos da IL.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso é só dar música!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade! É verdade!

Já agora, Sr. Deputado, tomei boa nota da sua crítica quando houve o debate sobre o racismo. O Sr. Deputado disse assim: «Há uma coisa que tenho de dizer, olhos nos olhos, ao Deputado André Ventura hoje. É que fazer um debate de racismo sem propostas não é debate, é propaganda.»

Pois, eu tive a preocupação de ir ver as propostas da Iniciativa Liberal, nos últimos 15 dias, sobre esta matéria. Sabem quantas há? Sabem quantas há? Zero.

Vozes do CH: — Zero!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas eu vou dizer ao País outra coisa hoje. Sabem qual é a última proposta da Iniciativa Liberal para resolver os grandes problemas dos portugueses? É a preservação do património digital do Estado, nomeadamente os *blogs* do *sapo.pt*. É esta a inutilidade que está à nossa volta neste momento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Quem está a assistir aos nossos trabalhos não se pode manifestar nem a favor nem contra as intervenções que são feitas no Plenário. Portanto, pedia às pessoas que estão a acompanhar os nossos trabalhos que tenham atenção a essa regra do nosso Parlamento.

Sr. Deputado André Ventura, tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado António Mendonça Mendes, a quem dou a palavra. Dispõe de 19 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, quero fazer-lhe um teste à sua seriedade política,...

Protestos do CH.

... porque, V. Ex^a, em matéria de vergonha e de falta de vergonha, penso que já sabemos.

Sr. Deputado, confirma ou não confirma que, no contexto da anterior crise, o Governo do PS devolveu o IVA em ISP, criou um mecanismo para o gasóleo profissional extraordinário, fez um desconto do ISP igual à descida de 10 pontos percentuais do IVA e ainda aprovou o IVA zero? Confirme lá se o que eu estou a dizer não é verdade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, dispõe de 1 minuto e 11 segundos para responder, se desejar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, muito rapidamente, Sr. Deputado, eu não posso atestar a seriedade do Partido Socialista porque os dados que temos são estes: em relação a todos os projetos — todos! — que apresentámos para descer o IVA dos combustíveis e da energia, o Partido Socialista votou contra.

Protestos do PS.

Quanto a todas as propostas em que procurávamos acabar com as taxas ambientais sobre os combustíveis e adjacentes, o PS votou contra.

Mas vou dar-lhe outro dado que talvez deixe a sua seriedade mais em causa do que a minha. Quando o Governo do Partido Socialista saiu, Sr. Deputado, sabe quanto é que pagávamos por dia em impostos ambientais? Eu sei que percebe disto. Por isso, vou fazer-lhe a pergunta: sabe quanto é que era? Eu vou dizer-lhe: 16 milhões de euros por dia. Este País, que os senhores construíram, pagava 16 milhões de euros por dia em impostos ambientais!

Sabe o que é isso? É encher os bolsos do Estado como nunca se devia encher.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Mendonça Mendes está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Em que sentido?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — No sentido de pedir à Mesa para ajudar o Sr. Deputado André Ventura...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não, não vamos para aí. Não, não, não. Sr. Deputado, corto-lhe a palavra. Não há contraditório.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, é para distribuir um documento com todas as medidas que atestam a devolução do IVA, a descida do ISP, o IVA zero, para que o Sr. Deputado possa...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, na sequência do que pediu, faça favor de o fazer chegar à Mesa e distribuí-lo-emos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas entrega-o à Mesa!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, discutimos dois pesos que esmagam o dia a dia dos portugueses — uma guerra lá fora e uma guerra cá dentro, que é a guerra dos impostos. Enquanto lá fora os conflitos encarecem a energia e os bens essenciais; cá dentro o Estado continua insensível em relação a quem trabalha, produz e tenta simplesmente viver com dignidade.

A pergunta muito simples é esta: até quando? Até quando vamos aceitar que uma família veja o seu salário evaporar entre os combustíveis, habitação, saúde, supermercado e impostos? Até quando vamos normalizar que trabalhar não significa viver melhor?

Se há momentos em que o Estado deve aliviar, este é um deles. Reduzir a carga fiscal não é um luxo, é, Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma necessidade urgente, porque quem aguenta este País todos os dias não são os relatórios, são as pessoas, são as empresas. E essas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, já estão a pagar demasiado caro.

Estes conflitos de forma alguma vão contribuir para minimizar o impacto desse agravamento no custo de vida diário destas populações.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} Secretárias de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A IL decidiu agendar este debate de urgência sobre os efeitos da guerra e os efeitos da sobrecarga fiscal na vida do dia a dia dos portugueses. Permitam-me que vos diga, Srs. Deputados da Iniciativa Liberal, que este agendamento não deixou de nos surpreender. Esperávamos este agendamento de outras bancadas, mas não da bancada da Iniciativa Liberal.

Vozes da IL: — Oh!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Parece que a Iniciativa Liberal quer fazer crer aos portugueses que o Governo está a aproveitar, ou estaria a aproveitar, a guerra para encher os cofres do Estado. Já ouvimos isso de outras bancadas mais à esquerda e...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não dissemos isso! Nós não dissemos isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... também aqui à minha esquerda, mas não estávamos à espera de que a IL viesse a utilizar este argumento, porque o argumento é objetivamente falso.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós não dissemos isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nós não negamos que existem efeitos da guerra nos preços e que esse efeito existe. Não o negamos. Mas tentar insinuar aquilo que a Iniciativa Liberal procura insinuar neste projeto...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não insinuámos!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... é pura demagogia e é puro populismo. E deixem-me dizer que a prova desse populismo...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O que é que insinuámos?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... está precisamente na medida principal que apresentaram neste debate. Propuseram a redução do IVA na botija de gás para a taxa reduzida de 6 %. Essa medida viola frontalmente, expressamente, a diretiva europeia do IVA. Não sou eu que o digo! Eu também o digo, como fiscalista, mas foram técnicos independentes, na reunião da COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública), que o confirmaram.

Protestos da IL.

A redução do IVA na botija de gás é uma medida que viola a diretiva do IVA.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Srs. Deputados, não há nada mais populista do que apresentar uma medida ilegal para fingir que se quer resolver um problema.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a IL gosta de falar de números, vamos falar de números. Em 2022, com o PS, a carga fiscal chegou a um nível absolutamente histórico,...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E a economia também!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... de 36,4 % do PIB. Em 2024, com o Governo da AD, a carga fiscal reduziu-se...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E a economia também!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... para apenas 35,2 % do PIB.

No que diz respeito à carga fiscal exclusivamente dos impostos, excluindo as contribuições para a Segurança Social, a carga fiscal ainda reduziu mais. Por isso, fica a pergunta: a carga fiscal aumentou ou diminuiu?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Aumentou!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Diminuiu. E os impostos sobre o rendimento, sobre as famílias e sobre as empresas vão continuar a reduzir-se até ao final da legislatura.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — A custo de quê?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Depois de quatro reduções do IRS, vamos reduzir ainda mais 2000 milhões de euros às famílias até ao final da legislatura. E a taxa de IRC vai ser reduzida para 17 %, uma redução sem precedentes e que continua a reforma de 2014, que foi interrompida durante oito anos pela governação ruínosa do Partido Socialista.

Por isso, o IRS aumentou ou reduziu? Reduziu. E o IRC aumentou ou reduziu? Reduziu.

Quanto às crises, este Governo também está a responder e de uma forma rápida, aliás, muito mais rápida do que a forma como o Governo do Partido Socialista reagiu a crises anteriores.

Já reforçámos a botija de gás solidário para 25 €, já reembolsámos, adicionalmente por litro, o gasóleo profissional para empresas e estamos a reduzir também as taxas de gasóleo rodoviário. E estamos abertos a aprovar outras medidas, caso seja necessário.

Por isso, Srs. Deputados, o Governo da AD está a responder à crise, está a aprovar medidas fundamentais, porque estamos ao lado dos portugueses e queremos resolver os problemas dos portugueses, sem demagogias e populismos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não há inscrições para pedidos de esclarecimento, nem para intervenções.

Pausa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Vou só imprimir a intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo faz a sua intervenção primeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A guerra não resolve nenhum problema, mas agrava todos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e era bom que os defensores da guerra neste Hemiciclo o reconhecessem.

Pergunta: o Irão está mais democrático? Não está. A segurança das mulheres no Irão aumentou?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está melhor!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não. Aliás, morreram 160 raparigas por causa de um bombardeamento americano a uma escola. Uma vergonha!

Ao Governo pede-se que, de uma vez por todas, deixe de permitir que os americanos usem Portugal como entreposto para a guerra. Nem mais um avião a passar na Base das Lajes! É o mínimo!

Protestos do CH.

É preciso acabar com os bombardeamentos de Trump na conta dos portugueses, no preço do combustível, nas contas da casa, do supermercado e da energia. Sim, Portugal pode ter, e deve ter, um controlo de preços eficaz. Não deixa, aliás, de ser curioso que a Iniciativa Liberal se indigne contra o controlo de preços, mas nunca a ouvimos defender o fim do controlo de preços da energia nos Açores e na Madeira, onde há regulação do preço do gás e do combustível, como, aliás, deveria haver em todo o território nacional.

O Sr. **Presidente**: — Agora, sim, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O agravamento dos preços é muito determinado pelas guerras e, por isso, aproveitam muito a quem as decide. Mas esse problema é inseparável da inaceitável cavalgada especulativa pelos grupos económicos, que esmaga as famílias e as micro e pequenas empresas.

É certo que a carga fiscal sobre os combustíveis exerce um excessivo peso e, por isso, o PCP tem proposto a eliminação da taxa de carbono e o fim da dupla tributação do ISP. Mas nenhum debate sério pode escamotear o peso esmagador das cotações internacionais e das margens, nem o seu papel decisivo nos processos especulativos de que se nutrem os grandes grupos.

As cotações são uma variável subtraída a qualquer escrutínio, determinadas na praça de Roterdão, através dos índices da Argus, uma consultora privada, a partir de informações das próprias petrolíferas, e estão na origem dos preços de referência.

A própria ENSE (Entidade Nacional para o Setor Energético) reconhece que a fórmula de cálculo dos preços de referência decorre dessas cotações, mas nada se faz para travar este sistema obscuro e proteger os consumidores.

Sempre que as cotações sobem, os preços dos combustíveis nas bombas de abastecimento sobem imediata e rapidamente, mesmo que tenham sido refinados semanas ou meses antes e que até já se encontrem nos tanques. Já quando as cotações descem, a descida dos preços dos combustíveis é muito mais lenta, aumentando ainda mais as margens de lucro das empresas.

Não temos nenhuma segurança quanto ao estabelecimento das margens de comercialização e de lucro, porque incorporam uma componente fictícia, que é o frete — isto é, o transporte entre Roterdão e Lisboa, pasme-se! —, e porque não são estabelecidas com base em critérios técnicos e económicos objetivos, como os custos operacionais da refinação, os custos efetivos de transporte e a remuneração no nível económico-financeiro adequado.

É também isso que explica os fabulosos lucros de empresas como a Galp: 1150 milhões de euros em 2025. A própria ENSE reconhece que são as margens que explicam os aumentos dos preços.

A Iniciativa Liberal vem à liça com os pretensos efeitos da sobrecarga fiscal, protegendo os grandes interesses,...

Vozes da IL: — Ah!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... em vez de apresentar medidas...

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Escute!

Como dizia, em vez de apresentar medidas semelhantes às tomadas por Governos insuspeitos de serem comunistas, como os liberais do Japão e da Coreia do Sul, que fixaram tetos nos preços máximos à saída da refinaria.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Mas quem diz os preços dos combustíveis, que influenciam toda a economia, diz também os preços do cabaz alimentar essencial, que prosseguem uma escalada imparável. Só entre a primeira semana do ano e a primeira semana deste mês, subiu mais de 9,94 €.

Antecipam-se, assim, mais e mais chorudos lucros para a grande distribuição. Sonae: crescimento de 38 %, em 2025. Jerónimo Martins: mais 10 %, à custa dos consumidores e dos seus trabalhadores.

Também aqui se comprova, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que é necessário intervir no controlo de preços, travando os aproveitamentos para, a pretexto da guerra, oferecer ainda mais lucros aos grandes grupos económicos. É um caminho, Sr.^a Secretária de Estado, que o Governo pode e deve fazer. Pergunto-lhe: do que está à espera?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, neste debate trazido pela Iniciativa Liberal somos confrontados com dois temas: os efeitos da guerra e a alegada sobrecarga fiscal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Alegada?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ouvindo a Iniciativa Liberal, quase ficamos com a ideia de que nada foi feito em Portugal face à guerra no Irão e de que este Governo aumentou impostos. Não é verdade! Assim como não é verdade, Sr. Deputado André Ventura, que o Governo esteja a ganhar dinheiro com esta situação.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Prova isso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mais do que isso, é um debate que não traz uma única proposta concreta da Iniciativa Liberal que seja colocada à votação neste Plenário e que permita resolver os problemas reais dos portugueses.

Protestos da IL.

Já agora, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) na Noruega é de 25 % e aplica-se também aos combustíveis. E em 2024, a carga fiscal na Noruega foi de 40,2 % do PIB, quando em Portugal foi de 35,1 % do PIB, dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, comecemos pelo essencial. Portugal não apoia esta guerra, não participa nela, mas isso não significa que não sofra as suas consequências. Por isso, o primeiro apelo que fazemos é simples: o fim do conflito e o regresso à diplomacia.

Agora, há uma coisa que não podemos ignorar. O Governo não ficou parado. A guerra começou a 28 de fevereiro e poucos dias depois já havia medidas no terreno, nomeadamente o desconto no ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) para compensar o aumento do IVA nos combustíveis. Hoje, esse desconto já vai em 17 cêntimos. Isso significa que não há aproveitamento fiscal por parte do Estado, ao contrário do que foi dito por alguns.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Entretanto, foram também anunciados novos apoios, quer para o gasóleo profissional, quer para as famílias, na aquisição da botija de gás, e para os consumidores vulneráveis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos são? Quantas famílias?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ou seja, há uma linha clara: apoiar famílias e empresas.

Convém dizer também com clareza que Portugal está neste momento abaixo da média europeia na carga fiscal sobre os combustíveis.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado António Mendonça Mendes, a economia pode estar a abrandar, mas é provavelmente por causa dos efeitos das tempestades de que Portugal foi alvo, e que o Sr. Deputado devia aqui ter relevado.

Deixe-me dizer-lhe que, em 2022, a inflação atingia 9,1 % e que hoje, dados de fevereiro, está em 2,1 %. Portanto, peço alguma honestidade nos argumentos.

Srs. Deputados, o Governo tem acompanhado a evolução da situação, e tem feito aquilo que se exige: adaptar as respostas à realidade. Convém não esquecer que a par disso já tinham sido mobilizados mais de 2500 milhões de euros para responder às tempestades recentes. Estamos a falar de um esforço financeiro do Estado em pouco tempo. Mas esse apoio tem de ser responsável, porque o País não ganha nada com uma corrida de promessas para ver quem anuncia mais, sem olhar à sustentabilidade das contas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, quanto à alegada sobrecarga fiscal, convém repor a verdade. Em 2 anos, este Governo reduziu impostos em mais de 3000 milhões de euros, com especial incidência no IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares). Não são anúncios, são medidas concretas.

A AD (Aliança Democrática) apresentou dois Orçamentos sem aumento de impostos e reduzimos o IRS quatro vezes. Isso tem impacto. A carga fiscal sobre o trabalho desceu e os rendimentos reais dos portugueses aumentaram. Hoje, os portugueses têm mais rendimento disponível do que teriam se nada tivesse sido feito.

O Governo deve continuar a agir com rapidez mas com equilíbrio, apoiar quem precisa, sem comprometer a credibilidade financeira do País. É isso que garante a estabilidade.

Não é na lógica da promessa fácil das oposições que se governa. É com responsabilidade e ação, como tem tido o Governo da AD.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 1 minuto e 46 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Caros Concidadãos nas galerias: Foi dito aqui várias vezes pela Iniciativa Liberal, logo na abertura, e depois também pelo Chega que o português, quando paga pelo combustível, paga o combustível — como é natural, porque o

compra —, paga os impostos desse combustível, como também, vamos dizer, a bem da verdade, paga os impostos de todas as outras coisas que compra, a não ser que proponhamos uma isenção para o combustível.

Mas, o que não foi dito — e isso é que é extraordinário, que não tenha sido dito — é que paga, acima de tudo, a guerra de Trump!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ora bem!

Vozes do CH: — Oh!

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portanto, agradeçam a Trump!

O barril de Brent, que estava a 70 dólares antes da guerra e que já chegou aos 150 dólares em alguns momentos, está a caminho dos 120 dólares.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Essa é que é essa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Paga sobretudo a guerra de Trump.

Vozes do CH: — E o Soros?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas vocês não têm uma palavra para isso.

Aplausos do L.

Em Portugal, a gasolina está a caminho de aumentar os 25 %. Quando é que a Iniciativa Liberal vai ter a coragem e a honestidade intelectual de dizer: agradeçam a Trump, porque esse aumento é todo devido à guerra de Trump.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Bem lembrado!

Protestos da IL.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então pagam três vezes: pagam o combustível que compram, pagam os impostos como pagam noutros produtos, mas pagam sobretudo a guerra de Trump, que vocês omitem

Com Trump só baixa uma coisa, que baixou 24 % e que não mencionaram aqui: é o lugar dos Estados Unidos no índice de democracia liberal. Que Iniciativa Liberal é esta que não fala no índice de democracia liberal?

Aplausos do L.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Quero pedir aqui desculpas em nome do meu camarada Tomás Cardoso Pereira que vos chamou «ortodoxia liberal». É injusto e é pouco rigoroso.

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

Só a metade da ortodoxia é que se aplica!

Aplausos do L.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Têm de pagar o imposto do ridículo!

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, dou agora a palavra à Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

Burburinho na Sala.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Srs. Deputados,...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Secretária de Estado, peço-lhe só 1 minuto. Srs. Deputados, peço que se faça silêncio para podermos ouvir.

Pausa.

Faça favor, Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado André Ventura falava há pouco em pedir ao Governo que garantisse que não aumentava a sua receita fiscal por força deste aumento de preço. Pois isso, neste momento, está garantido, quer na gasolina, quer no gasóleo profissional.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Está, Sr. Deputado. Está! Terei muito gosto, noutra oportunidade, de lhe explicar de forma mais fina as contas. Mas, sim, está.

O aumento do não estimado de imposto está neste momento a ser devolvido todo através da redução do ISP.

Por outro lado, falou também no cabaz alimentar e no IVA zero. Pois bem, quanto ao tema do cabaz alimentar, sejamos justos, quando foi introduzida essa medida, na anterior crise que resultou da invasão da Ucrânia pela Rússia, foi um ano e pouco depois. E foi porque as medidas então adotadas responderam a uma inflação alimentar extremamente elevada, que neste momento ainda não se verifica e que tinha, de resto, causas diferentes. Ou seja, como sabemos, havia uma ruptura nas cadeias de abastecimento dos cereais que teve um efeito direto no aumento dos preços dos bens alimentares, o que neste momento ainda não se verifica.

Falou ainda o Sr. Deputado André Ventura no preço do cabaz alimentar, que teria atingido, há muito pouco tempo — esta semana —, o valor mais alto de sempre. Pois bem, o que acontece é que o cabaz alimentar atingiu de facto os 254,32 €, creio, mas em final de fevereiro estava em 250 €. Antes do conflito do Médio Oriente estava em 253,19 €. A diferença é de 1,13 €, o que mostra que o efeito direto e imediato deste conflito nos alimentos ainda não se verificou.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Isso não é bom!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Por este motivo, essa incerteza torna precipitada e prematura qualquer medida dessa natureza, o que não significa que, como disse, não possamos acompanhar — coisa que fazemos — e calibrar, em cada circunstância e momento, as medidas adequadas.

Na verdade, ontem e hoje, os partidos da oposição multiplicaram-se e atropelaram-se em propostas de aumento de despesa e de redução generalizada de impostos sem explicarem nunca como é que essas medidas podiam ser compensadas e financiadas.

Naturalmente, o Governo acompanha a evolução da situação, intervindo sempre que necessário, como tem feito desde o primeiro momento e como foi um dos primeiros a fazer. E não deixaremos de adotar as medidas

que se vierem a revelar necessárias, mas sem voluntarismos, sem precipitação, com serenidade. Aliás, a história mostra que as medidas precipitadas normalmente dão resultados desastrosos.

Precisamos de atuar e de agir com equilíbrio e com responsabilidade, preservando a sustentabilidade orçamental, protegendo as famílias e as empresas no presente, mas sempre sem comprometer o futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, que dispõe de 26 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado, diga isso aos portugueses que todos os dias vão à bomba de gasolina, que aumentou 35 cêntimos em duas semanas. Diga isso aos portugueses, porque 35 cêntimos é o que eles pagam mais por litro de gasóleo e de gasolina! É isso que acontece! Portanto, não diga que não está a aumentar o custo de vida. E o cabaz alimentar aumentou de um mês para o outro e vai continuar a aumentar, como disse a Sr.^a Secretária de Estado.

Mas, ó Sr. Deputado Fabian Figueiredo — agora tenho de me voltar para o Sr. Deputado Fabian Figueiredo —, diz que morreram 160 raparigas agora, às mãos desta guerra. E eu pergunto: e quantos milhares de mulheres morreram à conta e nas mãos do regime do Irão?

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo e do L.

Repito, quantos milhares de mulheres?! E os senhores sempre em silêncio!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que dispõe de 20 segundos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, muito rapidamente, o Sr. Deputado Hugo Carneiro disse que viemos a este debate de urgência sem apresentar propostas.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro devia saber — se é que não sabe — que no debate de urgência não se apresentam propostas, escutam-se. Mas a verdade é que apresentámos várias propostas. Não hoje, mas apresentámos várias propostas.

Aproveito para responder também ao Sr. Deputado André Ventura, que parecia aquele peixinho no *Procurando Nemo*, que dá uma volta ao aquário e esquece-se do que é que aconteceu ontem. Sr. Deputado, nós já apresentámos propostas para: redução do IVA para 6 % para painéis solares, redução do IVA para botijas de gás, facilitar o licenciamento de energias renováveis, redução do gasóleo agrícola, redução do ISP e o fim da prospeção de recursos naturais.

Está aqui recordado, Sr. Deputado André Ventura.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Termina assim este ponto da nossa ordem de trabalhos. Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 53/XVII/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/977, relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros, e a Diretiva (UE) 2023/2123, que altera a Decisão 2005/671/JAI, do Conselho, no que diz respeito à sua harmonização com as regras da União em matéria de proteção de dados pessoais.

Despeço-me dos Srs. Membros do Governo que não vão participar no debate e cumprimento a Sr.^a Ministra da Justiça.

Pausa.

Peço às bancadas em mobilidade o favor de serem ágeis. Aos Srs. Deputados que estão em pé peço o favor de se sentarem e chamo a atenção dos Srs. Deputados que estão de costas para a tribuna para que se sentem também. Por uma questão de respeito, só posso dar a palavra quando os Srs. Deputados não estiverem de costas para quem fala.

Pausa.

Dou então a palavra à Sr.^a Ministra da Justiça, para a sua intervenção inicial.

A Sr.^a **Ministra da Justiça** (Rita Júdice): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O combate ao terrorismo e à criminalidade organizada, especialmente transfronteiriça, tem sido uma prioridade deste Governo. Sabemos que estes fenómenos assumem hoje uma dimensão complexa e tecnologicamente sofisticada, pelo que é determinante assegurar um intercâmbio de informações rápido e eficaz entre as autoridades.

O diploma que hoje apresentamos insere-se nesta estratégia de reforço da cooperação policial europeia, garantindo simultaneamente o cumprimento das obrigações internacionais assumidas por Portugal.

O seu objetivo é agilizar e tornar mais eficiente o intercâmbio de informações entre autoridades policiais dos Estados-Membros, contribuindo para a prevenção, deteção e repressão de infrações penais e para o apoio das investigações criminais. Para esse efeito, procede-se à transposição de duas diretivas da União Europeia, reforçando os mecanismos de troca de informação entre Estados-Membros e garantindo a sua conformidade com as regras comuns em matéria de proteção de dados pessoais.

Este regime visa ainda responder a um problema prático, o da proliferação de canais de comunicação, que pode dificultar a rapidez no intercâmbio e aumentar os riscos de segurança e proteção de dados.

Para este efeito, estabelece como regra a utilização da aplicação SIENA (Secure Information Exchange Network Application), de intercâmbio seguro de informações, plataforma gerida pela INTERPOL (International Criminal Police Organization), que passa a constituir o canal preferencial para este tipo de comunicações.

Paralelamente, reforça a centralização das comunicações no PUC-CPI (Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional), que recebe, encaminha e responde a pedidos nacionais e internacionais, assegurando um tratamento uniforme e seguro da informação. O reforço deste ponto de contacto privilegiado de intercâmbio de informações não altera a natureza do PUC-CPI nem o transforma numa entidade dotada de poderes de investigação.

A proposta procurou assegurar o melhor equilíbrio entre a reserva de competência das autoridades de investigação, as garantias do processo penal e os imperativos de proteção de dados. O regime distingue autoridades competentes de aplicação da lei e entidades designadas, estas últimas podendo dirigir pedidos de informação aos Pontos Únicos de Contacto de outros Estados-Membros, de acordo com as regras definidas.

Os princípios basilares do intercâmbio de informações são os seguintes.

Disponibilidade: apenas podem ser partilhadas informações entre autoridades quando forem relevantes e necessárias, respeitando as competências dos órgãos de polícia criminal.

Acesso equivalente: todos os Estados-Membros têm as mesmas condições de acesso à informação.

Confidencialidade: informações sensíveis beneficiam de proteção equivalente à do Estado que as forneceu.

Propriedade dos dados: qualquer retransmissão depende do consentimento do Estado que forneceu a informação.

Fiabilidade: dados inexatos, incompletos ou desatualizados devem ser corrigidos ou eliminados.

O diploma define ainda limites claros e prazos de resposta: até oito horas para pedidos urgentes de informação diretamente acessível; até três dias quando a informação não é diretamente acessível; e sete dias nos restantes casos, sem prejuízo da necessidade de autorização judicial.

Mais, os poderes podem ser recusados quando as informações não estejam disponíveis, quando o pedido não esteja devidamente fundamentado, quando a autoridade judiciária recuse a autorização necessária ou quando o fornecimento da informação possa comprometer a segurança nacional, investigações em curso ou outros interesses juridicamente protegidos.

O regime estabelece ainda que o intercâmbio de informações deve respeitar integralmente as regras nacionais em matéria de proteção de dados pessoais para fins de prevenção de investigação, deteção ou repressão de infrações penais, que se elege como aplicável.

Finalmente, o diploma proposto procede ainda à alteração da definição de «grupo terrorista» constante da lei de combate ao terrorismo, alinhando-a com a formulação adotada no Direito da União Europeia e reforçando assim a coerência do ordenamento jurídico nacional em matéria de combate ao terrorismo.

Este é o diploma que, equilibrando eficácia operacional, garantias jurídicas e respeito pelas competências institucionais, submetemos à apreciação desta Assembleia.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Ministra tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Idalina Durães, do Chega, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Idalina Durães** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros, o que hoje discutimos é mais do que uma mera transposição técnica de diretivas europeias. Trata-se de uma proposta que mexe com o equilíbrio entre a eficácia policial e as garantias fundamentais dos cidadãos.

É verdade que a transposição é necessária, mas não basta transpor. Há desde logo um problema de base, porque o Parlamento está a legislar sem conseguir verificar se as diretivas estão a ser corretamente transpostas. O Governo não apresentou a tabela de correspondência obrigatória.

Temos por isso um diploma vago, impreciso e tecnicamente incompleto. Porquê? Porque não se sabe quem são as «autoridades designadas», não se sabe a que base de dados se pode aceder, não se sabe como são protegidos os dados pessoais.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não necessariamente!

A Sr.^a **Idalina Durães** (CH): — Mais grave ainda, não se definem prazos claros para a sua conservação.

Sr.^a Ministra, estamos a falar de circulação massiva de dados pessoais em contexto policial, e a lei não garante o mínimo exigível.

Por outro lado, cria-se um modelo confuso, porque centraliza no PUC-CPI, mas admite canais paralelos que não define.

Qual é o resultado? Mais burocracia, mais incerteza e, paradoxalmente, menos eficácia.

E há uma questão essencial. O PUC-CPI não é uma autoridade de investigação criminal, mas passa a avaliar, tratar e transmitir informação, facto que levanta sérias dúvidas de legalidade.

Não está em causa a cooperação policial. Está em causa fazê-la com rigor e respeito pelo Estado de direito.

Assim, pergunto ao Governo: como justifica que num diploma que permite a circulação de dados sensíveis não tenha sido definido quem acede, com que limites e durante quanto tempo?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Idalina Durães, agradeço as suas questões.

Antes de mais, relativamente à tabela de correspondência, a indicação que tenho é que foi enviada para o Parlamento.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não chegou!

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Não chegou?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Então vou tentar perceber o que se passou e fá-la-ei chegar para o debate na especialidade.

Quanto à definição das autoridades, está definido, Sr.^a Deputada. O PUC-CPI funciona como um *hub* de comunicação. Recebe e envia a comunicação, que pode ser acedida pelos órgãos de polícia criminal apenas, nada mais. Portanto, não há dúvida quanto a esse tema.

É de referir que a importância da transposição desta diretiva é imensa. Este é um trabalho que começou já no anterior Governo, que foi interrompido pela queda do Governo e consequente dissolução do Parlamento, e nós tivemos de retomar este processo já em vias de incorrer numa infração. Por isso, é muito urgente e muito importante que esta transposição ocorra. Tentámos corresponder, tanto quanto possível, a tudo o que estava na diretiva e acreditamos que a iniciativa responde adequadamente ao que é exigido ao Estado português.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Vaz, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra da Justiça, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta de lei que apreciamos visa proceder à transposição da Diretiva (UE) 2023/977, relativa ao intercâmbio de informações entre autoridades de aplicação da lei, bem como da Diretiva (UE) 2023/2123, em matéria de proteção de dados.

Trata-se de uma iniciativa que se inscreve num domínio particularmente relevante, tendo em conta o contexto atual de crescente complexidade da criminalidade organizada e do fenómeno do terrorismo, ambos marcados por uma dimensão claramente transnacional.

Num espaço como o da União Europeia, caracterizado pela livre circulação e por um elevado grau de interdependência entre Estados, o intercâmbio de informações entre autoridades de aplicação da lei assume uma importância estruturante. Com efeito, a criminalidade organizada e o terrorismo operam hoje em redes transnacionais, explorando assimetrias jurídicas e limitações nos mecanismos de cooperação existentes. Neste contexto, a existência de instrumentos que assegurem uma partilha de informação eficaz, célere e fiável revela-se essencial para garantir uma resposta coordenada, quer ao nível da prevenção, quer ao nível da investigação destas formas de criminalidade.

É, aliás, esse o objetivo central da diretiva que se pretende transpor: ultrapassar limitações do regime anterior, assegurar maior clareza normativa e promover um intercâmbio de informação mais eficiente entre os Estados-Membros.

A proposta do Governo vai, em termos gerais, nesse sentido, designadamente ao estabelecer um novo regime jurídico e ao reforçar a centralidade do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional como estrutura de coordenação da cooperação policial internacional.

Trata-se de uma opção que apresenta vantagens evidentes do ponto de vista da racionalização de procedimentos e da coerência na circulação de informação, contribuindo para maior previsibilidade e segurança no funcionamento do sistema.

Dito isto, importa, ainda assim, assinalar algumas questões que resultam da análise técnica e dos pareceres emitidos e que justificam reflexão em sede de especialidade.

Desde logo, a nota técnica evidencia limitações no processo instrutório da iniciativa, designadamente pela ausência de elementos relevantes que deveriam ter acompanhado a proposta, incluindo pareceres de entidades consultadas e a necessária correspondência, como já foi aqui dito, entre as normas da diretiva e as soluções adotadas no plano interno.

Por outro lado, o Parecer do Conselho Superior de Segurança Interna levanta dúvidas quanto à articulação entre a centralização no Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional e a possibilidade de intercâmbio direto entre autoridades, sublinhando a necessidade de maior clarificação quanto ao regime aplicável e à definição das entidades habilitadas a intervir neste âmbito.

Aplausos do PS.

Também no plano jurídico, o Conselho Superior do Ministério Público identifica aspetos que merecem ponderação, designadamente no que respeita à adaptação de determinados conceitos ao quadro do processo penal português, em particular no domínio da confidencialidade e da sua articulação com figuras já consolidadas no nosso ordenamento.

Já o Conselho Superior da Magistratura assinala a necessidade de assegurar uma adequada articulação do regime com o quadro processual penal, prevenindo dificuldades de aplicação prática.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos, assim, perante uma iniciativa que responde a uma necessidade real e que se mostra, no essencial, bem orientada.

Não obstante, subsistem aspetos que justificam o aperfeiçoamento, de modo a assegurar maior clareza, coerência e plena operacionalidade do regime proposto.

Nessa medida, acompanhamos esta proposta na generalidade, entendendo que o trabalho em sede de especialidade será determinante para garantir a qualidade e eficácia do quadro legal a aprovar.

Porque, neste domínio, a eficácia da cooperação não dispensa — antes exige — clareza jurídica e garantias sólidas. Pois a eficácia sem garantias fragiliza e as garantias sem eficácia não protegem.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, Sr. Ministro: Hoje discutimos uma proposta que à primeira vista parece técnica, mas toca num dos pilares essenciais do nosso Estado, que é a segurança dos cidadãos.

É verdade que precisamos de reforçar a cooperação policial europeia. Sim, ninguém duvida disso. O crime já não conhece fronteiras e a resposta do Estado também não pode ficar limitada a elas. Mas há uma questão que não podemos ignorar: mais centralização não pode significar menos transparência nem menor controlo democrático.

Criar um balcão único como o PUC-CPI pode aumentar a eficiência — acredito que sim —, mas vai também exigir garantias claras, desde garantias de fiscalização, proteção de dados e, sobretudo, de respeito pelos direitos fundamentais.

Combater o crime não pode significar fragilizar o Estado de direito. Por isso, entendo que este equilíbrio é essencial. Segurança sim, mas com liberdade sempre. E é esse equilíbrio que devemos exigir a todo o momento neste Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem uma palminha!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Caros Concidadãos nas galerias: Discutimos a iniciativa do Governo que pretende transpor a diretiva relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros.

Para variar, em contramão com a transparência que devia prosseguir, o Governo esqueceu-se de disponibilizar os documentos dos contributos que recolheu, designadamente das entidades que menciona ter ouvido na exposição de motivos da iniciativa e que depois, interpeladas pela comissão, nos vieram dizer que houve matérias em que se pronunciaram e que foram inclusivamente acolhidas, sem que tenha sido possível aos Deputados olharem para esse processo.

Por outro lado, e dado que estamos a falar da transposição de uma diretiva, o Governo também não juntou a fórmula de correspondência com as normas da diretiva que pretende transpor para o nosso ordenamento jurídico, o que é a sua obrigação.

Protestos do Deputado do PSD António Rodrigues.

E vem a este propósito dizer que esta diretiva deveria ter sido transposta até dezembro de 2024, mas só está a ser discutida agora. Ou seja, a proposta de lei do Governo que pretende tornar mais rápido e eficaz o acesso à informação entre Estados-Membros para o combate à criminalidade e ao terrorismo chegou até nós muito devagar.

A diretiva foca-se nas atividades criminosas transnacionais que ameaçam a segurança interna, ainda que fale em simultâneo de infrações penais e de terrorismo, o que, pelo menos, nos deveria fazer perceber qual é o tipo de infrações penais de que aqui se trata concretamente, o que também quer dizer que nos parece que há elementos a melhorar, em sede de especialidade. Além disso, cuida do intercâmbio de informações entre polícias dos Estados-Membros, o que deve ser adequado e rápido.

No entanto, chamo a atenção para o facto de esta matéria significar também que esta iniciativa se prende com o grande número de dados pessoais que circulam entre vários pontos, nos dias de hoje, o que é importante. Ao remeter para portaria os mecanismos de segurança, incluindo as medidas técnicas e organizativas para aplicar ao sistema eletrónico de gestão de processos, bem como a sua interoperabilidade com outros sistemas de informação, o que esperamos é que, na especialidade, ao Governo sejam dadas diretrizes claras sobre os limites da regulamentação, a proporcionalidade e a necessidade de proteção de dados pessoais.

Por outro lado, esperamos que o Governo também não deixe de regulamentar esta lei atempadamente, ou seja, que também não ande tão devagar como andou para a transposição da diretiva, porque, de outro modo, vamos ficar com uma lei coxa em matérias fundamentais.

Lembramos também o facto de a Comissão Nacional de Proteção de Dados ter alertado para a necessidade de uma disciplina normativa autónoma, por considerar que a dispersão não facilita a compreensão destas matérias.

São aspetos que não podemos deixar de sinalizar. Vamos acompanhar a iniciativa, mas apelamos à sua melhoria na especialidade.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.^a Ministra: A transposição da diretiva que discutimos aqui hoje é certamente um tema da maior relevância.

A partilha de informações entre as polícias, entre os vários Estados-Membros da União Europeia, é fundamental para combater fenómenos que existem não só dentro das fronteiras da União Europeia, mas também fora das fronteiras da União Europeia.

Sabemos que cada vez é mais prevalente e mais fácil todo o fenómeno de crime organizado transnacional e, como tal, precisamos de criar as ferramentas e as condições para que consigamos combater esses fenómenos.

Olhando para a transposição da diretiva em si, vemos que a solução encontrada pelo Governo se baseia no famoso Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional, que, no passado, em 2023, quando foi criado pelo Partido Socialista, já deu polémica bastante.

Essa polémica foi, entretanto, sanada. No entanto, tomamos nota de que é por aqui que iremos continuar e tomámos nota também dos vários pareceres que esta transposição recebeu, por parte de diversas entidades. Refiro-me, por exemplo, às reservas apresentadas pelo Conselho Superior da Magistratura, que tem reservas relativamente às competências próprias em matéria criminal, requisito que, considera o Conselho Superior da Magistratura, teria de ser preenchido, para que este órgão pudesse lidar com estes dados.

Há também várias reservas, que já foram anteriormente apontadas, levantadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, reservas essas sobre as quais nos queremos debruçar mais, em sede de especialidade. No entanto, tendo em conta até que é uma transposição que já se encontra atrasada e tendo em conta a importância dos objetivos desta transposição, a Iniciativa Liberal irá acompanhar esta proposta de lei na generalidade e irá apresentar os seus contributos em sede de especialidade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, para uma intervenção.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra e Sr. Ministro: Sr.^a Ministra, nós entendemos que esta proposta, de facto, vai ao encontro da necessidade de o Estado português reforçar a cooperação internacional e centralizar a informação num ponto único de contacto, alinhando o regime nacional com o quadro europeu.

No entanto, há aqui algumas dimensões que nos geram preocupação, quanto à proteção de dados pessoais e a uma maior proporcionalidade da proposta. Há aqui algumas dúvidas que não devem ser desvalorizadas: desde logo, quanto ao volume acrescido de dados que vão passar a circular e a ser armazenados; depois, quanto ao próprio equilíbrio entre a celeridade e as garantias processuais; e, por fim, quanto à ausência de um próprio enquadramento explícito sobre as bases de dados nacionais que podem ser acedidas ou sobre a interoperabilidade dos próprios dados.

Num Estado de direito, não se pode comprometer a proteção dos dados pessoais, nem abrir espaço a que mecanismos de cooperação policial informal se sobreponham às garantias próprias da cooperação judicial.

Por essa razão, o PAN não vai votar favoravelmente esta proposta, vamos abster-nos, e esperamos que, em sede de especialidade, possam ser supridas estas mesmas preocupações, sob pena de termos aqui uma desproporcionalidade face àquilo que também é uma garantia dos cidadãos, que deve ser acautelada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falar já numa altura avançada deste debate tem a grande vantagem de já se ter percebido perfeitamente que, por um lado, a proposta apresentada pelo Governo é uma proposta que reúne um apoio bastante alargado e que, por outro lado, há questões que podem vir a ser visitadas na especialidade.

A questão de fundo tem a ver com um equilíbrio, que é difícil, entre a necessidade de ter mais mecanismos invasivos para o combate à criminalidade e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Obviamente que, neste equilíbrio, a cooperação entre Estados é fundamental. A passagem de informação de uns para outros é também essencial.

O que se discute nesta transposição de diretiva nem sequer é a essência de todo este sistema; é uma adaptação de um conjunto de regras que já estão pré-definidas, do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista funcional. Portanto, aquilo que temos de verificar aqui não é toda a lógica do sistema; é se, efetivamente, aquilo que aqui se altera, do ponto de vista tecnológico e nas regras de procedimento, está adequado ou não.

Tomámos boa nota dos pareceres — alguns mais favoráveis, outros mais interpelantes —, mas o que nos parece essencial é que, estando o prazo ultrapassado, devemos cumprir o prazo, estar dentro das melhores práticas de cooperação internacional no combate à criminalidade e respeitar os alertas que nos são feitos por entidades que obviamente também conhecem este sistema e que, tecnicamente, dominam também aquilo que, neste momento, está em causa, para que consigamos concluir o processo de especialidade e a votação final global com uma lei satisfatória.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro, do Chega, para uma intervenção.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: A proposta de lei que hoje é apresentada pelo Governo visa transpor para a ordem jurídica portuguesa diretivas da União Europeia focadas no reforço da cooperação policial e no intercâmbio de informações criminais.

As principais questões levantadas sobre este diploma centram-se no equilíbrio entre a eficiência policial e a proteção de dados pessoais. Esta proposta visa acelerar a troca de informações entre as forças policiais portuguesas e as congéneres da União Europeia, tornando o processo mais rápido e seguro.

A legislação adapta as regras, para assegurar limites mais rigorosos sobre quem pode aceder e utilizar a informação pessoal, procurando proteção da privacidade e supervisão do intercâmbio; alarga o campo de interpretação da confidencialidade, alterando a versão anterior, que era equivalente às exigências legais decorrentes do segredo de justiça; e pretende ajustar a legislação nacional, para alinhar a partilha de informações com os padrões da União Europeia, com foco especial na prevenção e investigação de crimes graves e terrorismo.

Foram solicitados vários pareceres, nomeadamente ao Conselho Superior da Magistratura, que considera esta proposta conforme com ambas as diretivas, mas critica a crescente autonomização do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional, como entidade com competências próprias em matéria criminal, não reconhecidas pela Constituição, pois esta entidade não cai dentro dos órgãos de polícia criminal, sendo destes a competência do acesso à base de dados, como previsto na Lei de Organização da Investigação Criminal.

O artigo 16.º desta proposta de lei, ao permitir a esta entidade a reavaliação e transmissão de informação criminal, sem pedido e sem critérios claros, ultrapassa as suas funções e compromete o controlo da legalidade.

Relativamente ao artigo 19.º, este questiona a análise da pertinência de dados que se insere na atividade de investigação, sendo o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional um órgão de coordenação administrativa, não podendo, assim, exercer este juízo material.

O Conselho Superior de Segurança Interna realça, no seu parecer, algumas questões, como a falta de identificação de quem são as autoridades que podem atuar e a que dados podem aceder, podendo impedir o seu reconhecimento por outros Estados-Membros.

A Comissão Nacional de Proteção de Dados recomenda que a matéria de proteção de dados pessoais, no domínio desta transposição conjunta, seja concentrada e densificada, através de uma disciplina normativa autónoma, pois considera que a matéria essencial continua por definir e solicita que a futura regulamentação identifique concretamente os operadores e medidas de segurança, atendendo a que esta proposta envolve a circulação de dados pessoais em contexto policial.

Srs. Deputados, perante a identificação destas situações, importa fazer uma clarificação ou alinhamento face ao direito interno, evitando equívocos terminológicos, e apurar, em sede de especialidade, a conformidade com a exigência do princípio da legalidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que está em causa nesta proposta já vem de longe e prende-se com a imposição de uma estrutura policial e judicial supranacional, controlada pela União Europeia, que pretende usurpar a soberania e as competências nacionais nesta matéria e que pretende também subordinar e enfraquecer os recursos humanos, técnicos e outros das autoridades nacionais, acarretando assim graves prejuízos para os cidadãos e para a salvaguarda dos seus direitos, que as leis nacionais e a Constituição consagram.

Na verdade, os cidadãos e o Estado português ficam mais vulneráveis e sujeitos a entidades que não são alvo de um escrutínio próximo, soberano e democrático.

No que diz respeito à harmonização com as regras da União Europeia em matéria de dados pessoais, assente no fundamento do combate ao terrorismo, esta procura imiscui-se na esfera das competências soberanas do Estado, no campo judicial e policial, impondo e transferindo para a Eurojust (Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal) e a Europol (Agência da União Europeia para a Cooperação Policial) cada vez mais competências e meios que vão, paulatinamente, concretizando e consolidando o projeto da «Europa fortaleza», aliás, defendido pelas forças federalistas.

Na verdade, as normas supranacionais atentam contra a soberania dos Estados e dos seus povos e vão pondo em causa os mais elementares direitos dos cidadãos, designadamente a proteção dos seus dados pessoais, que passam a ser alvo de um tratamento que estará fora do alcance e escrutínio das autoridades nacionais, das leis e dos direitos consagrados na Constituição da República. O Ministério Público devia ter um papel fundamental na transmissão de dados a entidades policiais e judiciárias de países terceiros e, na verdade, fica arredado de todo o processo.

Como já afirmámos, a policialização dos dados, com base em critérios absolutamente discricionários, com a aprovação de um novo regime jurídico aplicável ao procedimento de intercâmbio, dá as informações, nomeadamente à Europol.

Além disso, chamamos a atenção para o grau de proteção de dados, que existe ou é absolutamente omissa nos restantes países, sendo por isso da maior importância dar atenção ao parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

O mesmo se diga da necessidade de densificação de conceitos, sob pena de criar conflitos com disposições inseridas no Código de Processo Penal, designadamente o conceito de criminalidade grave.

Chama-se também a atenção para o parecer emitido pelo Conselho Superior da Magistratura, quando, por exemplo, relativamente ao artigo 19.º, constata que não é aceitável o facto de que, em relação a todos os suspeitos condenados ou mesmo pessoas sobre as quais existem indicações factuais, seja considerado que irão cometer crime, porque isto, sim, é contrário ao princípio da proporcionalidade.

O mesmo relativamente ao sistema eletrónico de gestão de processos, a que se refere o artigo 21.º, que só poderá ser previsto e devidamente regulado por lei da Assembleia da República ou decreto-lei autorizado por imperativo constitucional e nunca por via de uma portaria.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra da Justiça, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Subo a esta tribuna devido à solenidade do tema. Ao contrário do que se possa pensar, esta questão que estamos hoje aqui a discutir é profundamente relevante, na perspetiva do Estado português, na perspetiva da organização de toda a União Europeia e, principalmente, na perspetiva do combate à criminalidade e ao terrorismo.

Não esqueçamos que todas as matérias que digam respeito ao crime ou aos atos de terror não são matérias dentro das fronteiras; cada vez ultrapassam mais as fronteiras, pelo que todos nós nos deveríamos preocupar e facilitar a questão da troca de informações quanto aos atos negativos, que são atos que destroem toda a sociedade, quer a nossa quer a dos nossos companheiros dos outros Estados-Membros.

Esta questão que hoje temos aqui presente trata de soberania, mas, em simultâneo, trata da necessidade de troca de informação, e, quando há troca de informação, necessariamente e nos dias de hoje, a questão que se coloca em primeira linha é a da proteção de dados.

São as duas dimensões que temos aqui presentes: informação e troca de dados. A proposta de lei responde consciente e deliberadamente bem a esta questão, porque todas as bancadas concordam com esta necessidade, sendo que a única crítica que fazem é a de que, em sede de especialidade, teremos de melhorar — e declaramos, desde já, a nossa disponibilidade para o fazer.

Mas atentemos nisto: porventura, poucas propostas de lei chegaram a este Plenário para discussão na generalidade com tantos pareceres, tantas pronúncias, tantos comentários, que, por um lado, realçam favoravelmente a conduta do Governo nesta matéria e, por outro lado, apontam, necessariamente, afinações para ela poder entrar em vigor.

Há obstáculos legais em cada um dos Estados-Membros que derivam, necessariamente, de soberanias diferentes; há a necessidade de afinar contactos entre os vários órgãos policiais, óbvia e necessariamente; há procedimentos distintos, critérios, por vezes, diferentes e, necessariamente, precisamos de os articular.

Tenhamos consciência de que a melhor virtude que esta proposta de lei tem é o chamado ponto único de contacto, porque, ao contrário do que se possa pensar, já hoje existem variadíssimos pontos de contacto entre as várias forças policiais e, aqui, concentra-se num, já na base existente do sistema da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal), de forma a poder agilizar, melhorar, otimizar a troca de informação em tempo, em quantidade, na estrita medida do que é necessário, e não, ao contrário do que se possa fazer crer, numa perfusão de transmissão de dados, que não acontece.

O que acontece é que cada um que tem de gerir este espaço dentro do Estado-Membro, dentro do espaço da Interpol, tem, necessariamente, o acesso à informação que é necessária num determinado momento.

Aqueles que participam em fóruns internacionais, mesmo representando este Parlamento, nomeadamente nos fóruns europeus, em todas essas reuniões se ouve, se discute e se tenta alcançar entendimentos entre todas as forças policiais, porque, também aqui, o ladrão, o bandido, o criminoso anda à frente da polícia.

Por isso, temos de ter ao nosso dispor todos os instrumentos possíveis e necessários, que sejam apenas e só os da informação, porque, recordemos, estamos a falar de troca de informação, não estamos a falar de ação policial, não estamos a falar de juntar forças policiais para poder ir atrás de alguém, não; estamos a otimizar o conhecimento, estamos a alargar o conhecimento de tudo aquilo que é negativo relativamente àquele que está para praticar um ato, ou que já o praticou, e que exige uma intervenção imediata de todos os agentes nesta matéria.

Daí que seja relevante toda a discussão que se fizer aqui e não é despendida esta discussão. Por isso, tudo o que diga respeito, e sempre, à informação, tudo o que diga respeito à troca de informação, tudo o que diga respeito à clareza com que esta matéria é tratada e, acima de tudo, tudo o que diga respeito também à proteção e disseminação de dados pessoais tem de ser visto, revisto e cuidado.

Esta proposta de lei fá-lo, ao tomar em consideração a necessidade de colaboração entre todas as forças que já existem, só que existem de uma forma plural, de uma forma proliferada, e nós estamos a estabelecer um canal único, principal, organizado, com os mesmos critérios, para poder disseminar informação, mas esses critérios, que transmitem informação de qualidade igual, que têm o mesmo objetivo, que têm o mesmo propósito e o mesmo cuidado, têm de ser partilhados entre todos aqueles que vão para o terreno, para saberem com o que vão contar.

Quem é que são as organizações que estão por trás dos atos terroristas ou criminosos? Quem é que são as pessoas envolvidas? Que práticas é que já tiveram no passado? Onde é que já agiram anteriormente? Tudo isto diz respeito a quem exerce a função policial, o que ajuda o exercício da função policial; não a complica, não a dificulta.

Por isso é que estamos aqui a apoiar esta proposta de lei, porque o nosso propósito, acima de tudo, é o de que o crime não vença, o terrorismo não se dissemine, que todos aqueles que estão preocupados em ter uma sociedade mais segura a tenham, de facto, quando ela é necessária.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Naturalmente que, perante esta proposta de lei, temos alguma necessidade de olhar para os pormenores, na especialidade, e estaremos, naturalmente, disponíveis para o fazer, porque, na vintena de pareceres que recebemos, temos material suficiente e necessário para tornar esta proposta de lei mais eficaz no que diz respeito ao contacto com os outros.

Por isso, teremos os cuidados constitucionais, teremos os cuidados legais, teremos os cuidados de proteção de dados, mas, acima de tudo, buscamos a eficácia da ação policial e da transmissão da informação de forma cuidada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não tem inscrições, pelo que darei a palavra à Sr.^a Ministra, se o telefone não tocar...

O telefone não tocou, por isso, dou a palavra à Sr.^a Ministra da Justiça, que dispõe de 3 minutos e 37 segundos para a intervenção de encerramento.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas: Foram levantados aqui temas importantes que podem ser aperfeiçoados e discutidos em sede de especialidade, como é natural e é louvável que assim seja. Deixarei só duas notas, para as quais peço especial atenção nesta discussão.

Por um lado, há terminologia que foi utilizada nesta transposição sem querer alterar a terminologia prevista na diretiva. É importante termos presente que, quando estamos a aplicar normas de forma transnacional e quando estamos perante uma disposição que vai ter de comungar com vários outros sistemas jurídicos, é importante manter uma coerência nas definições. Por isso, pedia que, nesta análise, não fosse deturpado ou, pelo menos, fosse pensada e tida em conta esta orientação, que nos parece a mais adequada.

Quanto ao tema da proteção de dados, também é verdade que existem muitas questões que foram levantadas aqui. Temos também de ter presente que isto é uma transposição de uma diretiva, e alguns dos temas que foram aqui trazidos foram já discutidos, em sede de discussão da própria diretiva, e o que estamos

a fazer é uma transposição da diretiva, por isso, o nosso âmbito de atuação está também limitado no sentido de corresponder ao que foi aprovado e ao que é constante da diretiva.

Por isso, pedindo, naturalmente, o apoio para que haja uma melhoria do documento em sede de especialidade — aliás, tenho dito várias vezes, sempre que aqui estou, que acredito que esse trabalho é muito importante para a melhoria dos diplomas —, peço, igualmente, que não seja desvirtuado este princípio que está subjacente a esta transposição, que é o facto de este diploma em concreto ter de ser aplicado e olhado a um nível transnacional. Por isso, pedia essa atenção.

Por outro lado, reforçar a importância de concentrar todos os pedidos num ponto único de contacto é um tema crítico, é um tema essencial e é a única forma de combater eficazmente a criminalidade transnacional, sem haver riscos de perda de informação ou de menor eficiência nas comunicações.

Por isso, agradeço as vossas intervenções e espero que o diploma possa merecer a vossa aprovação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Terminado este ponto, vamos passar ao quarto ponto da nossa ordem do dia, que consiste na discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 60/XVII/1.^a (GOV) — Define os objetivos, as prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2025-2027, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal, e do Projeto de Lei n.º 476/XVII/1.^a (PCP) — Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal.

Presumo que será também a Sr.^a Ministra a fazer a intervenção de abertura, pelo que lhe concedo a palavra para o efeito, dispondo de 7 minutos.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A segurança das pessoas e a confiança nas instituições são valores fundamentais de qualquer Estado de direito, cabendo aos poderes políticos orientar esforços coletivos para proteger a sociedade e para reparar o que o crime nela fragilizou.

No caso da definição das prioridades da política criminal, trata-se de uma responsabilidade dos poderes políticos democraticamente legitimados: ao Governo, cabe a iniciativa; à Assembleia da República, a decisão.

A ambos incumbe identificar os fenómenos criminais que mais comprometem a segurança das pessoas e a confiança nas instituições e definir as orientações que permitem ao sistema de justiça dar-lhes resposta no quadro dos princípios de separação de poderes, da legalidade, da autonomia do Ministério Público e da independência dos tribunais.

É este o propósito da proposta de lei que hoje apresento.

Mais do que um exercício formal, esta proposta traduz uma escolha política clara: queremos responder à evolução dos fenómenos criminais, concentrando esforços na prevenção daqueles que mais afetam a segurança das pessoas; queremos garantir maior proficiência na investigação e efetividade na repressão criminal; queremos reforçar a proteção das vítimas; queremos assegurar uma resposta mais eficaz e mais célere das instituições; queremos, em suma, contribuir para o reforço da confiança dos cidadãos no sistema de justiça.

Assim, definimos prioridades que refletem a evolução da criminalidade e os desafios que hoje se colocam às sociedades democráticas.

Entre os crimes de prevenção e investigação prioritárias, encontram-se a criminalidade grave contra as pessoas, a violência doméstica, os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, o tráfico de pessoas, a corrupção e criminalidade económico-financeira, o tráfico de estupefacientes, o terrorismo e a criminalidade conexas.

Entre os fenómenos que assumem particular relevo, destaca-se ainda a cibercriminalidade, que exige respostas cada vez mais especializadas. Mantém-se central o combate à violência doméstica e à violência em contexto de proximidade, que continua a produzir consequências profundamente graves para as vítimas e também para a sociedade.

A proposta atende igualmente a fenómenos que têm vindo a gerar crescente preocupação, em particular os crimes de ódio com grande impacto social e simbólico.

A definição destas prioridades resulta, sobretudo, de uma análise rigorosa da evolução da criminalidade, baseada nos dados do RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) e na informação recolhida junto dos órgãos de polícia criminal.

Olhámos também para as principais tendências da criminalidade organizada e transnacional a nível europeu. Não podemos ignorar que a criminalidade está a mudar, é hoje mais complexa, mais organizada e, frequentemente, mais tecnológica.

O diploma introduz uma inovação relevante. Na aplicação das prioridades, deverá ser ponderada a complexidade, a sofisticação técnica ou a gravidade social dos fenómenos criminais, permitindo direcionar os recursos do sistema de justiça para as situações que mais o exigem, pois reconhecemos que nem todos os fenómenos criminais apresentam o mesmo grau de complexidade ou o mesmo impacto social.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma política criminal eficaz não se limita a reagir ao crime já cometido; deve também contribuir para evitar que ele se repita, e isso implica valorizar as políticas de reinserção social e os programas aplicados no âmbito da execução de penas, promovendo a responsabilização dos condenados e criando condições que favoreçam o seu afastamento duradouro da prática criminal.

Também a proteção das vítimas assume neste contexto um papel verdadeiramente transversal.

No plano operacional, a proposta reforça igualmente programas de segurança comunitária e de policiamento de proximidade e reforça a constituição de equipas especializadas para a investigação de fenómenos particularmente relevantes ou complexos, como os incêndios florestais, o tráfico de pessoas ou a fraude no Serviço Nacional de Saúde.

Outro elemento essencial é o reforço da recuperação de ativos provenientes de atividade criminosa, enquanto instrumento decisivo para retirar à criminalidade o seu principal incentivo: o benefício económico.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a resposta do Estado tem de ser exigente, estratégica, coordenada e orientada para resultados. É esse o compromisso que guia esta iniciativa e que continuará a orientar a ação do Estado no combate à criminalidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Ministra tem dois pedidos de esclarecimento, sendo o primeiro do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, a quem dou a palavra.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, o Governo assume o combate à violência doméstica como uma prioridade da política criminal para 2025-2027, e faz bem, porque, em 2025, morreram 25 mulheres, o valor mais alto desde 2022.

Para aprender com essas mortes, existe a Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica, equipa que analisa caso a caso o que falhou no tribunal, junto da polícia, nos serviços sociais, e produz recomendações concretas para salvar vidas no futuro.

É literalmente um mecanismo através do qual o Estado faz o seu exame de consciência. O problema é que esta equipa está em ponto-morto: os coordenadores têm saído, não tem funcionários com tempo protegido, os casos acumulam-se.

Pergunto-lhe, Sr.^a Ministra: tendo em conta a relevância deste mecanismo, quando é que o Governo vai dotar esta equipa dos meios humanos e técnicos de que necessita para funcionar? É que o seu trabalho previne a vitimação futura e salva mesmo vidas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, então, afinal, parece que o Chega tinha razão.

Chegámos a uma altura em que é preciso fazer um documento, que percebemos que o aumento da criminalidade está presente, que a criminalidade hoje está muito mais evoluída e que — pasme-se! —, inclusive, até no Serviço Nacional de Saúde, quando nós dizíamos que havia uma despesa de mais de 1000 milhões de euros, agora é preciso colocar uma equipa para ir fiscalizar a fraude ali dentro.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Gestores!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mas, vamos lá ver onde é que estava o PSD há uns anos. Em 2022, o Sr. Deputado André Coelho Lima dizia que a extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) era uma inconsciência absoluta e um dos dias mais negros da nossa democracia e desta Casa.

Nesse relatório,...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Mas qual relatório?!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ..., mesmo depois de Joaquim Miranda Sarmiento ter dito que era uma das grandes prioridades fazer regressar o SEF, VV. Ex.^{as} não falam e não tocam nesse ponto e continuam a tratar da questão transfronteiriça de uma forma absurda e como se não acontecesse absolutamente nada.

Tenho pena que o Sr. Ministro da Administração Interna não esteja, porque, inclusive, há tempos, dizia que isto era toda uma questão de sensações; que o Chega, constantemente, coloca a questão da imigração correlacionada com os dados do RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) — no qual, entretanto, VV. Ex.^{as} não querem dizer a nacionalidade de origem.

Mas, tendo em consideração que está sob a sua tutela, para ver se o RASI está certo ou errado, diga-nos aqui se é verdade ou se é mentira que fora do RASI está uma série de gente proveniente do subcontinente asiático que está detida nas nossas prisões, mas que não consta do relatório porque está em prisão preventiva. Quantos estão, por exemplo, em Caxias que não entraram no relatório? Consegue dizer-nos? É que chegámos a esta altura e a esta escalada da criminalidade!

Todos vimos as armas a entrar em Portugal, depois da EUROPOL (European Union Agency for Law Enforcement Cooperation) ter alertado para o perigo das armas que poderiam vir da Ucrânia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... mas dizia: «O que estão aqui a dizer é difamar.» E depois nós assistimos, em alguns bairros, a alguns privilegiados com armas de guerra na mão, a atacar tudo e todos. Mas não há uma palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Termino, para lhe dizer o seguinte: na realidade, quando olhamos para os pareceres que foram emitidos acerca desta proposta de lei que é apresentada pelo Governo, há uma coisa que é clara e inequívoca: são tantas as prioridades, é tanto o que está mal, que deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Ministra, quando são muitas as prioridades, é porque não há prioridade nenhuma.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Ministra, tem o tempo disponível para poder responder, 2 minutos e 19 segundos.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, a Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica concluiu o seu trabalho.

Houve uma análise independente, feita pela Universidade do Minho, que concluiu que deveria ser feita uma revisão do funcionamento da própria equipa. Na sequência disso, foi preparada uma revisão da portaria, que está feita e que está em processo de assinatura. É uma portaria que envolve vários ministérios e que conto, em breve, que seja do conhecimento de todos.

Será depois necessário nomear as pessoas para formar a equipa, mas do que lhe quero dar nota é que será constituída uma nova equipa, com novas regras de funcionamento da própria avaliação, dando resposta a problemas que foram identificados nessa avaliação externa.

Não é tão rápido quanto eu queria, lamentavelmente, gostaria que tudo andasse muito mais rápido, em geral, mas o ponto é que não está esquecido, está a ser tratado e em breve a portaria será pública.

Sr. Deputado Bruno Nunes, por acaso, ainda ontem tornámos público um anúncio dos números da justiça. É uma nova plataforma que foi desenvolvida pelo Ministério da Justiça, através da Direção-Geral da Política de Justiça, que vem transmitir e publicar informação sobre os dados da justiça, transformando a forma como o cidadão, e não só, pode contactar com a realidade dos números da justiça.

Aí, nessa plataforma, muitos números constarão, de fácil acesso, e que ajudarão a desmistificar e tirar algumas dúvidas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Têm é de ser verdadeiros!

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Os números que estão são os números comunicados pelas próprias entidades, a maior parte delas em regime de interoperabilidade.

Temos os dados todos que queremos? Se calhar não temos, mas também ontem foi publicada a portaria que obriga a uma comunicação, através da interoperabilidade dos órgãos de polícia criminal e do Ministério Público, que nos ajudará a recolher dados mais concretos e a definir também mais informação.

Por isso, o caminho está a ser feito e este Governo está muito empenhado em trazer mais informação, mais transparência, desde logo para combater a desinformação e o populismo.

Aplausos do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Caxias está de fora!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: O que hoje discutimos é mais do que um documento técnico, é um retrato das falhas do Estado na proteção da nossa população.

Sim, ao menos a criminalidade é registada, mas a realidade que as pessoas sentem na rua é outra: mais violência, mais insegurança e mais medo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Mas tens de o dizer ao PS!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Continuamos a assistir a números alarmantes de violência doméstica, ao crescimento da criminalidade violenta e ao avanço da cibercriminalidade, enquanto o sistema reage tarde e muitas vezes mal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São perceções!...

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Este diploma fala, e bem, de prioridades, mas o problema em Portugal nunca foi a falta de prioridades, foi a falta de execução. De que serve falar em combater a corrupção, se os processos se arrastam durante anos? De que serve proteger as vítimas, se continuam desprotegidas no terreno?

O País não precisa apenas de boas intenções, precisa, acima de tudo, de resultados. E isso vai exigir meios, vai exigir coordenação e vai exigir coragem política para enfrentar os problemas sem qualquer tipo de maquilhagem.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao contrário do que aqui foi dito, quem acredite na realidade que corresponde aos discursos inflamados que vêm sendo feitos sobre criminalidade e também na perceção que o Governo ajuda a dar sobre a matéria, focando-se permanentemente em anúncios de medidas sempre centradas sobre o mesmo tipo de matérias, não imaginará

que a lei — os objetivos, as prioridades e orientações da Lei-Quadro da Política Criminal para o biénio 2025–2027 — não reflete nada do que foi aqui dito há pouco.

Isso é bom e é tranquilizante e, como se explica na fundamentação anexa ao diploma, para onde remete o artigo 20.º, pode ler-se que não se registaram alterações significativas nos fenómenos criminais prevalentes que justificassem uma reorientação estratégica aprofundada, tendo sido mantido o essencial das opções feitas. Portanto, ao contrário do que aqui foi dito, isso não é verdade e o essencial mantém-se.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!...

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Queria forçar-me em três aspetos que nos parecem essenciais. Por um lado, um dos objetivos — que, aliás, é referido nos pareceres que nos foram enviados e que já se traduziu numa proposta enviada para a Assembleia da República, por parte do Governo — é o que é assumido como objetivo de política criminal da celeridade processual.

Dito assim, fica-se sem saber exatamente em que é que se vai traduzir; mas já sabemos que se traduziu, nomeadamente na proposta de lei, já aqui discutida, que diz respeito ao Código de Processo Penal, que, na verdade, tem sido muito criticada — já fizemos aqui o debate.

Mas gostava que a Sr.ª Ministra e os Srs. Deputados do PSD tivessem em atenção, nomeadamente, as palavras do Prof. Paulo Mota Pinto sobre este diploma, quando escreve, em conjunto com outros signatários, o seguinte: «Não estamos perante uma reforma, apenas perante alterações pontuais e há alguns artigos que, no conjunto, configuram uma diminuição dos direitos dos cidadãos e das suas garantias de defesa em dois planos: no aumento dos custos da justiça e na diminuição dos prazos para a defesa.»

E há uns dias — sempre nesta lógica de *soundbites*, a pensar num processo concreto e não naquilo que realmente muda a justiça —, em cima de um acontecimento mediático, o PSD alterou a proposta do Governo para prever a suspensão da prescrição de um crime quando no debate instrutório haja interrupções por força da substituição do advogado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Toda uma nova direita a governar para o caso concreto, é isto a que estamos a assistir, apesar de nós, juristas, sabermos que a lei penal não se aplica retroativamente. Portanto, ao contrário das notícias e dos *soundbites*, é evidente que nenhum caso que esteja agora a decorrer seria afetado por este caso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, não é para um caso concreto!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — É, é, claro que é!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Também não se diz em voz alta, escrito assim, que estarão a penalizar casos em que, por exemplo, o advogado adoce e a prescrição é suspensa.

Portanto, o que interessa é parecer que se está a resolver alguma coisa e tem sido assim na justiça, não se falando, por exemplo, quando se fala em celeridade, no que se passa na justiça administrativa e fiscal. Aí, sim, temos casos dramáticos. Não dá notícia de última hora, portanto, não vale a pena.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sócrates, José Sócrates!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Na justiça penal, ignoraram-se as propostas do Partido Socialista, nomeadamente a problemas concretos, como sejam os problemas relativamente ao inquérito, à prisão preventiva, à produção de prova, verdadeiras questões que se prendem com direitos fundamentais.

Queria chamar a atenção para um ponto que vem referido nos pareceres, que nos parece essencial, que tem a ver com o conceito de zonas de criminalidade de impacto social: o que é que elas querem dizer, o que é que significam essas zonas e a previsão de operações especiais de polícia, acompanhadas, quando necessário, do Ministério Público.

Mas gostaríamos de saber se, para o Governo, está normalizado revistar as pessoas sem mandato, ou, perguntando pela positiva, em que situações é que entendem que não é necessário, por exemplo, para revistar qualquer um de nós, um mandato.

Finalmente, para terminar, queria só chamar a atenção para as dúvidas de constitucionalidade que são levantadas, nomeadamente pelo Ministério Público, pelos pareceres do Conselho Consultivo do Ministério Público, relativamente à extensão do regime penal para as questões sobre os mais jovens.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Paula Santos, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP sempre considerou que num País como o nosso, em que o processo penal se rege pelo princípio da legalidade e que assume a independência do poder judicial e a autonomia do Ministério Público como elementos estruturantes do Estado de direito democrático, não compete ao poder político definir as orientações de política criminal.

Isso não significa que as autoridades judiciais não devam ser escrutinadas. Devem. Não só não estão isentas de críticas, como os Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público integram elementos eleitos pela Assembleia da República.

Entre 2011 e 2015, a Assembleia da República não aprovou qualquer lei de definição de objetivos, prioridades e orientações para a política criminal e nem por isso tais objetivos, prioridades e orientações deixaram de existir. Isso significa que nesses anos não houve política criminal? Claro que houve.

Naturalmente, o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definiram prioridades no âmbito e nos termos em que os respetivos estatutos e leis orgânicas o permitem, na observância do princípio da legalidade e no cumprimento dos objetivos de prevenir e reprimir a criminalidade e reparar os danos individuais e sociais dela resultantes, tomando em consideração as necessidades concretas de defesa dos bens jurídicos, que é o que consta da Lei-Quadro da Política Criminal.

Desde que, em 2006, a maioria absoluta do PS de Sócrates aprovou a lei que determina que seja o poder político a definir as orientações e prioridades da política criminal, criou-se um duplo dilema insuperável: ou bem que se respeita o princípio da legalidade; ou bem que se define politicamente quais são os crimes que devem ser investigados com prioridade sobre os demais; ou bem que se define que tudo é prioritário e, nesse caso, nada é prioritário; ou bem que se definem as prioridades, havendo sempre o risco de essa definição ser feita não em função das necessidades reais das autoridades judiciais e policiais, mas em função das modas ditadas pela mediatização da criminalidade.

O que o PCP propõe é que se encontre uma solução legal que enquadre adequadamente a vantagem que pode existir na definição de objetivos, prioridades e orientações no âmbito da política criminal. O ponto de partida deve ser a consideração dos objetivos gerais de política criminal que constam do artigo 4.º da Lei-Quadro da Política Criminal, e das opções de política criminal que constam das leis penal e processual penal em vigor.

Com estas referências, deve ser o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal, nos termos dos respetivos estatutos, a definir as prioridades e orientações que lhes correspondem por um período de dois anos, sendo a respetiva execução avaliada pela Assembleia da República.

Assim, definem-se as prioridades e orientações que podem dar maior eficácia à ação do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal e afastam-se as objeções quanto à possível intromissão do poder político na esfera de intervenção das autoridades judiciais.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: Relativamente a esta proposta do Governo, ela reconhece, como não poderia deixar de ser, a violência doméstica, este flagelo social.

Só que o problema nunca é enunciar o óbvio, o problema passa nas respostas que não saem do papel e no apoio real que tarda em chegar às vítimas. Olhemos, por exemplo, para o alargamento da rede dos gabinetes de apoio à vítima, que apesar de já estarem previstos há vários anos no Orçamento do Estado, continuamos não só sem ter soluções no terreno que sejam suficientes, em particular, onde existam mais casos e, por outro lado, também não sai do papel e volta a ser referido pelo Governo.

Há aqui também uma contradição que não podemos deixar passar despercebida. É que, apesar de o Governo identificar a violência contra as mulheres como prioridade, a maioria que suporta o Governo neste Hemiciclo recusa, por exemplo, legislar sobre fenómenos como o feminicídio e o seu reconhecimento.

Por isso mesmo, achamos que há um caminho maior a ser feito, que, claramente, este projeto ainda não faz.

Depois, e porque o tempo aqui é muito curto, tenho duas questões muito claras.

Os crimes ambientais. Falam nos crimes ambientais em matéria florestal, mas ignoram a necessidade de responsabilizar grandes poluidores por crimes ambientais com impactos profundos e irreversíveis, até na dimensão dos rios, da poluição e contaminação dos lençóis...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Mucho, do Livre.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta proposta de lei do Governo tem prioridades de tipo transversal relativamente à prevenção do crime, à proteção das vítimas e à reinserção.

Vendo o elenco, creio que ninguém discorda da sua relevância: os crimes contra as pessoas; o reforço da prevenção da corrupção; a cibercriminalidade, cuja participação é hoje particularmente relevante; os crimes associados à criminalidade violenta e organizada; a violência doméstica, que continua a ser um dos crimes que mais mata e que está a aumentar, apesar de todos os esforços; a violação do segredo de Estado; os crimes como o tráfico de pessoas, a discriminação e o incitamento ao ódio e à violência e os crimes motivados pelo ódio racial, religioso, político ou gerado pela cor, origem étnica ou nacional, pelo sexo, pela orientação sexual ou expressão de género da vítima, que são hoje particularmente relevantes. Mas, quando tudo é prioridade, nada é prioridade, como aliás bem recordou o Conselho Superior da Magistratura.

Depois, há questões que o Livre não pode deixar de sinalizar, como o desenvolvimento de programas de reinserção social e de trabalho prisional que incluam atividades de utilidade pública, como a limpeza de matas, a reconstrução de espaços afetados por incêndios e ações de prevenção de riscos e proteção civil. Sr.^a Ministra, como já temos sinalizado várias vezes nesta matéria, será que estamos perante um verdadeiro instrumento de reinserção? Sem clareza quanto ao valor pago, às condições e às garantias, que política de reinserção é esta?

Há uma outra matéria que é o facto de o Governo criar uma equipa especial de combate à fraude no SNS, que não percebemos muito bem como é que se vai articular com a Comissão de Combate à Fraude no SNS, que também foi criada.

Outro ponto central, Sr.^a Ministra, tem que ver com o conceito das «zonas de criminalidade de impacto social», que, aliás, o Livre quis trazer hoje à discussão e o PSD e outros partidos da direita votaram contra, impedindo que se discutisse. Sr.^a Ministra, desde 2009 que nas leis de orientação da política criminal que se consagram conceitos como «zonas urbanas sensíveis», «zonas urbanas sujeitas a vigilância policial em função de índices de criminalidade» ou «zonas urbanas e outras de especial criticidade sujeitas a vigilância policial». Ao longo dos anos, todas estas leis têm apresentado estes conceitos, sem nunca explicar o que é que eles significam, sem nunca explicar a que zonas é que, efetivamente, nos estamos a referir quando nos referimos às mesmas. Aliás, até temos estudos feitos que nos dizem que critérios é que a polícia utiliza nestas matérias, Sr.^a Ministra. Sabemos que há bairros periféricos que são constantemente associados a índices maiores de criminalidade, como forma de legitimar uma ação policial mais intensiva. Aliás, o Governo também associa a

este tipo de espaços um policiamento mais intensivo e, se tivermos em conta aquilo que tem feito, aquilo a que este Governo chama de «policiamento de proximidade», significa encostar sistematicamente pessoas à parede.

Portanto, Sr.^a Ministra, gostaria que o Governo nos pudesse clarificar, efetivamente — já perguntei por diversas vezes às várias Ministras da Administração Interna que estes Governos do PSD já tiveram e nunca, nunca nos foi dada uma resposta, Sr.^a Ministra, e esta é uma questão de escrutínio democrático e de capacidade do Parlamento —, como é que o Governo dirige estas matérias, pois não largaremos este assunto.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, antes de ir ao tema que aqui nos traz, não posso deixar de fazer um comentário à intervenção da Sr.^a Deputada Isabel Moreira.

O País tem, neste momento, um problema: está a ser confrontado, diariamente, com uma falência, uma bancarrota do sistema de justiça perpetrada por um ex-Primeiro-Ministro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, o que temos de decidir é se, perante um caso concreto, pois trata-se de um caso concreto, que está a levar à bancarrota do sistema de justiça, devemos estar todos preocupados com isso e se devemos atuar em função disso.

Diz a Sr.^a Deputada Isabel Moreira que isso é atuar em função do caso concreto. Pois que seja. Se este caso concreto nos interpela, atuemos em função desse caso concreto.

Protestos do PS e contraprotestos de Deputados da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Pois que seja?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Já agora, o problema que a Sr.^a Deputada Isabel Moreira levanta, resolve-o ela própria, porque diz «a lei não pode ser aplicada retroativamente». Pois então, olhemos pelo menos para a frente para resolver este problema. E, já agora, os principais interessados em resolver este problema de bancarrota do sistema de justiça deveriam ser os Deputados do PS, porque sabemos bem quem é José Sócrates e sabemos que, depois de uma bancarrota financeira, o PS ainda fez uma votação para o eleger como secretário-geral, tendo tido mais de 96 % dos votos. Por isso, se José Luís Carneiro está contente com mais de 97 % dos votos, Sócrates teve 96 % dos votos, depois de uma bancarrota, Srs. Deputados. Por amor de Deus!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Fala do assunto em discussão!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ora bem, vamos ao tema que aqui nos traz, a política criminal.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Uma ideia de continuidade, não há uma visão de diferenciação estratégica daquilo...

Protestos do BE.

... — estou a falar agora, obrigado! — dizia eu que não há uma diferenciação estratégica daquilo que foi a visão que vem acompanhando estes instrumentos, desde 2024. Há uma preocupação com a sofisticação, o cibercrime, a digitalização do crime, o peso do crime transnacional, a perceção pública, tudo isso são questões que vinham de trás e podem, porventura, ser reforçadas. Mas queria também salientar algumas insuficiências.

Por um lado, estamos, neste momento, a discutir este documento e não conhecemos o relatório de execução de documentos anteriores. Parece-me uma falha grave. Nós precisamos de dados. Ainda relativamente aos dados, precisamos de indicadores que sejam virados para os resultados e não para a atividade. Quantos inquéritos foram feitos? Quantas participações foram recebidas? Ok, certo, mas quais são os resultados da política criminal e da atividade de combate ao crime?

Por último, Sr.^a Ministra, também queria deixar uma observação. Podemos falar, e devemos falar, da existência de mais meios — não estou apenas a falar de recursos humanos, estou a falar de meios técnicos e de capacidade de formação —, mas vivemos, Sr.^a Ministra, no país em que a população teve de oferecer um computador a uma esquadra de polícia, porque só havia um computador para fazer participações.

Portanto, é preciso, sim, reforçar os meios e é preciso focarmo-nos naquilo que é essencial no Estado. A justiça é essencial, o Estado deve estar aí, deve estar com força, deve estar com meios, mas não podemos ser sujeitos nem ao que temos visto, de bancarrota da justiça por alguns protagonistas, nem à falta de meios nas esquadras de polícia, nomeadamente para receber participações.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do L Tomás Pereira.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros da Justiça e Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Passados 20 anos, 20 anos desde a aprovação da Lei-Quadro da Política Criminal, continua a ser, no mínimo, inquietante verificar que alguns persistem em querer retirar dos dois órgãos de soberania a competência para definir os objetivos, prioridades e orientações da política criminal.

Pretende o PCP, como pretendia há 20 anos, que essa função caiba ao Ministério Público e aos órgãos de polícia criminal. Nada de novo, camaradas. Só a política criminal é que evoluiu. A Constituição da República Portuguesa é absolutamente clara. O n.º 1 do artigo 219.º estabelece que compete ao Ministério Público representar o Estado e participar na execução da política criminal, definida pelos órgãos de soberania. Participar na execução, não na definição. Esta distinção não é um detalhe técnico, é um princípio estruturante do nosso Estado de direito democrático. A definição da política criminal pertence aos órgãos de soberania, legitimados democraticamente para o fazer. É aqui, perante os representantes eleitos pelos cidadãos, que se definem as prioridades da política criminal propostas pelo Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Transferir essa responsabilidade para entidades que não têm legitimidade política direta seria inverter a lógica constitucional e fragilizar o princípio da responsabilidade democrática.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: a Lei-Quadro da Política Criminal estabelece limites muito claros à definição das prioridades. Essas prioridades não podem prejudicar o princípio da legalidade, a independência dos tribunais ou a autonomia do Ministério Público, não podem conter diretivas sobre processos concretos e não podem, em circunstância alguma, isentar qualquer crime de procedimento. Ou seja, a política criminal define orientações gerais, não interfere na administração da justiça. A proposta de lei, em apreciação, segue precisamente esse quadro constitucional e legal. Estabelece que, na definição das prioridades, devem ser ponderadas a complexidade, a sofisticação técnica e a gravidade social dos fenómenos criminais. Entre esses fenómenos incluem-se crimes contra a integridade física praticados por ou contra agentes de autoridade, profissionais de saúde ou de proteção civil, crimes cometidos em ambiente escolar ou em contexto de saúde, crimes contra vítimas especialmente vulneráveis, a usurpação de coisa imóvel, o incêndio florestal, a corrupção e a cibercriminalidade.

Falamos, portanto, de tipos criminais que afetam diretamente a segurança das pessoas, a confiança nas instituições e o funcionamento da própria sociedade. Para dar resposta a estas prioridades prevê-se a criação de equipas mistas de prevenção criminal, reforçando a investigação e o acompanhamento de processos

prioritários, bem como a proteção e o ressarcimento das vítimas. No domínio da violência doméstica, são previstas medidas concretas de proteção da vítima, destacando que, sempre que tal se revele seguro e adequado, a atribuição da casa de morada de família é para a vítima. Prevê-se, igualmente, o reforço de policiamento de proximidade e a realização de operações especiais dirigidas ao combate à corrupção, à recuperação de ativos, aos incêndios florestais, à cibercriminalidade, à usurpação de imóveis, à criminalidade rodoviária, à criminalidade associada ao desporto e à residência.

Uma inovação relevante desta proposta é a realização de uma monitorização intercalar no final do primeiro ano de vigência, permitindo avaliar e ajustar as políticas públicas à evolução da criminalidade. Comparativamente com a lei da política criminal anterior, esta proposta reforça a celeridade e a eficácia processual, designadamente através do alargamento do processo abreviado à criminalidade grave sempre que legalmente admissível.

São igualmente incluídos na lista de crimes a prevenir os crimes de discriminação, incitamento ao ódio e à violência, incluindo em contexto digital, bem como os crimes motivados por ódio racial, religioso, político ou relacionados com a origem, o sexo ou orientação sexual da vítima. Nenhuma sociedade é forte se tolerar o ódio.

Reforça-se também a proteção consular na prevenção da subtração internacional de menores, a cooperação judiciária internacional e o apoio às vítimas de imigração ilegal e tráfico de pessoas. Prevê-se ainda a criação de uma rede de centros de crise seguros e especializados para vítimas de violência sexual, em articulação com o Serviço Nacional de Saúde e a Polícia Judiciária.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: as opções político-criminais refletem sempre a sociedade em que se manifestam. Durante décadas, o direito penal foi sobretudo visto como um instrumento de garantia da liberdade. Hoje, continua a sê-lo, mas confronta-se com uma exigência crescente de segurança. A criminalidade e também o medo da criminalidade marcam o nosso quotidiano. A globalização, a mobilidade de pessoas e capitais e a internacionalização das organizações criminosas tornaram os fenómenos criminais mais complexos, mais transnacionais e mais difíceis de combater.

Vivemos também num contexto em que a perceção da violência é amplificada pela circulação global de informação. Muitas vezes, não precisamos de experimentar diretamente a violência para sentir a sua presença. Esta realidade exige respostas eficazes do sistema de justiça. Mas deve existir também equilíbrio. Sabemos, hoje, que não existe uma relação direta entre taxas de encarceramento e taxas de criminalidade. O que existe é uma relação profunda entre a resposta penal, o contexto social e o clima moral de cada época.

Por isso, uma política criminal responsável deve procurar sempre o equilíbrio entre a defesa da sociedade e o contexto, a eficácia da justiça e a proteção dos direitos fundamentais. Investigações intermináveis comprometem direitos fundamentais e corroem a confiança dos cidadãos no sistema judicial. Da mesma forma, o uso de expedientes manifestamente dilatatórios não pode ser tolerado num Estado de direito.

A justiça tem de ser eficaz, tem de ser capaz de rejeitar o imobilismo e afirmar o reformismo. A justiça não pode correr atrás do tempo, tem de chegar a tempo. Esta proposta de lei contribui precisamente para esse objetivo: uma justiça mais célere, uma justiça mais eficaz, uma justiça mais capaz de responder aos desafios da criminalidade contemporânea, sem nunca, mas nunca, se afastar dos princípios fundamentais do Estado de direito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: Um dos objetivos prioritários desta política criminal é a investigação prioritária da violência doméstica, como não poderia deixar de ser, e a garantia de respostas mais rápidas e eficazes.

Ora, estamos perante um dos fenómenos criminais mais graves e preocupantes, com fortes repercussões sociais para a vida das pessoas.

Por isso, é mesmo importante que se reforce a coordenação institucional, a articulação entre os OPC (órgãos de polícia criminal), o Ministério Público e os serviços de proteção e apoio às vítimas, para que as prioridades sejam estabelecidas e para que a nenhuma vítima, precisando de ajuda, ela falhe.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a e Sr. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando, em 2006, a Lei-Quadro da Política Criminal definiu o método pelo qual, agora, voltamos a aprovar e a apreciar as prioridades da política criminal, posicionou-se de uma forma que é clarificadora e que, do nosso ponto de vista, é acertada. E isso marca a diferença, desde logo, em termos da forma como encaramos a democracia, se entendemos que, em democracia, na lógica da separação de poderes, cabe ao poder político a definição das prioridades e da política criminal e cabe às magistraturas a aplicação das leis e a execução dessa política criminal, estabelecendo uma relação que, do nosso ponto de vista, é óbvia, entre aquilo que é político e entre aquilo que é jurisdicional. Mas posicionou-se também, dentro do político, numa lógica de parlamentarizar esta definição, e não de a governamentalizar, ou seja, de dar ao Parlamento a possibilidade de debater e fiscalizar a aplicação desta lei de política criminal.

Noutros países, isto é exatamente igual, mas cabe ao Governo essa definição.

Como disse, na altura, em 2006, o CDS votou a favor desta lei por entender que esta é a forma mais eficaz e mais transparente de estabelecer o funcionamento da política criminal.

Mas é importante salientarmos aqui que, quando se definem prioridades da política criminal, não se está a dizer o que é que se investiga e o que é que não se investiga — às vezes, há alguma confusão sobre o que está em causa.

Estamos aqui a discutir do ponto de vista político, na afetação de recursos, na valorização, na modernização, aquilo que deve obviamente motivar — desde logo da parte do poder político — maior investimento, mas também maior atenção dos órgãos de polícia criminal e das magistraturas.

É nesse sentido que, muito claramente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sim, há questões que são prioritárias; sim, há evidências práticas que nos devem fazer mudar procedimentos. E isso não é legislar para o caso concreto, é olhar para o caso concreto e legislar em função disso, que é uma coisa diferente.

Então se nós temos, como já disse o Sr. Deputado Rui Rocha, um arguido — que por acaso, ou não, foi Primeiro-Ministro deste País — que, constantemente, utiliza a seu favor o sistema de justiça e utiliza garantias processuais que foram estabelecidas para proteger aqueles que perante a justiça possam estar numa situação de inferioridade, sendo que os utiliza exatamente ao contrário, porque tem uma situação de superioridade, porque tem um ascendente que outros não têm, pergunto: não devemos olhar para a lei e voltar a equilibrar aquilo que se revelou desequilibrado?!

Claro que devemos, mas não é disso que trata esta lei e, portanto, trazer isto para este debate não faz sequer sentido.

Esta lei trata da evolução de fenómenos criminais, como disse a Sr.^a Ministra — sim, há maior complexidade, há maior transnacionalidade, e temos de combater isso. Tal como temos de olhar para os crimes mais graves, sim; temos de olhar para as zonas mais problemáticas, sim; e temos de ter equipas mistas para combater esse crime, sim!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: Um dos objetivos traçados pela presente proposta de lei é a celeridade processual, objetivo este com que, em abstrato, concordamos.

Mas Sr.^a Ministra, celeridade processual quando faltam magistrados?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Quando faltam funcionários judiciais? Quando faltam órgãos de polícia criminal? E, como se não bastasse, além da falta de meios humanos temos também falta de meios materiais. Como é que se pode falar em celeridade processual quando faltam meios humanos e materiais?

Sr.^a Ministra, por outro lado, como se define uma lei tão importante no âmbito do combate à criminalidade com base no RASI, que omite a nacionalidade dos criminosos? Porque é que se continua a esconder a nacionalidade dos criminosos? Têm medo de quê?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Nunca, em momento, em tempo e em circunstância alguns esta Casa deve ter vergonha. Deve ter, sim, a coragem de mostrar quem são os criminosos.

Aplausos do CH.

Passa também a ser crime a usurpação de coisa imóvel, dando razão ao Chega. Mas para nós não é suficiente. Mais do que a criminalização, são precisos mecanismos legais que devolvam a casa aos seus legítimos proprietários, na hora, e é preciso não permitir que os ocupas, amigos aqui da esquerda e da extrema-esquerda —...

Protestos dos Deputados do PS Ana Bernardo, Margarida Afonso e Pedro Vaz.

... os teus compinchas! —, lá permaneçam com total impunidade, desfrutando da anarquia de que tanto gostam e que tanto promovem.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sim, sim...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mentiroso! Mentiroso!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que é preciso é que a lei assegure que os portugueses possam andar livremente pelas ruas, em particular as nossas mulheres e crianças, sem receio de serem violentadas ou violadas.

O que é preciso é que as vítimas de violência doméstica tenham respostas preventivas e rápidas, para que não morram às mãos de um qualquer criminoso de esquina.

O que é preciso é que se combatam fortemente organizações criminosas como o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o Comando Vermelho, e que não os deixemos meter um pé que seja em território nacional.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — O que é preciso é que se combatam, fortemente e sem dó, as máfias que operam em Portugal, vindas de todos os cantos do mundo, e que as mandem de volta para a terra delas, porque cá não fazem falta nenhuma.

O que é preciso é que o RASI volte a identificar a nacionalidade dos criminosos, e verão que mais uma vez darão razão ao Chega, porque, quer gostem, quer não gostem, o aumento da criminalidade tem uma forte conexão com o aumento da imigração.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Vozes do PS: — Falso!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — É preciso não ter medo, é preciso não esconder a verdade e, sobretudo, é preciso coragem. Coragem que este Governo e a bancada que o suporta até hoje nunca tiveram.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Protestos da Deputada do CH Pedro Rita Matias.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados, até agora toda a gente teve oportunidade de ser ouvida,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A gamar as luzes de Natal, isso é que é bonito!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — ... não vamos abrir agora a exceção. Srs. Deputados, deixem lá falar a Sr.^a Deputada Paula Santos.

Sr.^a Deputada, faça favor, retome a palavra.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Foi com alguma perplexidade que ouvimos a intervenção por parte do PSD, porque veio aqui um fervoroso defensor desta legislação, mas gostaria de recordar que o PSD não só não votou a favor desta lei, em 2006, como também não a cumpriu quando foi Governo, em 2011 e 2015, porque a verdade é que, nesse período, não foi apresentada aqui nenhuma proposta. E se isso não aconteceu por alguma razão foi, talvez o Sr. Deputado tenha oportunidade de explicar!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa não dispõe de mais inscrições, pelo que tem a palavra, para a intervenção de encerramento, a Sr.^a Ministra da Justiça, que dispõe de 2 minutos e 4 segundos para o efeito.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falámos hoje de muitas coisas para lá do tema que aqui nos trazia. Fui interpelada para responder a questões já fora do período em que posso responder e, por isso, como não se dedicavam especificamente a este tema nem à área da minha tutela, não vou falar sobre esses temas.

Mas, queria deixar aqui uma coisa clara: quando digo que fizemos e publicámos dados sobre a justiça, é exatamente para acabar com este tipo de discussão. Para começar, estamos a falar de criminosos, estamos a falar de pessoas condenadas, e o RASI tem e sempre teve a nacionalidade das pessoas que estão condenadas. Por isso, não é por aí, Sr. Deputado.

Agora, o que nos centra, o que nos traz aqui e o que traz a nossa proposta, é o objetivo que pretendemos cumprir: queremos prevenir e reprimir a criminalidade, especialmente a criminalidade grave e violenta. Queremos reforçar a proteção das vítimas, queremos colocá-las no centro das preocupações do sistema de justiça. Temo-lo feito e queremos continuar a fazê-lo.

Estamos a criar mais gabinetes de apoio à vítima e vamos concluir esse processo até ao final da Legislatura.

Queremos prevenir a reincidência, e temos várias iniciativas que promovem a prevenção da reincidência e que ajudam à reinserção dos autores do crime na sociedade.

Queremos também reforçar a celeridade e a eficácia penal. Sim, queremos! Não temos medo de o dizer. Temos apresentado propostas e queremos mudar, também, esse regime.

Acreditamos que uma política criminal eficaz deve concentrar os esforços onde os problemas são mais graves, proteger quem mais precisa e garantir que a justiça responde com rapidez, eficácia e cuidado.

Foi nesta convicção que preparámos esta proposta de lei, e é com base nestes princípios que esperamos que ela possa receber a aprovação do Parlamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos, assim, ao fim deste ponto da ordem do dia.

Passamos ao quinto ponto da agenda, com a discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 435/XVII/1.^a (PS) — Altera o enquadramento jurídico aplicável à atividade das amas, equiparando a Creche Feliz, reforçando direitos, potenciando vagas e melhorando o tratamento fiscal, 485/XVII/1.^a (PAN) — Reforça e qualifica a atividade de ama, alargando as respostas à primeira infância e reforçando os mecanismos de proteção das crianças contra maus-tratos, alterando diversos diplomas, 491/XVII/1.^a (PCP) — Reforça os direitos das amas integradas no Instituto de Segurança Social, I.P. e altera o Decreto-lei n.º 125/2015, de 22 de junho, e 492/XVII/1.^a (BE) — Altera o regime jurídico do exercício da profissão de ama e garante uma maior proteção laboral e social, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 673/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do regime jurídico das amas, no cuidado às crianças, no sentido da promoção de medidas operacionais e de fiscalização, e desenvolvimento de políticas sociais paralelas.

Para a apresentação do projeto de lei do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao longo das últimas décadas, o País tem dado passos consistentes para reforçar as respostas sociais, e muito em particular respostas para a primeira infância — o PS orgulha-se de ter tido responsabilidade direta em muitos desses passos —, com o pré-escolar progressivamente universal; com o alargamento do número de vagas nas creches, aqui priorizando as áreas de maior necessidade em vagas sucessivas do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), de acordos de cooperação com o setor social; e, nos últimos anos, com a gratuidade das creches também alargada às creches privadas, com o Creche Feliz nas zonas de maior carência de respostas.

Sabemos tudo isto, mas sabemos também que há ainda muitas famílias e crianças com dificuldade de acesso a respostas. Sabemos que há regiões do País — e desde logo as áreas metropolitanas —, em que ainda faltam muitos milhares de vagas para os primeiros anos de vida, tão determinantes.

Precisamos de acelerar o aumento da rede de respostas, precisamos de aumentar esforços, precisamos de melhorar acesso, precisamos de mais vagas — não de cancelar projetos do PRR sem dar alternativas às famílias. Precisamos de inovar nas respostas, de atrair mais parceiros, mais instituições, de dar melhores condições aos profissionais e às famílias.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a proposta que hoje aqui trazemos vai no sentido de dar às creches familiares e às amas condições para serem, cada vez mais, parte de respostas de qualidade para muitos milhares de crianças em todo o País, desde logo nas áreas urbanas. É por isso que propomos um conjunto de medidas para reforçar e valorizar as creches familiares e para dar melhores condições às amas para desenvolverem a sua atividade.

Assim, propomos que as amas independentes sejam equiparadas às creches privadas, no âmbito da Creche Feliz, para assegurar gratuidade e mais escolha a mais famílias.

Propomos que as despesas com amas possam ser deduzidas em sede de IRS, tal como já acontece com outras respostas para a infância, pondo fim a uma discriminação inaceitável e sem sentido.

Propomos que o IVA das amas seja reduzido para 6 %, tal como sucede com as amas que são contratadas por quem pode pagar para ter uma ama o tempo inteiro na sua própria casa.

Mais acesso, mais justiça fiscal, mais justiça social, melhores condições para as profissionais e para as famílias.

Mas também propomos que os municípios possam ser instituições de enquadramento para alargar estas respostas de proximidade onde elas sejam necessárias; propomos que as creches familiares passem a poder funcionar não apenas nas casas das amas, mas também em espaços comunitários com condições para o efeito; e propomos que seja criado um apoio financeiro de adaptação de domicílios, para apoiar quem desejar exercer esta atividade e não tem condições em casa para esse efeito.

Atrair mais entidades, atrair mais profissionais, inovar nas respostas, criar mais vagas para as pessoas.

Finalmente, porque os direitos de quem cuida são importantes, propomos que sejam claros na lei os direitos de quem exerce esta profissão e que as amas, nas instituições de enquadramento, devem ter contrato de trabalho e não de prestação de serviço.

Sr. Presidente, este amplo conjunto de propostas reforça as respostas sociais, inova nos modelos, motiva entidades a dar mais respostas às pessoas e dá resposta à necessidade das famílias e das crianças.

Esperamos que seja possível gerar um amplo consenso em torno destas propostas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Pretende responder em conjunto?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helga Correia, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Miguel Cabrita, espantame muito que o Partido Socialista traga hoje a debate a alteração ao enquadramento jurídico aplicável à atividade das amas, quando o Partido Socialista esteve oito anos no Governo e não o fez.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — É verdade! É verdade!

Vozes do PS: — Oh!...

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Durante esses oito anos não o fez! E, Srs. Deputados, concordou no Parlamento com a resolução que recomendava ao Governo a regularização dos veículos precários, a revisão do seu regime e a adoção de medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas nas IPSS (instituições particulares de solidariedade social).

O que é que fez o Partido Socialista nesta matéria, Sr. Deputado? Nada!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Não foi com a AD!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — O Partido Socialista não fez nada, concordou com esta resolução e nada fez. Vamos então sistematizar: nem se preocupou com a situação profissional das amas, nem com o aumento do número de vagas a nível da Creche Feliz.

Risos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Sr. Deputado, era bom que não se risse desta matéria.

Sr. Deputado, o Governo da AD, em dois anos, tem promovido um conjunto de medidas públicas de proteção às famílias no sentido da conciliação da vida profissional e familiar! E, Sr. Deputado, em 2024, no Governo da AD, relativamente às creches, as famílias passaram a poder contar com vagas no setor privado.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Verdade!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Foi a AD?! Está a brincar comigo? Não minta!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — É verdade, Sr. Deputado — é difícil! —, aumentámos o número de vagas.

Sr. Deputado, de março de 2024 a janeiro de 2026: mais de 16 800 vagas no programa Creche Feliz; mais de 128 000 crianças com vagas gratuitas.

O Governo da AD, Sr. Deputado, constituiu um grupo de trabalho para estudar a implementação de um programa de definição da resposta social Creche Familiar, bem como a necessária qualificação profissional e simplificação de procedimentos e requisitos de acesso à profissão de amas, isto de acordo com lo que está assinado no compromisso de cooperação com o setor social.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe: este projeto é extemporâneo e não respeita o setor social. Não respeita o setor social, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lina Pinheiro, do Chega.

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Miguel Cabrita, o Partido Socialista não conseguiu garantir vagas em creches e, agora, traz uma proposta para compensar esse falhanço. Mas quando falamos de crianças não pode haver soluções fáceis, tem de haver segurança, tem de haver controlo, tem de haver exigência, e é exatamente isso que não está claro nesta proposta.

O PS quer alargar esta solução sem garantir o essencial, e, por isso, pergunto diretamente: se não conseguiram resolver o problema das creches, como vão garantir agora fiscalização séria numa realidade ainda mais dispersa?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Falharam nas creches, não falhem nas crianças.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Agora, expliquem-nos com clareza: onde está a fiscalização concreta? Que mecanismos concretos de controlo existem? Porque isto não é um detalhe! Estamos a falar de crianças e, quando falamos de crianças, ou há regras claras ou há risco.

Conseguem garantir, hoje, que todas estas crianças vão estar protegidas, com critérios exigentes e fiscalização regular? Ou estão apenas a tentar resolver um problema político sem resolver o problema de fundo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — E aqui está a diferença, o Chega não facilita. O Chega começa pelo essencial, começa por garantir primeiro mais formação, mais avaliação, mais fiscalização no terreno e, algo fundamental, zero automatismos quando estão em causa crianças,...

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — ... porque antes de crescer é preciso garantir que funciona.

Portugal já falhou nesta área, o que não pode voltar a acontecer. Por isso, custa ver o PS avançar primeiro e garantir depois, porque, quando falha a uma criança, o Estado falha para sempre.

No fim, é isto, não é um voto técnico, não é um detalhe político, é uma escolha clara: ou se coloca a segurança das crianças acima de tudo, ou se continua a facilitar para esconder falhas. Porque a verdade é simples, e o País percebe: o PS falhou nas creches...

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — ... e agora quer baixar a exigência para disfarçar esse falhanço, mas nós não aceitamos isso.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não é nada disso!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Hoje, cada voto fica registado, cada voto mostra quem exige e quem facilita.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Lina Pinheiro** (CH): — Quem votar contra a exigência, assume perante o País que aceita colocar as crianças em risco.

Aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Miguel Cabrita, faça favor, tem a palavra para responder.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Helga Correia, sabe quantas vagas gratuitas havia em 2015? Zero! E sabe quantas vagas havia em 2023? Havia 130 000!

Aplausos do PS.

Essa é a resposta que temos para dar, em matéria de creches, ao Partido Social Democrata.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Está a desqualificar o setor social!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Desrespeito pelo setor?! A Sr.^a Deputada viu o parecer da associação das amas, que diz que esta proposta do PS vai no sentido correto...

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

... e vai permitir qualificar a atividade e dar respostas às famílias?

A pergunta que temos de fazer é se estas propostas são ou não positivas, se são ou não avanços, e essa é a resposta que dou também à Deputada Lina Pinheiro e ao Chega: nós queremos ou não dar respostas às crianças e às famílias que recorrem a amas independentes? Queremos ou não gratuidade? Queremos ou não alívio fiscal? Ou queremos grupos de trabalho e estudos para depois?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, para que efeito?

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa para distribuição de um documento. É que o Sr. Deputado do Partido Socialista Miguel Cabrita...

Protestos do PS.

... precisa de ver o acordo de cooperação com o setor social, e nós vamos pedir para distribuir a cláusula X, o n.º 2, onde se diz que foi assinado um acordo de cooperação da constituição de um grupo de trabalho com o setor social. Há aqui um desconhecimento!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — No primeiro ponto da ordem de trabalhos não fez uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, Sr.ª Deputada.

Tem agora a palavra para uma intervenção a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também as Sr.ªs e os Srs. Deputados: São demasiados os casos de maus-tratos a crianças que nos alertam para a necessidade de mudanças que garantam o seu bem-estar e a sua segurança.

Veja-se, por exemplo: menina de 1 ano, por se ter sujado, levou 20 pancadas da sua ama e foi colocada num chuveiro de água fria; bebé de apenas 15 meses chegava à casa com hematomas na cabeça; crianças vítimas de abuso sexual por companheiros de amas; menino de 4 anos, por 10 vezes, foi colocado de castigo, de pé e contra um pilar, toda a tarde; ou até mesmo crianças que eram deixadas a brincar junto a veneno para ratos por parte das suas amas.

Uma só criança que fosse, mas são demasiados os casos de crianças a serem humilhadas, castigadas e maltratadas para que o Parlamento fique indiferente a esta realidade. E é por isso mesmo que hoje o PAN traz propostas que visam reforçar a prevenção da violência contra crianças e assegurar uma abordagem pedagógica centrada no seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

Para isso, propomos que as amas passem a ter formação obrigatória em direitos das crianças, práticas pedagógicas não violentas e também estratégias de gestão de stresse. Por outro lado, queremos também que as crianças vítimas de maus-tratos passem obrigatoriamente a ser reencaminhadas para respostas alternativas e para apoios psicológicos especializados, e que os mecanismos de denúncia destas situações graves sejam reforçados.

Mas Sr.ªs e Srs. Deputados, também não podemos ignorar que em distritos como Lisboa, Setúbal ou Porto arranjar uma vaga na creche para um filho é quase tão difícil como ganhar uma medalha olímpica. Por isso mesmo, neste debate trazemos mais respostas a quem delas precisa, possibilitando que os serviços de amas possam ser prestados em espaços comunitários e deduzidos como despesas na educação, propondo que as amas em regime independente possam passar a integrar também o programa Creche Feliz e garantindo que os municípios possam ser instituições de enquadramento de amas, como já sucede com as IPSS.

Sr.ªs e Srs. Deputados, sabemos que há muito que nos separa, mas a proteção das crianças e a garantia de respostas na primeira infância deve ser certamente um tema que nos une, e por isso mesmo esperamos que estas iniciativas possam chegar à especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O projeto de lei que o PCP traz hoje a debate visa reparar injustiças e reforçar os direitos das amas integradas no Instituto de Segurança Social, incluindo a regulamentação do exercício desta atividade e o seu enquadramento.

Nesta iniciativa, propomos a negociação entre o Governo e as organizações representativas dos trabalhadores do regulamento de carreiras e seu desenvolvimento, bem como do respetivo estatuto remuneratório.

Propõe-se também a regulamentação dos aspetos essenciais à atividade profissional das amas, como o acompanhamento técnico, a orientação técnico-pedagógica e o projeto pedagógico.

É de elementar justiça tomar estas medidas.

As amas de infância, a que o Estado continua a recorrer para colmatar a insuficiência ou mesmo a ausência de respostas em creches públicas ou sem fins lucrativos, desempenham um papel essencial, prestando um serviço público.

Durante muitos anos, estas trabalhadoras desempenharam essa função relevante num quadro de enorme precariedade, tendo alcançado a regularização dos seus vínculos e a sua integração nos quadros do Instituto graças à luta que desenvolveram e à insistência do PCP.

Contudo, apesar da justíssima regularização dos seus vínculos e de as amas da Segurança Social fazerem parte da resposta pública Creche Feliz, continuam sem ter a sua carreira regulamentada.

Estas trabalhadoras estão assim privadas de uma carreira devidamente regulamentada, isto é, sem qualquer perspectiva de evolução profissional e estatuto remuneratório específico. Estes requisitos essenciais a uma relação de trabalho qualificada e com direitos devem ser preenchidos com urgência.

Nesse sentido, o Governo deve encetar um processo de diálogo e de genuína negociação com as organizações representativas garantindo-lhes uma carreira efetivamente compensatória do esforço e da dedicação e um estatuto remuneratório que lhes assegure salários e outras condições pecuniárias apropriadas ao elevado nível de exigência e às especificidades da profissão de ama.

Por outro lado, falta o acompanhamento presencial em atividades de desenvolvimento infantil e respetivas avaliações de desenvolvimento. É que, não obstante receberem acompanhamento de formação profissional em diversas áreas da infância, as amas da Segurança Social necessitam de orientações pedagógicas e de um projeto pedagógico para o cabal desenvolvimento da sua atividade, como acontece noutras áreas.

Ora, tal como acontece — e bem — nas atividades no âmbito das instituições de solidariedade social ou misericórdias, as trabalhadoras da Segurança Social nesta valência devem ser acompanhadas regularmente por técnicos com especialização em educação de infância, orientações pedagógicas e projeto pedagógico.

Por conseguinte, propõe-se que o Governo estabeleça por portaria a regulamentação do acompanhamento técnico, a orientação técnico-pedagógica e a elaboração e enquadramento do projeto pedagógico a desenvolver.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em Portugal há 250 000 crianças sem lugar numa creche. Quem está a dar resposta? As amas, mulheres que abrem a porta de casa às 8 horas da manhã e a fecham às 7 horas da tarde, que cuidam dos filhos dos outros como se fossem seus, que trabalham 11 horas por dia e recebem o salário mínimo de 2023. Isto não é um pormenor técnico, é uma injustiça com nome e rosto.

Trazemos hoje uma proposta simples, de elementar justiça: contratos de trabalho para todas as amas, fim dos falsos recibos verdes, acesso à Creche Feliz para as famílias que escolham uma ama independente e o reconhecimento no IRS de que pagar uma ama é uma despesa de educação, porque é de facto uma despesa de educação.

As amas não pedem favores, exigem apenas o que é justo e o que devia estar na lei há muitos anos. Enquanto debatemos mais vagas hoje, as amas estão lá, a cuidar, a mudar fraldas, a cantar canções, a fazer o que a rede de creches em Portugal não está a conseguir fazer.

Está na hora de o Estado reconhecer este trabalho, com contrato, com direitos, com respeito e dignidade. É tempo de o Parlamento cuidar de quem cuida todos os dias.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Nascimento, do Chega.

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vou iniciar este discurso exatamente com a mesma frieza com que o Estado português atualmente se apresenta às famílias. Temos um Estado que falha antes do nascimento, temos um Estado que falha no nascimento e temos um Estado que falha depois do nascimento.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Quando um casal pensa em ter filhos em Portugal, atualmente, depara-se com dois problemas *a priori* que podem levar a adiar a decisão de ser pai ou de ser mãe: se vão ter uma

urgência aberta quando for a hora de ter a criança e se vão ter onde deixar a criança quando for a hora de regressar ao seu trabalho.

Já chega! Já chega de pôr os portugueses a pensar duas vezes se devem ou não ser pais. Já chega de transformar a maternidade e a paternidade num salto no escuro. Já chega de fazer da decisão de ter um filho um exercício de ansiedade permanente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Hoje, em Portugal, a hesitação em ter filhos não é por falta de amor, nem por falta de vontade; a hesitação acontece porque há medo. Há medo porque não se sabe se, no momento mais decisivo da sua vida, terão acesso fácil, atempado, a uma urgência de obstetrícia aberta e próxima.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Há incertezas quando deveria haver respostas concretas, naquele caminho incerto que é a montanha-russa da maternidade. Um país que não dá segurança no nascimento e não dá segurança nos cuidados, afinal, dá segurança em quê?

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Ora, o Chega recusa isso. Somos um partido conservador, somos um partido pró-vida e pró-família e é com essa responsabilidade política que trazemos este projeto a este Parlamento.

A família é o núcleo essencial de qualquer sociedade, é o primeiro espaço de proteção, de afeto, de continuidade, de educação de qualquer ser humano. E é por isso que defendemos sempre decisões e soluções concretas para as famílias e para os portugueses.

O que está aqui em causa é a revisão do regime das amas, reforçando a sua formação, a sua avaliação, a fiscalização, a cobertura territorial e recusando o deferimento tácito numa atividade que envolve o cuidado de crianças.

Esta proposta faz sentido porque responde a uma realidade cada vez mais dura. Há pais que são literalmente empurrados para deixar de trabalhar, porque o Estado não lhes dá uma resposta para os seus filhos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E a culpa é da ama!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — E não me venham com a história da Creche Feliz, porque não há nada de feliz numa família que ouve que a creche é gratuita, mas depois percebe que, na prática, não tem lugar para o seu filho.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

Deixo um agradecimento muito especial a todas as amas que são colo, que são abrigo e que são amor.

Mas atenção: não defendemos esta proposta com uma solução qualquer e a qualquer preço e não a defendemos com facilitismos, porque quem cuida de uma criança tem de estar preparado, quem cuida de uma criança tem de ser acompanhado, quem cuida de uma criança tem de ser fiscalizado, e o Estado tem de assumir a sua responsabilidade.

Protestos do PS.

Quando temos uma maioria de direita neste Parlamento, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a família deveria ser o foco.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Mas a diferença aqui é em ser conservador e é perceber que uma sociedade sólida só é sólida quando protege aquilo que é essencial. E o essencial, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é a vida! E o essencial, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é a infância! E o essencial, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é a família!

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Agora é o pró-família!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PS apresenta hoje um projeto que visa alterar o enquadramento jurídico aplicável às amas, e o PS diz que agendou este debate por causa da falta de vagas nas creches públicas. Pergunto: quem é o responsável pela falta de vagas nas creches públicas?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o PS, é exclusivamente o PS, que falhou redondamente todas as promessas que fez quando governou este País.

Protestos do PS.

O PS sabia que não havia creches suficientes para todas as crianças e, no entanto, avançou com esta medida. Por isso, o PS é o único responsável por esta situação. Hoje, quase metade das famílias não têm acesso a creches públicas...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É sempre a iniciativa privada!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... ou, então, têm de esperar anos e anos para terem acesso a essas creches.

Que fique claro que o PS veio apelar a este Governo para resolver um problema que os Governos do PS criaram e não souberam resolver.

Protestos do PS.

O Governo está a responder e a responder de forma certa a este problema, aproveitando toda a capacidade instalada e reforçando os contratos de associação com o pré-escolar, que foi coisa que o PS não fez.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Tanta confusão que vai nessa cabeça!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, há dois aspetos muito estranhos, para dizer o mínimo, no projeto do PS.

Por um lado, o PS pretende que os encargos com as amas possam ser dedutíveis para efeitos de IRS nas despesas de educação. Mas, Srs. Deputados, os encargos com as amas já são dedutíveis no IRS nas despesas de educação.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Existe até, Sr. Deputado, para seu conhecimento, dada a ignorância, um ofício-circulado da Autoridade Tributária a confirmar que os encargos com as amas são dedutíveis para efeitos de IRS. Vejam lá o nível de ignorância da bancada do PS!

Risos do CH.

Por outro lado, o PS vem dizer que as despesas dos serviços prestados pelas amas deviam beneficiar de uma taxa reduzida de IVA a 6 %.

Srs. Deputados, as amas licenciadas pela Segurança Social beneficiam não de uma taxa reduzida de IVA, mas de isenção de IVA na prestação dos serviços. Mais uma vez, uma proposta que não faz qualquer sentido.

O foco do CDS, ao longo dos anos, tanto no Governo como no Parlamento, tem sido o de reforçar a oferta em todas as modalidades — no público, no particular e no cooperativo. Aliás, devo dizer, que foi um ministro da solidariedade e segurança social, indicado pelo CDS, que regulamentou pela primeira vez a atividade das amas. Por isso, nesta matéria, o CDS não recebe lições de ninguém, muito menos vindas do Partido Socialista.

Nesta matéria, o PS tem de fazer melhor o seu trabalho de casa. Não o tendo feito, não poderemos acompanhar a iniciativa que apresentaram.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Miguel Cabrita está a pedir a palavra. Quer fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, é para distribuição de documentos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, uma vez que o PS foi acusado, e eu próprio, de ignorância, vou pedir à Mesa os seus bons ofícios para que possa distribuir a todas as bancadas, em particular à bancada do CDS, o parecer que foi entregue pela associação portuguesa de amas, o qual atesta que as medidas fiscais propostas pelo PS fazem todo o sentido para o setor.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Está errado!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído logo que chegue à Mesa.

O Sr. Deputado Paulo Nuncio também está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente, exatamente no mesmo sentido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço que seja distribuído, em particular à bancada do PS, o Ofício-circulado n.º 20179/2015, em que a Autoridade Tributária confirma que as despesas com amas já integram o elenco das despesas com educação elegíveis para efeitos de IRS.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Pois, o senhor é que sabe!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É melhor consultar os ofícios-circulados do que deixar-se ir por pareceres errados.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — As amas não sabem! O senhor é que sabe tudo! Sabe tudo!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Tem de fazer melhor o trabalho de casa!

O Sr. **Presidente**: — Já está claro qual é o documento, a razão de ciência, e, portanto, a Mesa terá todo o gosto em distribuir esses documentos aos Srs. Deputados.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos perante uma realidade que todos conhecemos: famílias desesperadas por uma vaga, mães e pais sem resposta e profissionais, as amas, muitas vezes esquecidos pelo sistema.

Se me perguntarem se estes diplomas agora em discussão têm méritos, sim, todos eles têm, pois combatem a precariedade, alargam vagas e envolvem autarquias, o que é muito positivo.

Mas o problema não é só legal, é estrutural. Faltam respostas no terreno e faltam soluções nos territórios, onde a escassez é cada vez mais grave.

Pergunto: de que serve equiparar as amas a creches se o Estado continua sem garantir uma cobertura universal?

Precisamos, sim, de execução, de proximidade e de respeito, acima de tudo, por quem cuida das nossas crianças todos os dias, porque criar na infância não pode ser um privilégio, é um direito.

Termino dizendo que estas iniciativas, como referi anteriormente, dão resposta, acima de tudo, a essa escassez do Estado perante a cobertura que todos nós queremos que seja universal.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O conjunto de iniciativas que discutimos hoje parte de um ponto comum, que é a falta de respostas na primeira infância, e isso é algo que todos reconhecemos ou, pelo menos, devíamos reconhecer.

Também é importante dizer que nenhuma destas propostas resolve o problema estrutural da falta de vagas, ainda que, obviamente, ofereçam outras opções às famílias, o que é bom.

No entanto, enquanto não atacarmos o problema da falta de vagas na origem, vamos continuar a discutir soluções que não são mais que remendos, soluções parcelares, sem nunca dar uma resposta efetiva às famílias.

A Iniciativa Liberal tem sido consistente nesta matéria, pois temos defendido, várias vezes, o aumento da oferta de vagas em creche, os licenciamentos mais rápidos, menos burocráticos para novas creches e para novas vagas.

Defendemos um modelo que aproveite toda a capacidade instalada, alargando o acesso a todos os setores de forma igual e de forma planeada, que dê previsibilidade tanto aos privados, como aos públicos, como ao setor social, para planearem e saberem que podem fazer investimentos, fazendo com que as famílias consigam pôr as crianças nessas vagas.

De facto, o que hoje continua a acontecer é que existe capacidade que não está a ser utilizada e existem famílias que continuam sem resposta.

Dito isto, obviamente, gostaria de frisar que as amas têm um papel importante e são importantes para muitas famílias enquanto opção e enquanto alternativa.

Reconhecemos o mérito de muitas das propostas em discussão no que diz respeito à valorização da atividade, da qualificação ou da preocupação com a qualidade e segurança das respostas, mas, depois, temos obviamente divergências relevantes.

Por exemplo, vemos a tendência, habitual nos partidos da esquerda, para impor modelos laborais rígidos, para limitar formas de organização que podiam ser muito mais flexíveis ou para criar soluções que, obviamente, levantam muitas dúvidas sobre a sua aplicabilidade prática.

Depois, há aqui um ponto político que temos de referir. É que os mesmos partidos que hoje demonstram preocupação com toda esta falta de vagas foram os responsáveis por decisões que contribuíram para agravar o problema, nomeadamente o PS,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — ... porque, sim, criou o programa Creche Feliz, mas não estudou nada, não acautelou impacto nenhum, não foi capaz de acautelar.

Sabiam quantas crianças precisavam de vagas e sabiam que as vagas não iam chegar para todas...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro que não!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — ... e, obviamente, isto criou um problema de desigualdade enorme para as famílias.

Pior, estes mesmos partidos continuam, ainda hoje, a rejeitar propostas que, obviamente, permitiam alargar a capacidade de resposta e responder às famílias.

Portanto, Srs. Deputados, as famílias não precisam de mais complexidade, precisam de soluções, de mais oferta, de flexibilidade, de alternativas e, acima de tudo, de liberdade de escolha, e é isto que devia orientar as políticas públicas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os primeiros anos de vida de uma criança são decisivos, mas, infelizmente, o programa Cresce Feliz só chega a cerca de metade das 250 000 crianças em idade de frequentar a creche, deixando milhares de famílias sem resposta e a depender de listas de espera intermináveis.

São cada vez mais as famílias que, por motivos laborais, não podem cuidar diretamente das suas crianças ou não têm a possibilidade de as deixar à guarda de um familiar e que recorrem, por essa razão, aos serviços de creches, creches familiares e amas.

Muitas dessas famílias não conseguem vagas na rede pública e em instituições com acordos de cooperação e, sem alternativa acessível, recorrem a amas, credenciadas pelo Instituto da Segurança Social, que exercem a sua profissão de forma independente.

Ao mesmo tempo, esta profissão, que é essencial no apoio à primeira infância, enfrenta cada vez mais problemas, pois há cada vez menos profissionais no terreno, empurrados para fora da profissão devido à precariedade laboral e à desigualdade de tratamento face a outras respostas sociais.

Quanto às iniciativas em debate, identificamos passos positivos, nomeadamente na proposta do PS, ao permitir às autarquias a criação de espaços comunitários para a atividade de amas com acompanhamento técnico.

Também identificamos passos positivos na proposta do PAN, ao prever um procedimento de recolocação urgente das crianças quando há cancelamento de licenças.

O Livre acompanhará as propostas que melhorem as condições laborais da profissão de ama. É importante garantir estabilidade laboral com contratos de trabalho com as instituições e uma carreira para as amas do Instituto da Segurança Social.

Consideramos que é necessário garantir uma prestação de cuidados de qualidade, reforçando a formação das amas, um acompanhamento pedagógico e uma fiscalização efetiva.

Igualmente relevante é a equiparação da fiscalidade das amas aos restantes serviços da primeira infância, quer para o IVA reduzido, quer para a dedução das despesas no IRS pelas famílias.

O Livre defende o aumento das vagas gratuitas em creches, considerando necessária uma avaliação do programa Creche Feliz para identificar quais as áreas em que há falta de resposta pública e com acordos de cooperação e um planeamento territorial para estabelecer soluções, por exemplo, com as amas credenciadas.

É essencial ter amas mais protegidas com direitos laborais, carreira estabelecida e igualdade de tratamento fiscal para uma maior atratividade da profissão, para potenciar, assim, mais vagas gratuitas para as famílias e também para garantir que as crianças são bem acompanhadas e cuidadas nos seus primeiros anos de vida.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Cipriano, PSD, para uma intervenção.

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Discutimos hoje um projeto de lei, apresentado pelo Partido Socialista, que pretende alterar o enquadramento jurídico da atividade das amas, equiparando-o ao programa Cresce Feliz.

Permitam-me começar por dizer algo essencial: todos reconhecemos a importância das amas na resposta à primeira infância. É uma resposta de proximidade, muitas vezes determinante para a conciliação entre a vida familiar e profissional. Precisamente por reconhecermos essa importância, não podemos legislar de forma apressada nem confundir realidades distintas.

O PS vem exigir hoje o que não fez em oito anos. No combate à precariedade, fez promessas que nunca cumpriu, exigia das empresas privadas aquilo que, enquanto entidade empregadora, nunca concretizou.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Era um Governo que convivia bem com trabalho sem direitos e com trabalhadores do Estado a recibos verdes. Foi um Governo de pouca ação, nada fez, nada concretizou.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Isso mesmo!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública,...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Votaram contra! O PSD votou contra!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — ... que previa resolver a precariedade, gerou injustiças por todo o País e falsas expectativas, como aconteceu com as amas a recibos verdes na Segurança Social, que na sua maioria nunca foram integradas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Este Governo constituiu um grupo de trabalho para estudar a redefinição da resposta social da creche familiar, incluindo a qualificação profissional necessária e a simplificação dos procedimentos de acesso à profissão de ama. Esse grupo previsto no Compromisso de Cooperação 2025-2026 integrará representantes do setor social e solidário, da Segurança Social e de outras entidades relevantes, devendo apresentar o relatório no prazo de 90 dias.

Ou seja, o Governo está a fazer o que se comprometeu fazer: estudar, ouvir o setor e apresentar soluções estruturadas.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Clássico!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Discutir e aprovar alterações profundas antes de conhecido este relatório é, no mínimo, extemporâneo.

Por outro lado, a iniciativa do PS parte de uma premissa errada, a de que todos os regimes das amas são equiparáveis. Não são.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Importa também lembrar que o programa Creche Feliz tem vindo a ser reforçado. O Governo da AD possibilitou o acesso das famílias à creche gratuita no privado lucrativo. Desde março de 2024 até janeiro de 2026, foram criadas mais de 16 000 vagas adicionais e mais de 128 000 crianças

beneficiaram já da gratuidade. Além disso, houve alargamento territorial ao nível da freguesia e o reforço do financiamento ao setor privado.

Estamos, portanto, a falar de um Governo que não está parado, está a agir. Quando falamos de crianças e dos seus cuidadores e educadores, não podemos improvisar, temos de construir com responsabilidade hoje para termos mais futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento. Terá 13 segundos para esclarecer, mais 15 segundos de tolerância.

Para esse efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Afonso, do Partido Socialista. Tem 1 minuto e 28 segundos.

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Leonor Cipriano, há hoje famílias que não têm resposta para os seus filhos. A resposta à primeira infância continua a colocar sérios desafios, sobretudo nas áreas metropolitanas.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Ao longo dos anos, com os Governos do Partido Socialista, foram dados passos importantes, como o programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), o alargamento das vagas, a gratuidade das creches,...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — ... e foi ainda reforçada a capacidade de equipamentos e alargada a gratuidade no setor privado, onde também havia carência. Tudo isto fez diferença, aumentou a oferta, melhorou o acesso.

Mas há um problema. Nestes dois últimos anos, o ritmo de crescimento não foi suficiente e são os senhores que governam. Aliás, o atual Governo da AD chegou mesmo a tirar do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) milhares de vagas previstas em equipamentos sociais,...

Aplausos do PS.

... mas, pelos vistos, para o PSD, tirar vagas do PRR também é dar resposta às famílias.

O queremos saber e que vos pergunto, Srs. Deputados, é se não acham que as soluções agora apresentadas por nós são as corretas, se não acham que fazem falta mais, se não acham que fazem falta creches familiares.

Protestos de Deputados do PSD.

Uma coisa é certa: o PS apresentou e apresenta hoje aqui soluções, mas resta saber qual é que é a posição do Partido Social Democrata quanto às respostas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.^a Deputada Leonor Cipriano.

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Margarida Afonso, fico um bocadinho perplexa, de facto.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mas responda!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Partilhamos a preocupação que precisamos de amas e que as nossas crianças precisam de apoio.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Vagas, vagas! Responda!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Mas estou perplexa. Quando o PS estava no Governo, na XIII Legislatura, em 2019, o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa exatamente com a promoção das...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, há a ata dessa reunião, que pode ser junta, e, quando for junta, os Srs. Deputados vão ver qual foi, efetivamente, o sentido de voto de todos aqui nesta Assembleia.

A Sr.^a Deputada Carla Barros deseja usar da palavra. Para que efeito?

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, se me permite.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Miguel Cabrita solicitou à Mesa a distribuição de um parecer da associação portuguesa de amas.

A associação portuguesa de amas foi alvo de uma discussão na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na outra legislatura, e eu iria só solicitar...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não há contraditório.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, só para terminar, não é contraditório. Era só para solicitar e desafiar o Partido Socialista a juntar a esse parecer os estatutos e a criação dessa associação, o que nós desconhecemos.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada devia ter os estatutos para me entregar para depois eu fazer distribuir.

Vozes do PS: — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Não é assim, Sr.^a Deputada.

Protestos do PSD e da IL e contraprotestos do PS.

Não, não. Não vamos continuar.

O Bloco de Esquerda cede tempo ao Partido Socialista, 44 segundos, pelo que peço aos serviços para adicionar esse tempo ao tempo do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Paula Bernardo, do Partido Socialista, para fazer o encerramento deste ponto.

Protestos de Deputado do PS.

A indicação que tenho é a de que tem 2 minutos para o encerramento, mais os 44 segundos.

Pausa.

Se tem 2 minutos e 29 segundos é porque, se calhar, tinha tempo negativo, deve ser por isso. Está certo, tem 2 minutos e 29 segundos.

A Sr.^a **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que hoje travámos aqui evidenciou, de forma clara, a centralidade que todos atribuímos às políticas para a primeira infância, mas também, creio que posso dizê-lo, a existência de um consenso alargado relativamente aos constrangimentos que ainda persistem no acesso a respostas de creches, particularmente naqueles territórios de maior pressão democrática.

É a esta realidade concreta, vivida diariamente por milhares de famílias, que o Partido Socialista pretende responder com seriedade, sentido de responsabilidade e coerência. É essa a realidade que dois anos de governação da AD ignoraram completamente.

Fazemo-lo hoje, como fizemos no passado, quando assumimos responsabilidades governativas. A gratuidade das creches é disso um exemplo inquestionável, ainda que hoje alguns grupos parlamentares não queiram reconhecer esse caminho feito e outros pareçam algo confusos relativamente ao seu papel.

A nossa proposta assenta numa visão integrada, como já se viu, com uma linha de ação simples e consistente: alargar a rede, diversificar as respostas, dignificar e valorizar o trabalho. Alargar a rede, mobilizando comunidades; diversificar, reconhecendo o papel das amas e das creches como parte estruturante de um sistema mais flexível e centrado nas famílias; dignificar e valorizar, assegurando melhores condições de trabalho, estabilidade e reconhecimento destes profissionais.

Não propomos substituir respostas, propomos complementá-las e reforçá-las. É este o objetivo de um Estado social.

Este é o tempo de agir, dando continuidade a um caminho que já antes tínhamos iniciado. Este é o momento de lançar um desafio a todos os grupos parlamentares, o desafio de convergirmos, de sermos eficazes e não falharmos às famílias portuguesas. Entendemos que cada criança conta e entendemos que cada família merece uma resposta adequada.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Bernardo** (PS): — É esse o compromisso do Partido Socialista e foi por isso que apresentámos este projeto de lei. Esperamos que, de facto, atendendo às prioridades que aqui identificaram, nos possam acompanhar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Terminou este ponto de ordem de trabalhos.

Vamos entrar agora no sexto ponto, com a discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 391/XVII/1.^a (CH) — Atualiza a regulação do procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil, em particular no que diz respeito à proteção das crianças e jovens, à luz da evidência científica mais recente e em consonância com os princípios da bioética e da dignidade da pessoa humana, 479/XVII/1.^a (CDS-PP) — Protege a integridade das crianças e proíbe a utilização de bloqueadores da puberdade e/ou terapia hormonal no tratamento da incongruência ou disforia de género em menores de 18 anos, 486/XVII/1.^a (PSD) — Altera o regime jurídico de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e 493/XVII/1.^a (BE) — Altera a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e estabelece o quadro jurídico da sua implementação.

Para apresentar a sua iniciativa, dou a palavra à Sr.^a Deputada Madalena Cordeiro, do Chega, que dispõe de 6 minutos para o efeito.

Pausa.

Só 1 minuto, Sr.^a Deputada. Pedia às direções de bancada que estão em trânsito para serem céleres. Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 2022, nesta mesma bancada, houve um partido que se levantou para defender a castração química de pedófilos. Todos os partidos desta Casa votaram contra, uns por considerarem uma iniciativa atentatória dos direitos fundamentais, outros por considerarem que era inconstitucional. De todo modo, a palavra que ressoava nesse debate era «desumano».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta prática que todos os partidos consideram desumana para quem viola mulheres e meninas é hoje aplicada às nossas crianças e jovens. Da vossa parte, um absoluto silêncio cobarde.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — O Estado português está hoje a administrar a crianças e jovens precisamente a mesma substância que é utilizada para a castração química. Há bloqueadores hormonais que estão a ser administrados não em nome do superior interesse da criança, mas em nome de uma ideologia assassina.

A vossa pseudociência ignora evidências gritantes como a que revela que cerca de 90 % das pessoas que sofrem de disforia de género vão passar a identificar-se com o seu sexo biológico se lhes permitirem desenvolver-se naturalmente.

Pelo contrário, quando são encaminhadas para bloqueadores de puberdade, todas acabam por prosseguir, mais tarde, para a toma de hormonas do sexo oposto e depois para cirurgias irreversíveis.

Os perigos são devastadores e estão estudados: infertilidade permanente; depressão agravada; distúrbios emocionais; riscos cardiovasculares; cancro; perda de função sexual. E poderia continuar.

Srs. Deputados, isto não é cuidado, não é medicina e, definitivamente, não é ciência.

Aplausos do CH.

Ciência é afirmar que um sexo biológico não é atribuído. É determinado por características imutáveis que se manifestam antes do nascimento e permanecem depois da morte.

Um homem é um homem e uma mulher é uma mulher.

Aplausos do CH.

As diferenças entre ambos são claras e evidentes: no esqueleto, nos gâmetas, nos cromossomas, no cérebro, nos órgãos externos e internos — ciência do 9.º ano de escolaridade.

Mas agora basta uma consulta com um psicólogo que se diga afirmativo de género para que, em 5 minutos, uma criança seja diagnosticada com disforia de género e um pai seja confrontado com a questão de se pretende ter um filho vivo ou uma filha morta.

Protestos da IL.

Isto não passa de uma chantagem emocional falsa!

Aplausos do CH.

As transições sexuais não têm vindo a reduzir a taxa de tentativa de suicídio — muito pelo contrário — e são muitos os testemunhos de arrependimento destes processos de transição.

O Tiago, nome fictício, é um desses casos. Com 22 anos, chegou à conclusão de que cometeu um erro terrível: mudou de sexo. Hoje, falar com o Tiago é uma missão impossível. O jovem está de rastos, há meses encharcado em antidepressivos que não parecem estar a surtir grande efeito, não sai de casa, muitas vezes nem do quarto.

Protestos da Deputada do PS Margarida Afonso

A mãe teve de tomar a decisão drástica de deixar de trabalhar com receio de que o jovem, sozinho em casa, atentasse contra a própria vida, depois da intervenção radical que sofreu e que ainda não conseguiu assimilar. Retiraram-lhe o pénis e os testículos; disseram que a felicidade só poderia ser alcançada com a transformação completa. Diz-nos a mãe que todo o processo foi absurdamente rápido e que os médicos assinaram de cruz as ideias que foi buscar à *internet*.

O Tiago arrependeu-se quando ainda estava no bloco operatório, mas já com a anestesia injetada.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isso é crime!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — O cirurgião relativizou o seu estado inquieto e disse que estava apenas a ter um ataque de ansiedade. Quando acordou, já era tarde demais.

Srs. Deputados, não vale tudo! Não pode valer tudo!

Protestos de Deputados do PS e da IL.

Não se pode ignorar a biologia em nome da ideologia. Acima de tudo, não se podem destruir vidas.

É, por isso, de elementar justiça aprovar este projeto que garante que mais nenhuma criança é submetida a estas transições de sexo.

Deixem as crianças em paz!

Aplausos do CH, de pé, e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos continuar.

Ouvimos esta intervenção. Vamos ouvir também, com a mesma qualidade auditiva, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O tema é suficientemente importante para ouvirmos, discutirmos e concluirmos.

Protestos do PS e da IL e contraprotestos do CH.

Vamos manter a nossa solidariedade democrática.

O Sr. Deputado Paulo Núncio vai agora exprimir a sua opinião.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Olha o especialista!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate é sobre a violência contra as crianças.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O atual sistema, que permite terapias hormonais para o bloqueio hormonal da puberdade, é uma das maiores violências contra as crianças praticadas atualmente em Portugal.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Têm dúvidas?

Há alguma outra palavra para descrever a prescrição de doses brutais, de doses cavalares, de hormonas a crianças?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E, ainda por cima, sem qualquer evidência ou prova científica. Porque, sim, Srs. Deputados, os mais recentes relatórios internacionais são muito claros nesta matéria, em particular o Relatório da *Cass Review*.

Um estudo independente realizado no Reino Unido, entre 2020 e 2024, conclui expressamente que não há qualquer base científica para aplicar os inibidores de puberdade. E pergunto: então porque insistem nas terapias hormonais às crianças?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A resposta é tão simples como assustadora: por pura ideologia! Por pura pressão dos grupos mais radicais de extrema-esquerda.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Em Portugal, quando este Parlamento era dominado pela esquerda, esta violência foi permitida contra as crianças, contra a ciência e contra a vontade dos pais e das respetivas famílias.

A ideologia substituiu a verdade; a ideologia substituiu a ciência. E crianças de 12, 13 e 14 anos foram transformadas em cobaias de obsessões ideológicas contra a vontade dos pais.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Este foi o maior delírio do wokismo contra as crianças em Portugal. Felizmente, o mundo já está a acordar deste pesadelo. O Governo trabalhista do Reino Unido proibiu terapias hormonais em crianças; até o Brasil pétista, de Lula da Silva, já proibiu estas terapias em crianças no ano passado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a França, a Suécia, a Noruega e a Finlândia estão a seguir-lhes os passos. Então, se o resto do mundo está a acabar com estas terapias, estas terapias têm de acabar em Portugal, e já!

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Termino como comecei: não aceitamos que uma criança seja sujeita a terapias hormonais que lhe destroem o sistema imunitário, que lhe destroem o sistema hormonal, com consequências devastadoras e irreversíveis para o resto da sua vida e contra — sempre contra — a vontade dos pais.

Mas, Srs. Deputados, é impossível ficar indiferente a este debate.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — É mentira!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E pergunto: como é que é possível ser contra a castração a castração química...

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Oh!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... de criminosos e depois aceitar passivamente a castração química das nossas crianças?!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isto é inadmissível! Isto é inaceitável! Isto é bárbaro.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Eu repito: isto é bárbaro!

Espero, por isso mesmo, que este Parlamento esteja à altura das suas responsabilidades e que proíba as terapias hormonais em crianças.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É tempo de acabar com esta barbaridade.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Senta-te ali junto do Chega. Senta-te ali!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com o debate, Srs. Deputados.

Vamos continuar com o debate. É natural que tenhamos ideias diferentes. Vamos discuti-las.

Há pessoas a assistir interessadas na discussão, em ouvir as posições de cada um. E cada um, cada grupo parlamentar, tem a possibilidade de se exprimir.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Andreia Neto, do PSD.

Burburinho na Sala.

E que a Câmara o permita. Tal como ouvimos a Sr.^a Deputada Madalena Cordeiro, o Sr. Deputado Paulo Núncio,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ouvimos mal!

O Sr. **Presidente**: — ... agora ouvimos a Sr.^a Deputada Andreia Neto e os que seguirem, com a mesma qualidade auditiva, porque a matéria assim o justifica.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando o Parlamento legisla sobre matérias que dizem respeito à identidade das pessoas, está a tocar diretamente na sua dignidade e na forma como o Estado as reconhece juridicamente. É por isso que este debate exige de todos nós particular responsabilidade, rigor e ponderação.

Ao longo dos últimos anos, o regime em vigor optou por um modelo assente na autodeterminação de género como critério essencial para a alteração da menção do sexo no registo civil. Essa foi, naturalmente, uma escolha política.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nenhuma escolha política deve ficar imune à avaliação crítica, sobretudo quando estamos perante decisões com efeitos jurídicos permanentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — É neste contexto que o PSD traz a esta Assembleia uma proposta assente na responsabilidade e no equilíbrio.

Aplausos do PSD.

Fá-lo a partir de uma ideia essencial: proteger a dignidade das pessoas também exige responsabilidade nas decisões do Estado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta é, naturalmente, uma matéria que suscita diferentes sensibilidades nesta Assembleia e no nosso País. E isso é, acima de tudo, a expressão de maturidade democrática com que devemos encarar esta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Mas há um ponto fundamental que nos une, a ideia de que o Estado deve legislar com prudência quando estão em causa matérias complexas e com um impacto profundo na vida das pessoas.

E é esse ponto de equilíbrio que esta proposta concretiza.

Por isso, propomos a reposição de um procedimento administrativo, com base em avaliação clínica especializada; propomos a exigência de maturidade, reservando este processo a maiores de idade;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — ... e propomos o reforço das garantias de acompanhamento e de acesso a cuidados de saúde adequados.

Aplausos do PSD.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o modelo atual assenta numa lógica de autodeterminação de género sem avaliação técnica adequada, que importa corrigir, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mas não por questões ideológicas.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Vou repetir, não por questões ideológicas, mas por uma questão de responsabilidade perante as consequências que estas decisões comportam, especialmente para os mais jovens.

No nosso entendimento, a alteração da menção do sexo no registo civil não pode ser desligada de critérios técnicos e médicos, devendo assentar numa avaliação clínica rigorosa realizada por equipas especializadas e multidisciplinares.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Não se trata de criar obstáculos, trata-se, sim, de garantir que decisões com impacto permanente são tomadas com o devido enquadramento, protegendo as próprias pessoas e assegurando a credibilidade do sistema jurídico.

Aplausos do PSD.

O PSD entende que decisões desta natureza não devem ser tomadas sem o necessário acompanhamento clínico e sem a maturidade exigida.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, importa também ter presente a natureza do próprio registo civil. Estamos a falar de um sistema público de certificação de factos juridicamente relevantes, que produz efeitos em variadíssimas áreas.

É por isso que alterações desta natureza, quando baseadas exclusivamente na autodeterminação de género, não podem ser desligadas de critérios objetivos e de um enquadramento técnico adequado, sob pena de fragilizar a consistência e a credibilidade do próprio ordenamento jurídico.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PSD afirma, sem qualquer ambiguidade, o respeito pela dignidade de todas as pessoas cuja identidade de género não corresponde ao sexo de nascença.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Mas é precisamente por esse respeito que não podemos ignorar que estamos perante decisões com consequências jurídicas, pessoais e sociais profundas e que exigem, por isso, ponderação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, entre a ausência de critérios e a tentação de respostas simplistas ou ideológicas, há um caminho — é o caminho da responsabilidade.

Não acompanhamos, por isso, discursos que transformem este tema numa arena de confronto ou de simplificação política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — O que defendemos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é muito mais exigente. É um modelo que respeite as pessoas, que incorpore o conhecimento científico e que proteja a consistência do Estado de direito.

Legislar nesta matéria exige mais do que convicções. Exige a capacidade de proteger direitos. Exige a capacidade de garantir que o Estado decide com rigor e com estabilidade. E é esse equilíbrio exigente e responsável que o PSD assume hoje com a apresentação deste projeto.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimentos da Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Andreia Neto, pergunto a si e aos Srs. Deputados e Deputadas do PSD, em especial aos da Juventude Social Democrata, se se sentem confortáveis por ficarem de novo do lado errado da história, como ficaram quando foi o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Aplausos do Livre e do PS.

Risos do CH.

Pergunto também como ficam as crianças e os jovens que, nas escolas, já têm o seu nome social, a pedido do encarregado de educação e que agora terão o processo revertido, com consequências para o aumento do *bullying*...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Fascismo! Fascismo!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, desculpe interromper. É só um minuto.

Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada tem todo o direito de fazer a sua pergunta e enquanto eu for Presidente da Assembleia faz a pergunta como entende que deve fazer.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mas fez o mesmo aos outros! Parecia uma gralha há bocado!

O Sr. **Presidente:** — Vamos ouvir, tal como outros pedidos de esclarecimentos que serão feitos a seguir e serão ouvidos com a mesma clareza.

Sr.^a Deputada Filipa Pinto, desculpe ter interrompido, mas era para reunir as condições para que possa fazer o seu pedido de esclarecimentos. Faça favor de continuar.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto como ficam essas crianças que já têm o seu nome social a pedido do encarregado de educação e que agora terão o processo revertido, com consequências para o aumento do *bullying*, da ideação suicida, do absentismo e do abandono escolar?

Finalmente, pergunto também que mal fizeram as pessoas trans e intersexo para que lhes seja negada a sua existência,...

Protestos de Deputados do PSD.

... para que tornem a sua existência ainda mais difícil e a sua vida ainda mais carregada de sofrimento.

Aplausos do Livre, do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Andreia Neto só tem 42 segundos para responder, portanto precisa de ter o tempo bem aproveitado. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Filipa Pinto, agradeço a sua questão, mas creio que não percebeu o alcance do projeto que o PSD apresentou aqui hoje, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Percebi tudo!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Nós não vamos ao encontro de nenhuma ideologia, como a esquerda fez em 2018, Sr.^a Deputada.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Respeito!

Protestos do L.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Aquilo que fazemos aqui, Sr.^a Deputada, é uma intervenção na proteção dos direitos humanos, da dignidade humana, e sempre, sempre com a responsabilidade que é exigida a esta Câmara.

Aplausos do PSD.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que tem a mesma legitimidade de qualquer um de nós aqui presente.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje há famílias que olham para este Parlamento com apreensão e medo.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pais e mães de filhos trans, jovens que ainda não sabem se vão poder ser livremente quem são.

Propomos o reforço da lei que os tem protegido. O PSD, o Chega e o CDS propõem retirar direitos e fazem-no contra a ciência e a medicina.

Aplausos do PS e do L.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É ao contrário!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A Ordem dos Médicos chama às propostas da direita um retrocesso. A Ordem dos Psicólogos diz que violam princípios básicos de evidência científica. Dezenas de especialistas de saúde assinaram, em conjunto, exatamente a mesma conclusão.

Então, o que propõe a direita? Que um jovem, com sofrimento intenso, seja privado de cuidados de saúde, por decisão legislativa. Os Deputados a decidirem em vez dos médicos.

Aplausos do PS e do L.

Que um adulto passe a precisar de um carimbo médico para mudar o nome que é o dele nos documentos. Os dados são irrefutáveis. Jovens trans que têm acesso a cuidados médicos adequados têm 73 % menos probabilidades de ter ideação suicida.

Quando a direita diz que é de proibir cuidados para proteger as crianças, está a fazer exatamente o contrário: está a desproteger as crianças trans. Não protege ninguém e aumenta o sofrimento.

Aplausos do PS, do L e do PAN.

As pessoas trans não precisam que a direita medieval lhes diga quem eles são, quem elas são.

Protestos do CH.

São pessoas, cidadãos da nossa República, de pleno direito, independentemente das opiniões condicionadas que nos trazem hoje projetos de lei.

Deixem as pessoas trans viver em paz. São cidadãos, como qualquer uma, qualquer um de nós.

Aplausos do PS, do L e do PAN.

Protestos do CH.

Uma última nota, a todas as pessoas trans, às suas famílias e amigos: coragem, hoje, abraços, amanhã. Não há época das trevas que dure para sempre. Esta também não vai durar. Estamos juntos.

Aplausos do PS, do L e do PAN.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Grande Pedro do Carmo, o único homem viril do PS!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, era para solicitar à Mesa que faça distribuir o projeto de lei do Bloco de Esquerda.

Como não foi apresentado pelo Sr. Deputado Fabian Figueiredo, Sr. Presidente, creio que é importante a sua distribuição para que os Deputados desta Casa possam lê-lo, porque ninguém percebeu qual foi o projeto de lei.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado e será distribuído, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Filipe Sousa vai usar a palavra, também para exprimir a sua opinião.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, preciso de ter condições e volto a dizer que apartes não são interrupções.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando discutimos matérias fraturantes, há uma coisa que não pode falhar: o respeito. Respeito pelas liberdades individuais, respeito pelo direito à escolha e pela diferença.

Este é um tema complexo e é bom que todos o assumamos. Há muito trabalho científico, muitos especialistas e muita reflexão séria que não pode ser ignorada nem simplificada.

Entendo que é uma linha vermelha, clara, mas não pode haver qualquer retrocesso nos direitos humanos. Mais, a lei deve acompanhar a ciência, não andar atrás dela.

Defendo uma legislação equilibrada, responsável, como aquela que já existe, mas que continue a reconhecer algo fundamental: a autodeterminação é um direito e está alinhada com o direito internacional.

E convém não esquecer que a identidade de género não é uma doença. Isso já foi ultrapassado pela ciência,...

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Não, não foi!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — ... e pelas classificações internacionais.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Não, não foi!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Foi, foi! Tens de estudar!

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sejam, por isso, sérios, responsáveis e, acima de tudo, respeitadores. Tenhamos respeito pela identidade, respeito pela sua dignidade e respeito pelo direito a ser...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — E também respeito por quem pensa de forma diferente. Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Moreira.

Protestos do CH e contraprotestos do L.

Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada Isabel Moreira vai usar da palavra.

Protestos do CH e contraprotestos do L.

Se desejamos que haja respeito por quem representamos também temos de ter respeito pelos portugueses que se fazem representar nos outros.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quem a viu e quem a vê. Agora está em minoria!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A minha primeira palavra é para as pessoas trans aqui presentes e para as mães, pais e famílias de pessoas trans. Sabemos que este dia está a acontecer sem que vos tenham recebido. É insuportável!

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

Nenhum dos partidos que apresentaram projetos de lei vos recebeu.

A democracia está a ser destruída. A cartilha é conhecida e é da extrema-direita. Ela é bem-sucedida se os democratas forem cúmplices; e é o caso.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O Lula é da extrema-direita, agora!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — A destruição hodierna da democracia começa na instigação da divisão da sociedade, na instigação do ódio ao outro, na fabricação endinheirada de mentiras a uma velocidade estonteante. A culpa dos problemas complexos da maioria passa a ter rostos inventados, mas identificáveis. São negros, são imigrantes, são mulheres, são transexuais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanta asneira!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Camada por camada, a democracia vai sendo corroída. O lucro do *prime time* tem pouca permeabilidade a debates complexos, e o ódio é o novo *prime time*.

Por isso, aqui estamos. Quinze anos depois da lei de 2011 e oito anos depois da lei de 2018, três partidos desta Casa afirmam que as pessoas trans não deviam ter tido autonomia para dizerem da sua identidade, como há pouco tempo outros Deputados sabiam melhor do que nós o que era bom para as nossas vidas: ficar em casa.

Aplausos do PS, do L e do BE.

A invisibilidade é uma desumanização que mata. Mata de várias formas.

Fez há um mês 20 anos que um grupo de menores, cheios de ódio e desconhecimento, se preparava para mais um rotineiro espancamento da mulher trans e sem abrigo Gisberta. Como é sabido, depois de vários dias de tortura, foi atirada ainda viva para um poço e só, então, depois morreu. Uma das exigências que lhe fizeram enquanto a torturavam foi a de mostrar o seu sexo, porque não era suficiente Gisberta dizer que era Gisberta.

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

Até há pouco tempo, todos nesta Casa sabíamos que os direitos fundamentais são contra maioritários. Talvez os dois Deputados do CDS possam perguntar à ex-Deputada Isabel Galriça Neto, que é médica, por que razão não se legisla decidindo tratamentos médicos que fazem a quem está agora em processo terapêutico? Querem a morte no mercado negro? Leram o protesto do Colégio de Sexologia da Ordem dos Médicos, Srs. Deputados?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É uma barbaridade!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Ou falaram diretamente com a Administração Trump?

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

Se os diplomas da direita forem aprovados, ainda que haja uma diferença entre o grau de violência inscrito no projeto do Chega, que desprotege crianças intersexo, e o do PSD, que regressa ao regime de 2011 — que chumbara, que tinha por inaceitável! — a taxa de suicídio aumentará, Sr.^a Deputada!

É disto que estamos a falar! É esta a vossa incúria!

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

Não há pano que vos limpe as mãos, como não limpará as de Trump, as de Bolsonaro, as de Orbán, as de Putin, que fizeram todos projetos como o vosso! Eis os vossos pais ideológicos.

Faço aqui um apelo. Cada Deputado e cada Deputada tem um voto: seu, soberano, intransmissível. Apelo a todos e a todas que tenham a coragem que não faltou a Teresa Leal Coelho, que não aceitou que a disciplinassem em matéria de direitos fundamentais!

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Pensem no que estão a fazer, não às pessoas trans, a vocês mesmos. Qual é que vai ser a vossa história em matéria de direitos humanos, Sr.^{as} e Srs. Deputados? Vai ser esta?! Querem rasgar um regime jurídico assente nas resoluções do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa?!

É ideologia!?...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Deixem de brincar com as crianças!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ONU (Organização das Nações Unidas): ideologia?! E o relatório do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos de 2015?

Vai ser esta a vossa história, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Os três projetos são um ataque à saúde, à liberdade e à dignidade das pessoas trans e das pessoas intersexo. Negam a ciência. A Sr.^a Deputada do PSD não apresentou um único dado de má avaliação da lei de 2018, porque ela tem salvado vidas.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Vamos repetir hoje que as pessoas trans têm autonomia para dizerem quem são, que não são doentes? É preciso repetir isto agora?

As pessoas trans existem, são amadas, estão diariamente sujeitas a uma campanha de ódio como se fossem gente perigosa. Perigosos são os que se colocam ao lado do obscurantismo, contra a ciência, contra a Constituição, o Conselho da Europa e a ONU: o nosso chão comum.

A história e as histórias não vos perdoarão!

Aplausos do PS, do L, do BE, de pé, e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ao estarmos a discutir este tema estamos a exercitar a democracia.

Burburinho na Sala.

A Mesa registou os pedidos de interpelação, que são dois. Um primeiro da Sr.^a Deputada Rita Matias e depois do Sr. Deputado António Rodrigues.

Temos também um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado José Carvalho. Portanto, temos matéria suficiente para continuar a trabalhar.

A Sr.^a Deputada Rita Matias pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Peço que a Mesa proceda aos bons ofícios de distribuir um parecer do Sr. Prof. Dr. Ricardo Gusmão, que é professor na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e que diz que os pareceres que a Sr.^a Deputada Isabel Moreira acabou de citar apresentam evidência científica de qualidade baixa ou muito baixa.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada fará chegar o parecer.

O Sr. Deputado António Rodrigues pede a palavra para uma interpelação à Mesa também?
Faça favor.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, não sei se é uma interpelação, se é uma defesa da honra. V. Ex.^a decidirá.

Protestos do PS, do CH e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Não, V. Ex.^a é que decide.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, é para repor a verdade, porque foi dito na intervenção da Sr.^a Deputada Isabel Moreira que o PSD não tinha...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem muita experiência, portanto, se é uma defesa da honra da bancada, fará a defesa da honra da bancada e tem 2 minutos para efeito. Depois, a Sr.^a Deputada poderá dar as explicações, com o mesmo tempo. É isso?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É isso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça favor. Tem 2 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. É apenas e só para repor a verdade daquilo que foi aqui afirmado.

É uma questão grave, porque o PSD está sempre aberto a ouvir toda a gente, e não só se disponibilizou para ouvir as associações, como o fez. Que fique claro que recebeu um conjunto de associações, como seja a rede *ex aequo*, a ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo) ou a Opus Diversidades.

Para além destas instituições que recebeu, recebeu inúmeros *emails*, a que respondeu, falando sobre as suas posições, assumindo a sua responsabilidade.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — E estamos sempre disponíveis para os continuar a receber, até ao debate na especialidade, se houver, sobre esta matéria.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

Agora, sejamos claros: compreendemos e aceitamos que haja alguma sensibilidade excessiva nestas matérias. Agora, se queremos de facto defender a democracia e a liberdade de opiniões, que fique claro: nós estamos abertos para o fazer, não nos recusamos a fazê-lo, não nos acusem disso em momento algum.

Por isso, exigimos que seja reposta a verdade nesta matéria, Sr. Presidente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Isabel Moreira tem agora uma dupla qualidade, que é a de prestar os esclarecimentos à defesa da honra e fazer uma interpelação à Mesa, para a qual também tinha pedido a palavra. Não sei se dá para acumular as duas.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, aproveite para dar os esclarecimentos e fazer a interpelação à Mesa.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, confirma, portanto, que não recebeu a AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género), a organização mais importante, que representa pais de crianças que perderão...

Protestos do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada está a prestar os esclarecimentos em função da defesa da honra e o PSD, como pediu isto, tem de a ouvir.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Mas é mentira!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem de ser ouvida por quem pediu a defesa da honra. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Obrigada, Sr. Presidente.

Se tivessem recebido a AMPLOS, que é a associação que de mais dados e mais experiência dispõe, teriam, talvez, recebido os elementos que certamente vos faltaram para perceberem que, se o vosso diploma for aprovado, de facto, crianças e jovens estarão, no dia seguinte, em risco de vida.

E, sim, é um tema muito sensível, mas, claro, sabe que nós, mulheres, ficamos sempre mais sensíveis, mas isso é como é!...

Risos do CH.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, é evidente que, quando lidamos com questões de ciência, como quando fizemos a lei de 2018, esta foi uma lei participada, com toda a gente, como se lembrará quem cá estava. Ao contrário destes projetos, que não tiveram a participação de ninguém, foi uma lei altamente participada.

Uma coisa é unanimidade, outra coisa é o consenso. E o consenso está nos documentos do Conselho da Europa, nos documentos da União Europeia, nos documentos das Nações Unidas e nos nove pareceres que recebemos e serão distribuídos.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as outras entidades?!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Mas a Sr.^a Deputada está a dar explicações ao PSD, não é a mim.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Esta era a segunda parte.

Portanto, serão distribuídos os documentos que são o nosso consenso, do Conselho da Europa, da União Europeia e das Nações Unidas — aquilo que faz o consenso científico nesta matéria e que foi o consenso de 2018, que faz parte da causa comum.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Faça juntar esses documentos, para também poderem ser distribuídos.

O Sr. Deputado António Rodrigues pede a palavra para que efeito?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, estas reuniões foram públicas, constam da agenda do PSD. Entregaremos à Mesa, para distribuir, a relação de todas as entidades que foram ouvidas relativamente a esta matéria, para não continuarmos com falsidades.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuída a agenda do PSD, quando chegar aqui à Mesa.

Agora, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, para fazer o seu pedido de esclarecimento. Tem 2 minutos para o efeito.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Moreira, de facto, hoje, 19 de março, é o dia em que uma grande parte deste País celebra a solenidade de São José, modelo de pai,...

Risos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

... neste dia que é dedicado ao pai.

Aplausos do CH.

Se me permitem, seguramente que o País conhecerá esta imagem.

O orador exibiu uma imagem de São José, com o Menino Jesus ao colo.

Se me permitem, daqui saúdo todos os pais, especialmente quando alguns, desse lado das bancadas,...

O orador apontou para as bancadas do lado esquerdo do Hemiciclo.

... querem acabar com o Dia do Pai. Mas há uma certeza, nesta bancada: o Dia do Pai é para continuar a celebrar e é para continuar a assinalar.

Aplausos do CH.

É o Dia do Pai que aqui se continuará a celebrar, Sr.^a Deputada, e, neste caso, permitam-me: habituem-se! Srs. Deputados, neste Dia do Pai, este Plenário reúne-se para discutir um assunto fundamental e que deve merecer a maior seriedade e responsabilidade: a proteção dos filhos — os nossos filhos e os filhos dos outros.

Protestos do L e da Deputada do PS Elza Pais.

Falo dos filhos menores de idade, aqueles que apontam ao futuro, até porque é por eles e para eles que esta bancada de 60 Deputados aqui está, para proteger e defender as nossas crianças do ativismo militante. Repito: para proteger as crianças do ativismo militante.

Aplausos do CH.

Protestos do L, do PAN e de Deputados do PS.

Para essa defesa, recebemos, tal como, garantidamente, todos os Deputados deste Plenário, uma carta de inúmeras famílias que nos escreveram, e passo a citar: «Srs. Deputados, exijo a revogação imediata da Lei n.º 38/2018. Esta lei impôs a ideologia de género nas escolas...»

Risos da Deputada do L Filipa Pinto.

«... e na sociedade, abrindo a porta a que menores sejam submetidos a bloqueadores de puberdade, hormonas e mutilação de órgãos sexuais saudáveis. Enquanto vários países baniram estes tratamentos, Portugal continua a sacrificar crianças em nome de uma ideologia falida. Revoguem a Lei n.º 38/2018.»

A pergunta que se impõe, Sr.ª Deputada, é a de saber se dessa bancada corresponderão a este apelo das famílias portuguesas para revogar a lei iníqua que o Partido Socialista, nos tempos da geringonça, aprovou nesta Casa e que está a sacrificar as famílias e as crianças portuguesas.

Aplausos do CH.

Da nossa parte, deixem as crianças em paz, deixem as crianças ser crianças, deixem as...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Foi feito um pedido de esclarecimento e a Sr.ª Deputada Isabel Moreira tem pouco tempo para responder, por isso, precisa de ser bem ouvida.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, em primeiro lugar, feliz Dia do Pai para si e para os seus filhos, se os tiver.

Em segundo lugar, quero agradecer a sua intervenção, porque ficou patente a que é que vocês aderiram todos...

A oradora apontou para as bancadas do lado direito do Hemiciclo.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — «Vocês» não! É «Srs. Deputados»!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... e o vosso reflexo pavloviano, tirando a Iniciativa Liberal. É isto. Portanto, feliz Dia do Pai para si e para os seus filhos, se os tiver.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que tem 1 minuto, portanto, também tem de aproveitar bem o tempo.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Com tantos problemas reais no nosso País, o Chega, o CDS e o PSD decidiram problematizar uma questão que não é um problema.

Protestos do CH.

Aliás, o que é um problema para estes partidos é a existência de pessoas que não cabem na vossa caixinha bafienta de conceção de vida...

Aplausos do PS e do L.

... e que, claramente, decidem, na agenda da extrema-direita, passar a perseguir.

Do que estamos aqui a falar é de uma perseguição histórica e da recuperação de agendas absolutamente inaceitáveis em pleno século XXI. Fazem-no sob argumentos profundamente hipócritas, como o da proteção das crianças e jovens, aliás, proteção e preocupação essas que não vemos, por exemplo, para as afastar de atividades violentas como as touradas.

Risos e protestos do CH.

Aplausos da Deputada do PS Lia Ferreira.

Tomara que tivessem a mesma empolgação; fariam muito melhor.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é inaceitável que algo tão básico como a violação de direitos constitucionais, que é o que hoje estamos a discutir em relação às pessoas trans e ao direito à sua identidade de género, e também em relação às crianças intersexo, tenha de ter hoje expressão na Assembleia da República, com estes projetos.

Lamentamos que o PSD tenha perdido aqui a vergonha, porque o PSD tem outra responsabilidade perante os pais e as mães destes jovens e estas pessoas que hoje temem pelo...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS, do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada, ficou clara também a sua opinião.

Agora, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queremos também dirigir uma primeira palavra a quem assiste e acompanha aqui este debate na Assembleia da República.

Revogar a Lei n.º 38/2018 constitui um perigoso retrocesso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como na Coreia do Norte!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O que o Chega, PSD e CDS pretendem é andar para trás, e o que é preciso é avançar no combate a todas as formas de discriminação. No entanto, o que estes partidos propõem é acentuar a discriminação, exacerbando elementos de conflitualidade e de divisão.

Mais uma vez, optam pela exclusão e pela ostracização, e não pela inclusão, nem pela igualdade e pelo respeito de todos, independentemente das características individuais de cada um.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

Tal como os seus projetos e ideais, retrógrados e reacionários, querem voltar a reintroduzir conceções que estão ultrapassadas, como a obrigatoriedade de um relatório médico para o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio. Voltam a confundir autodeterminação com a esfera clínica.

Nos últimos anos, atendendo ao conhecimento científico disponível, a evolução foi no sentido da despatologização da disforia de género, considerando-a como elemento necessário à garantia do respeito pela dignidade de todas as pessoas.

Protestos de Deputados do CH.

A própria OMS (Organização Mundial da Saúde), assim como diversas organizações científicas da área da saúde, deixaram de classificar a disforia de género como «doença de personalidade e comportamento», que passou a ser classificada como «condição de saúde sexual».

Permitir a mudança de sexo e de nome como um ato administrativo, sem necessidade de intervenção cirúrgica, para os jovens entre os 16 e os 18 anos, com o acordo dos pais e o comprovativo que ateste as capacidades para tomar essa decisão, trouxe o reconhecimento da identidade de cada um, saúde física e mental, autoestima, segurança e estabilidade nas suas vidas.

Há crianças e jovens que iniciaram um processo de transição, estão integradas nas escolas, têm uma relação social saudável, estão a conseguir trilhar um caminho que lhes dá confiança para o futuro. É tudo isto que fica colocado em causa com as propostas apresentadas pelo Chega, PSD e CDS.

Infelizmente, muitas crianças e jovens vivem num corpo com o qual não se identificam. Isso tem levado ao isolamento e gera inúmeras perturbações na sua saúde, nomeadamente no plano da saúde mental, podendo, em casos extremos, levar a comportamentos autolesivos e até a tentativas de suicídio.

É isto que estas propostas representam: receios e incerteza nas suas vidas.

Nesta matéria, tal como no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, na saúde, na educação, na habitação, o que o Chega, PSD e CDS pretendem é impor retrocessos.

Por tudo isto, votaremos contra estas propostas.

Aplausos do PCP, do PS, do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar a ouvir as diferentes opiniões.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 1 minuto e 46 segundos. Portanto, também precisa, nesse curto intervalo de tempo, de ter as condições para ser ouvido, e eu também preciso de ter a capacidade de ouvir.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me também que cumprimente todos os concidadãos nas galerias e, em especial, os representantes das associações de defesa dos direitos humanos.

Violência institucional sobre as pessoas trans e um ataque aos direitos humanos — é a única forma que temos de descrever estas iniciativas do PSD, do CDS e do Chega, para reverter os direitos previstos na lei da autodeterminação de género. Não há uma única, repito, uma única razão para estas alterações, senão a obsessão ideológica que a direita tem em atacar as pessoas trans, em excluí-las, em torná-las alvos.

Aplausos do L, do PS e do BE.

Os Srs. Deputados ousam falar em ciência. Srs. Deputados, todos os parceiros que recebemos arrasam os fundamentos técnicos e científicos para estas iniciativas: a Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, a Ordem dos Psicólogos, a Associação para o Planeamento da Família, o Grupo de Investigação em Sexualidade e Género, do Centro de Psicologia da Universidade do Porto.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O PSD fala, na iniciativa, em diagnóstico de incongruência de género, quando a OMS já retirou este conceito do capítulo das doenças mentais. Não se trata como um diagnóstico aquilo que não é uma doença.

Doente é uma sociedade que ataca os jovens trans, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Aplausos do L, do PS e do BE.

As pessoas trans não são uma ideologia, são pessoas de carne e osso, como qualquer um de nós, e não precisam de ser tuteladas por ninguém.

As pessoas sabem quem são, não precisam que um médico lhes diga, não precisam que os Srs. Deputados lhes digam.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Que seja preciso dizer isto, em 2026, neste Hemiciclo, é revoltante.

A proposta do PSD, em alguns aspetos, até vai mais longe do que a do próprio Chega, com a obsessão com a participação das pessoas trans no desporto, permitindo expressamente a possibilidade de as federações criarem competições apenas com base no sexo biológico.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Claro! Para proteger as mulheres!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Srs. Deputados, pensaram sequer no que é que estão a fazer? Como é que vão fazer essa verificação, Sr.^{as} e Srs. Deputados? Vão exigir exames?

Srs. Deputados, estas propostas são um atentado à liberdade, por isso, deixo um apelo às Deputadas e aos Deputados do PSD: não deixem que vos imponham a lei da rolha! Votem pela liberdade!

Aplausos do L, do PS, do PCP e do BE.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Como nos Jogos Olímpicos, homens a bater em mulheres é lindo!...

O Sr. **Presidente**: — Com a próxima intervenção, vamos dar por terminado este ponto da ordem do dia. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Marta Patrícia Silva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate de hoje tem o propósito de instrumentalizar os portugueses para alimentar divisões artificiais, transformando a liberdade individual, um valor fundamental no Estado de direito, num instrumento de combate político.

Aplausos da IL e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

Este debate não surge por acaso. Durante os últimos anos, um conjunto de movimentos ativistas radicais escolheram o wokismo como arma política, ignorando aquilo que qualquer cidadão moderado...

Continuação de protestos do CH e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, desculpe interromper. A seguir vão falar outros e também temos de ouvir.

Protestos do CH.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Ouçam, ouçam!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, pedia aqui à bancada mais à minha direita que desse as condições — que, neste momento, não está a dar — para que a Sr.^a Deputada possa ser ouvida.

Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Como estava a dizer, durante os últimos anos, um conjunto de movimentos ativistas radicais escolheram o wokismo como arma política, ignorando aquilo que qualquer cidadão moderado e tolerante percebe com clareza: quando a liberdade individual é apropriada para fins políticos e transformada numa agenda que procura impor uma visão única sobre toda a sociedade, é natural que surjam reações, que não decorrem de um qualquer impulso de intolerância, mas, sim, da perceção de que há uma tentativa de colonização política de temas que deveriam permanecer no domínio da liberdade individual e, por isso, fora da lógica de imposição coletiva.

É precisamente por isso que esta matéria exige prudência, equilíbrio e responsabilidade, e não pode ser capturada por agendas políticas nem tratada de forma leviana.

Numa sociedade livre e justa, o exercício da liberdade de uns não pode pôr em causa ou agredir o direito e a dignidade de outros.

Não aceitamos retrocessos nas liberdades individuais, assim como não pactuamos com qualquer agenda que pretenda instrumentalizar causas legítimas para impor visões ideológicas à sociedade, sacrificando o equilíbrio, a liberdade e a confiança nas instituições.

Distanciamo-nos, portanto, de todas as propostas a votação, por motivos diferentes e por falhas que importa mencionar.

A proposta do Bloco de Esquerda ignora a autonomia das escolas, procurando legislar sobre algo que deve permanecer na esfera das próprias instituições, dos próprios pais, e impondo a sua agenda ideológica ao País.

As propostas do Chega e do PSD não só tratam a liberdade individual como uma patologia,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — ... trazendo o Estado para a decisão de cada um dos portugueses, como interferem nas escolhas de adultos que têm consciência plena e acompanhamento naquilo que estão a fazer.

Protestos do CH.

A proposta do CDS ignora que, no caso dos adolescentes, as decisões decorrem de um processo médico extremamente longo e faseado, acompanhado por uma equipa multidisciplinar de médicos de várias especialidades, enfermeiros, psicólogos e as famílias.

Protestos do CH.

A Iniciativa Liberal nunca apoiaria um processo que permitisse mudanças irreversíveis em menores ou que funcionasse à revelia da vontade dos pais.

Não deixa de ser irónico, contudo, e até revelador, que os partidos que usam o conceito da família como núcleo da sua filosofia política chamem agora o Estado para estar nas casas,...

Protestos do CH.

... nos hospitais, na vida de jovens menores, apoiados pelas suas famílias e com o acompanhamento de alguns dos profissionais mais qualificados nesta área.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Não é verdade!

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Srs. Deputados, este é um tema que exige responsabilidade, serenidade e respeito pela complexidade das relações humanas que aqui estão em causa.

Para todas as famílias, algumas presentes nas galerias, que fizeram chegar os seus testemunhos, a nossa mensagem é clara: não ignoramos os vossos apelos, como não ignoramos a vossa liberdade.

Por isso, estaremos sempre aqui para defender aquilo que é essencial: liberdade para expressar a nossa individualidade, liberdade para decidir sobre as nossas vidas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, visto que a Sr.^a Deputada Marta Silva mencionou o radicalismo daqueles que elegeram a cultura *woke* como inimiga, queria pedir que o Sr. Presidente distribuísse uma notícia com as seguintes declarações do Deputado Rui Rocha: «Uma proposta liberal deve ser *antiwoke*.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Certamente, é um radical que anda por aí.

Aplausos do CH.

Protestos da IL.

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Ouviste bem o que eu disse?!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Quando a fizer à Mesa, será enviada.

Srs. Deputados, vamos encerrar este ponto, antes de passarmos para o próximo, e ainda teremos de ficar cá, pelo menos, 37 minutos, sem os apartes, as interrupções...

Para a intervenção de encerramento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Rita Matias, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje é Dia do Pai e, por isso, começo por saudar os bons pais, aqueles que estão presentes, que cuidam e protegem as suas famílias, as mães dos seus filhos, e que são um pilar para todos eles.

Aplausos do CH.

Mas também quero mencionar os outros, aqueles pais que se ausentam, os que abandonam as famílias e os que falham, porque estas falhas deixam marcas profundas em crianças que crescem sem referências, sem estabilidade, sem proteção. São, muitas vezes, essas fragilidades que os tornam mais vulneráveis a decisões irreversíveis demasiado cedo.

Público presente nas galerias começou a sair e Deputados do CH acenaram-lhes.

É também sobre isso que falamos hoje.

Um estudo alemão recente, com uma amostra de 14 milhões de jovens, diz-nos que...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, desculpe interromper.

Como sabem, não é permitido ter qualquer espécie de interação com as galerias.

Público presente nas galerias continuou a sair. A Deputada do CH Rita Matias acenou e enviou beijos em direção às galerias.

Aplausos do CH.

A Sr.^a Deputada Rita Matias sabe que não se tem interação com as galerias. Ainda que as galerias o façam, nós não devemos fazê-lo, e, se alguém o fez, não devia ter feito. É assim!

Vamos continuar a ouvir a Sr.^a Deputada Rita Matias e fazer com que não haja esses incidentes, que são aqueles que marcam, em vez da verdadeira discussão substantiva que está em causa.

Faça favor de continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dizia eu que um estudo com uma amostra de 14 milhões de jovens revelou que 60 % dos jovens diagnosticados com perturbações de identidade de género deixavam de ter esse diagnóstico ao fim de cinco anos. Repito: a maioria.

É por isto que estes dados impõem prudência, mas o que esta Casa fez nos últimos anos foi exatamente o contrário. Em 2018, definiram que a autodeterminação de género poderia acontecer de qualquer maneira: os adultos, por mera declaração; os menores, com um parecer vago qualquer de um psicólogo e o consentimento dos pais.

Quem ouve lá em casa diz: «Bom, se os pais dão consentimento e o Chega é pró-família...» A questão é: será que as famílias são verdadeiramente livres? É que, em 2024, esta Casa decidiu criar uma lei para perseguir pais e profissionais de saúde que digam que o menor não pode mudar de sexo, mesmo que esta posição seja sustentada em diagnósticos, em exames e na identificação de outras patologias que não a disforia de género. Criminalizaram qualquer prática a que chamaram repressão ou conversão de identidade de género, criando um clima de censura e de perseguição às famílias e aos profissionais de saúde, de tal forma que, hoje, muitos não puderam dar a cara, porque tinham receio de perder a sua cédula profissional.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isto, sim, é um clima de ódio, de censura e de ditadura de ideologia de género.

Aplausos do CH.

Hoje é um dia histórico. Portugal alinha-se com o Reino Unido, com a Suécia, com a Finlândia, com a Noruega, com a França, com a Itália. Hoje estamos a proteger crianças. Não queremos discriminar ninguém. Queremos que deixem as crianças em paz.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente:** — Assim termina este ponto da ordem do dia.

Srs. Deputados, vamos passar ao sétimo ponto da agenda, que consiste na discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 474/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime venezuelano e apoie a transição democrática no país, 573/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à comunidade portuguesa na Venezuela e a intensificação de esforços que garantam a libertação dos presos políticos portugueses e lusodescendentes, 672/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que defenda uma solução de paz, democracia e liberdade para o povo venezuelano, 674/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que apoie a transição democrática na República Bolivariana da Venezuela, o regresso livre dos líderes da oposição e a realização de eleições justas e transparentes, 677/XVII/1.^a (PCP) — Pelo respeito do direito internacional e da soberania e independência nacional da República Bolivariana da Venezuela, 681/XVII/1.^a (L) — Em defesa do direito internacional e de uma transição democrática para o povo venezuelano e 683/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a rejeição do plano de intervenção e transição

imposto pelos Estados Unidos da América na Venezuela, a defesa da soberania do povo venezuelano e do direito internacional.

Peço às Sr.^{as} e Srs. Deputados que estão a mudar de posição nas bancadas que o façam com a celeridade que a hora aconselha e que as Sr.^{as} e Srs. Deputados que ainda estão em pé façam o favor de se sentarem, porque o nosso trabalho ainda não acabou.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, para a apresentação do projeto de resolução da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo pelo princípio e pelo mais importante, dirigindo daqui um enorme abraço ao martirizado povo venezuelano.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Um abraço de respeito e solidariedade pela sua bravura e coragem. Os venezuelanos não se renderam, não se resignaram, nunca desistiram da sua liberdade. Um abraço largo que inclui, naturalmente, a vasta comunidade luso-venezuelana.

Srs. Deputados, uma vez mais, também na Venezuela, o comunismo levou à miséria, à opressão, à perseguição política, às prisões arbitrárias, à tortura e à morte.

Venezuela não é o que acontece quando o comunismo fracassa. Venezuela é o que acontece quando o comunismo triunfa.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Srs. Deputados, uma vez mais, também em relação à Venezuela, a esquerda fechou os olhos à tirania, à tortura e ao assassinato, e calou-se em cumplicidade.

Os democratas não distinguem entre ditaduras de acordo com a ideologia; se o fazem, é porque não são democratas, são hipócritas!

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Srs. Deputados, este Parlamento e o Governo de Portugal têm a obrigação moral de estar à altura da coragem do povo venezuelano e a responsabilidade de estar ao lado da comunidade luso-venezuelana.

Por isso, apresentamos hoje um projeto de resolução que toca em sete pontos essenciais, dos quais sublinho os seguintes: a libertação dos presos políticos, o processo de transição e a construção de um futuro Estado de democracia.

Em primeiro lugar, o Governo português deve assumir uma posição clara sobre a libertação dos presos políticos que ainda estão em cativeiro, apesar de já terem ocorrido algumas libertações.

Para que fique claro, Srs. Deputados do PCP: não está aqui em causa Nicolás Maduro, o único venezuelano preso que mereceu a vossa preocupação. Estamos a falar daqueles que o regime de Maduro prendeu por motivações políticas e que ainda não foram libertados. Esses, sim, merecem a nossa consideração.

Aplausos da IL.

Já agora, sobre Maduro, nós também concordamos que talvez o melhor sítio para o ditador não seja uma prisão americana. O melhor sítio para Maduro é ao lado do seu povo, na mesma prisão venezuelana onde manteve em cativeiro os adversários políticos, depois de julgado e condenado pelos crimes hediondos que cometeu contra os venezuelanos.

Aplausos da IL.

Em segundo lugar, o Governo português deve ser claro quanto ao processo de transição, que se deve fazer no respeito pela vontade do povo venezuelano. Aliás, vamos ser claros: não falta nestas bancadas quem defenda que a questão da Venezuela deveria resolver-se internamente, pela vontade e ação única dos venezuelanos.

Pergunto: o que foram as eleições de 28 de julho de 2024, senão a manifestação interna, extraordinária, corajosa e límpida da vontade dos venezuelanos?

Aplausos da IL.

É por isso que a transição deve fazer-se com aqueles que os venezuelanos escolheram nestas eleições: o presidente legítimo da Venezuela, Edmundo González Urrutia, e Maria Corina Machado, Prémio Nobel da Paz e líder da oposição democrática ao regime ditatorial.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A transição não pode tornar-se uma operação de reciclagem chavista: sem Maduro, mas com o seu séquito; sem Maduro, mas com os mesmos vícios, as mesmas práticas, o mesmo desprezo pela liberdade e pela vontade dos venezuelanos.

No final da transição, a conclusão não pode ser a de que tudo mudou, para que, afinal, tudo fique na mesma.

Em terceiro lugar, o Governo português deve tomar uma posição clara sobre a criação de todas as condições para que se afirme, na Venezuela, um regime democrático, assente em eleições livres e justas e que honre a coragem daqueles que lutaram para conquistar a sua liberdade.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção também de apresentação de diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Emanuel Câmara, do Partido Socialista.

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A comunidade portuguesa na Venezuela constitui uma das mais numerosas e historicamente enraizadas comunidades portuguesas no estrangeiro, desempenhando, há décadas, um papel relevante na vida económica, social e cultural daquele país e representando o importante elo entre Portugal e a Venezuela, em particular com a Região Autónoma da Madeira, de onde é natural uma grande parte desta comunidade e onde atualmente reside um expressivo número de luso-venezuelanos.

A Venezuela atravessa, há vários anos, uma crise profunda, de natureza económica, social, política e humanitária, com impacto particularmente severo sobre a comunidade portuguesa, que vive em situação considerada de elevada vulnerabilidade, especialmente os mais idosos, os doentes crónicos e aqueles que não têm redes de apoio familiar.

O recente agravamento do contexto político e securitário veio reforçar a fragilidade das condições de vida e os riscos enfrentados pelas comunidades estrangeiras, incluindo a portuguesa.

Tivemos a oportunidade, na Comissão de Negócios Estrangeiros, de reunir com os conselheiros das comunidades na Venezuela e, a nível do grupo parlamentar, de reunir com familiares de presos políticos luso-venezuelanos.

É neste contexto que se torna urgente que o Governo português garanta um acompanhamento próximo, permanente e adaptado à realidade concreta da comunidade portuguesa na Venezuela, reforçando a capacidade de resposta do Estado português. Importa reforçar contactos e aperfeiçoar os níveis e os mecanismos de atuação, tendo em vista resultados mais efetivos.

É por isso que propomos, neste projeto de resolução, diversas medidas, entre as quais assegurar que os instrumentos de apoio social existentes, nomeadamente o ASIC-IP (Apoio Social a Idosos Carentes das Comunidades Portuguesas) e o ASEC-IP (Apoio Social a Emigrantes Carentes das Comunidades

Portuguesas), sejam mais céleres, flexíveis e adequados às circunstâncias excepcionais vividas no País, permitindo responder eficazmente a situações de pobreza extrema e emergência social.

Aplausos do PS.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — É essencial o reforço de recursos financeiros, bem como a adaptação dos critérios de atribuição e de avaliação socioeconómica dos apoios sociais à realidade concreta da Venezuela e dos portugueses que lá residem, e reforçar os apoios ao movimento associativo da comunidade portuguesa naquele país, reconhecendo o seu papel essencial na identificação de situações de vulnerabilidade, na prestação de apoio social e na manutenção da coesão comunitária.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Consideramos prioritário o reforço do apoio médico e o acesso a medicamentos essenciais para os cidadãos portugueses e lusodescendentes em situação de maior fragilidade. É fundamental que o Governo desencadeie os esforços diplomáticos necessários junto das autoridades competentes, com vista à retoma das ligações aéreas regulares e diretas entre Portugal e a Venezuela, designadamente através da TAP (Transportes Aéreos Portugueses).

Aplausos do PS.

Não menos importante é a intensificação dos esforços políticos e diplomáticos com vista à libertação de todos os presos políticos portugueses e lusodescendentes atualmente ainda detidos na Venezuela.

Aplausos do PS.

Este pacote de medidas é essencial para demonstrarmos que não nos esquecemos de que em cada cidadão português e em cada lusodescendente residente na Venezuela perduram e projetam-se os mais elevados ideais da portugalidade, afirmando-se, para além das fronteiras, a nossa continuidade histórica e cultural.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O ataque dos Estados Unidos à Venezuela veio culminar com a captura de Nicolás Maduro e encetar uma nova era na política internacional, marcada pela escalada da violência e da instabilidade.

Para o PAN, a violação de direitos humanos e do direito internacional deve ser tratada de igual maneira, quer o regime seja de esquerda quer seja de direita. Se condenamos o autoritarismo na Venezuela, temos obrigatoriamente de condenar também as ingerências externas nesse país, protagonizadas pelo regime de Donald Trump.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Apesar de ter saído o ditador, a ditadura continua, o regime mantém-se de pé e os direitos humanos continuam a ser atacados, sendo que a única coisa que mudou foi, face a um regime de abertura, a abertura do petróleo venezuelano ao comércio externo.

Sabemos também que as últimas eleições, que reelegeram Nicolás Maduro, foram fraudulentas e que os venezuelanos precisam de viver num regime que respeite os direitos humanos e a proteção dos seus direitos,

liberdades e garantias, mas isto não dá legitimidade a qualquer país — a nenhum país, aliás — de decidir unilateralmente que este deve ser atacado e que o seu líder deve ser removido, ao arrefio da lei internacional.

Todos conhecemos o resultado das ingerências norte-americanas na América Latina, que depuseram líderes democraticamente eleitos, durante a Guerra Fria, e o que aconteceu não é diferente, apesar da época.

Na iniciativa que trazemos a debate, o que o PAN propõe é que Portugal defenda, a nível internacional, uma solução de paz, democracia e liberdade, que sirva os interesses dos venezuelanos e não os interesses de Donald Trump e dos Estados Unidos sob a sua liderança; que lhes devolva o poder de decidir o seu futuro nas urnas, com a realização de eleições livres, democráticas e transparentes que representem verdadeiramente os interesses da população e do povo venezuelano.

É também crucial garantir a proteção e a segurança da comunidade portuguesa na Venezuela, salvaguardando o seu bem-estar e a dos cerca de 600 000 portugueses que vivem nesse País.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o direito internacional não pode e não deve servir apenas para o que nos convém. O povo da Venezuela merece liberdade e cabe a este Parlamento também dar um sinal positivo de defesa dos seus direitos, independentemente da cor política ou da ideologia associada à liderança desse País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim, do Chega, também para uma intervenção de apresentação de diploma.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Venezuela vive, há décadas, uma tragédia política, económica e humana. Aquele que já foi talvez o mais próspero país da América Latina é hoje um território asfíxiado pela repressão policial, pela pobreza irremediavelmente partilhada e pelo exílio forçado de milhões de cidadãos, mais precisamente seis milhões, seis milhões que votaram com os pés, o único voto livre que o que resta da República Bolivariana lhes vai permitindo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, este debate revelará uma divergência profunda na forma de encarar a atual realidade venezuelana.

Há quem prefira centrar o debate nas ingerências externas, sem abordar a real natureza do regime. Para o Chega, a questão central é a de devolver ao povo venezuelano o direito sobre o seu futuro, nunca proteger um regime pouco recomendável em nome de uma, no mínimo, arrevesada conceção de soberania, porque, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a soberania reside no povo, não nas falsas elites que abalroaram as instituições e as tomaram de assalto.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — A verdadeira soberania não reside no poder formal, mas na origem legítima desse poder. Sem a legitimação popular, a soberania é uma concha vazia — legitimação popular, uma bandeira que apenas se representa a si própria.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal não é nem pode ser um simpático observador, distante e neutral, desta profunda crise. Entre migrantes da primeira geração e lusodescendentes, vive na Venezuela cerca de milhão e meio de almas, cujas vidas, bens, segurança e futuro dependem da estabilidade política, que só a recuperação de instituições democráticas poderá devidamente garantir.

A diáspora portuguesa, calculada em cerca de cinco milhões de pessoas, é um dos grandes ativos que nos resta como povo. Assim sendo, a sua defesa terá de estar incluída na defesa dos interesses permanentes do Estado português, que cabe ao Governo intransigentemente defender, desta feita, com muito particular energia.

Não basta, nesta vez e neste caso, um eventual *mix* de boas intenções e palavras simpáticas vindo das necessidades. Impõe-se, isso sim, a defesa intransigente, nos fóruns internacionais e junto dos nossos parceiros europeus, de uma posição muito clara.

A Venezuela precisa de instituições democráticas e de liberdade, para que possa recuperar a prosperidade e o futuro perdidos, e precisa delas agora, pelo que há que avançar com a sempre muito falada, mas sempre adiada transição democrática.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a história recente prova que regimes ditatoriais raras vezes cedem voluntariamente o poder. A pressão internacional, o escrutínio severo, o isolamento diplomático e o apoio a forças democráticas são sempre fatores decisivos para que esse poder possa ser transferido.

É com esse fim que o Chega hoje apresenta esta iniciativa, porque, e repito, os nossos interesses permanentes estão em causa. Será imperdoável que o Governo os não defenda com a energia, o voluntarismo e a tenacidade que essa defesa exige.

Muito obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado a todos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No respeito pela Constituição da República Portuguesa, cabe à Assembleia da República respeitar a soberania do povo venezuelano e respeitar o princípio da não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É a partir deste pressuposto que o PCP recomenda que se respeite a soberania e a independência da República Bolivariana da Venezuela e o direito do povo venezuelano a determinar soberanamente o seu caminho, livre de ingerências externas, de acordo com o determinado na Constituição e nos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, condena e exige o fim da ingerência e da agressão contra a República Bolivariana da Venezuela, condição para a salvaguarda dos direitos do povo venezuelano, incluindo da comunidade portuguesa na Venezuela; e manifesta a sua solidariedade ao povo venezuelano, à comunidade portuguesa na Venezuela e a todos os povos da América Latina e das Caraíbas,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Eh lá!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... que defendem a paz e o direito a determinar soberanamente o seu próprio caminho, face às ameaças, à ingerência e à agressão dos Estados Unidos da América.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a democracia não se defende aplaudindo a agressão militar a um país e o rapto do seu Presidente. A democracia defende-se, desde logo, respeitando a soberania do povo, de um povo que resiste e optou por se libertar de décadas de domínio do imperialismo, de um povo que tomou opções diferentes daquelas que lhes querem impor.

Deliberadamente, não falam da flagrante violação do direito internacional que constituiu a agressão militar dos Estados Unidos à Venezuela e o rapto do seu Presidente, como não falam da sistemática ingerência e desestabilização promovida pelos Estados Unidos na Venezuela, do desumano e criminoso bloqueio económico imposto pelos Estados Unidos, da obstaculização das vendas do crude pela Venezuela, da apropriação dos ativos do Estado venezuelano e do bloqueio das transições financeiras da Venezuela, responsáveis pelas dificuldades na importação de produtos essenciais, que tanto prejudicam o povo venezuelano, mas também a comunidade portuguesa nesse país.

Ainda há quem aqui venha tentar justificar a administração norte-americana, quando foi o próprio Trump que deixou bem claro que a agressão foi para se apropriar dos recursos naturais, que são do povo venezuelano, numa postura colonialista, tal como ameaçou outros países da América Latina ou mesmo a Gronelândia. Mais uma vez, assumem uma inaceitável postura de vassalagem perante os Estados Unidos.

Concluo reiterando que hoje, mais do que nunca, importa reafirmar, respeitar, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o respeito pela soberania e o direito dos povos, a defesa da paz e a solidariedade.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Agora, também para apresentação do respetivo diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas: Com tantos anos de regime autoritário na Venezuela, todos temos um historial de posições sobre esse país. O meu começou creio que antes de 2006, portanto, há mais de 20 anos. Surpreende-me, na verdade, que a imprensa se tenha interessado por perguntar a, na altura, um jovem *blogger* o que é que achava acerca da Venezuela. A resposta foi que no tempo de Nicolás Maduro e, aliás, ainda no início do tempo de Chávez, aquele era um regime demagógico, populista e autoritário.

Tenho, creio, razões para acreditar que tenho sido completamente coerente na posição sobre a Venezuela, desde sempre, desde a primeira vez que tenho um registo da minha opinião sobre este tema, apenas aumentado pela intensidade com a preocupação de um regime autoritário que se foi sempre agravando, tornando-se mais repressivo, mais violento, com mais presos políticos. Lembro-me bem de ter conhecido colegas venezuelanos, na minha atividade académica, que já na altura tinham abandonado o país ou que tinham passado por situações de purgas, repressões, até prisões políticas. Eram, muitos deles, também membros de partidos de esquerda de vários tipos — sindicalistas também. Esquecer estes resistentes à ditadura na Venezuela e usar a Venezuela para fazer uma mera caricatura de direita *versus* esquerda é uma infantilidade política.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Como é de uma total ingenuidade política quem, à esquerda, por solidariedades espúrias, por interesses táticos ou por achar que o inimigo do meu inimigo é meu amigo, esquece os sindicalistas, os ativistas de movimentos progressistas e os cidadãos livres da Venezuela que, desde o início, lutaram contra um regime autoritário. Até porque, devo dizer-vos, e toda a gente que aqui tiver honestidade intelectual sabe reconhecer, não há nada mais igual a um *apparatchik* de um regime autoritário de esquerda do que um *apparatchik* de um regime autoritário de direita. Conheci vários deles, falei com os embaixadores de um lado e do outro, trabalhei com os da Hungria e tive de falar com os da Venezuela. São iguais. A mesma língua de pau, os mesmos rodeios, as mesmas justificações, os mesmos ocultamentos em relação a quem está na prisão e porque está, as mesmas desculpas esfarrapadas, as mesmas manipulações de eleições, as mesmas roubalheiras de eleições. Vocês sabem que é assim e sabem que utilizar o sofrimento de povos sob regimes autoritários como mera chicana política é desmerecer e é desrespeitar aqueles mesmos povos.

Até porque tenho visto, nos últimos tempos, que a preocupação com os direitos humanos por parte de Washington, em particular, é exclusiva aos direitos humanos dos países que têm petróleo ou terras raras, porque é preocupação com os direitos humanos da Venezuela, com os direitos humanos do Irão, mas não da Eritreia, que é um dos regimes mais repressivos do mundo, de que nunca se fala aqui; não da Coreia do Norte.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro! E o PCP?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A Eritreia é conhecida como a Coreia do Norte de África, mas nunca a ouvi aqui ser mencionada. A Coreia do Norte, propriamente dita, como já tem armas nucleares, ninguém lhe toca.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o PCP?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas já em relação à Gronelândia, aqui há uns tempos, havia preocupações com o colonialismo na Gronelândia, porque tem terras raras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Uma guerra de cada vez!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Por isso, devo também dizer que vir aqui fazer um discurso acerca da Venezuela e não falar uma única vez de Trump representa cobardia política.

Protestos do CH.

Ter coerência na defesa dos direitos humanos é saber, como eu soube muitas vezes, que vamos deixar zangados os do nosso lado político. Ter coragem política é saber que vamos ser criticados pelos nossos. Vir aqui não falar de um Trump, que trocou um ditador por uma *apparatchik*, não mudou absolutamente mais nada e, basicamente, o petróleo que era roubado por uns agora é roubado por esses mais Trump, é revelar que não se tem coragem nenhuma na defesa dos direitos humanos e não se sabe defender os direitos humanos, seja contra a esquerda...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para uma intervenção.

Protestos do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Deviam ter tomado notas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não falo com assessores!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Hipócrita!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Volta, Isabel, estás perdoada!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,... É preciso ter paciência!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, são quase 8 horas da noite, mas pelos vistos a bancada do Chega quer ficar até às 9 horas.

O Sr. **Presidente**: — É verdade. Srs. Deputados, faltam 7 minutos para o Futebol Clube do Porto começar a jogar e eu gostava de ir ver...

Risos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Já não há vergonha nenhuma. Tem petróleo, tem terras raras, tem lítio, os impérios vão lá e tomam conta. Trump manda atacar a Venezuela para controlar o petróleo, ameaça a Europa porque quer Gronelândia, negocia com Putin o saque das terras raras na Ucrânia, financia o genocídio na Palestina, ataca o Irão, desestabiliza o Médio Oriente, o Golfo Pérsico, quer ficar com o Estreito do Ormuz.

O que conta é a força. Espalham a desordem e o caos, e as pessoas comuns é que pagam a fatura. Sobe o preço do gasóleo e da gasolina, a eletricidade fica mais cara, os preços dos bens essenciais são afetados, sobem os juros do crédito à habitação. O aumento do custo de vida é uma autêntica taxa de guerra.

Portugal não pode ser cúmplice de guerras ilegais nem da desestabilização internacional. O interesse nacional e europeu é defender o respeito mútuo entre os Estados e proteger as pessoas da subida dos preços. Espanha, Irlanda, Bélgica e Áustria estão contra esta insanidade da guerra. Portugal deve ter exatamente a mesma coragem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, três meses passaram desde a operação militar norte-americana que pôs fim aos 13 longos anos da ditadura de Nicolás Maduro.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Foram 13 anos de violência sobre a população tiranizada e indefesa. Treze anos de repetidas fraudes eleitorais, de estrangulamento das liberdades, de morte, de fome, de crise humanitária e de miséria.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Nicolás Maduro e o chavismo levaram ao precipício toda uma nação. Só sob Nicolás Maduro, 9000 venezuelanos terão sido executados extrajudicialmente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sob Nicolás Maduro, oito milhões de venezuelanos tornaram-se refugiados, isto para não falar em presos políticos. Esta é a realidade do chavismo-madurismo.

Sr. Deputado, o Bloco de Esquerda apresenta hoje à Câmara um projeto de resolução que atribui à intervenção norte-americana a autoria, cito, «da instabilidade gerada». É certo que nesta fase de decadência do Bloco, o Deputado Fabian Figueiredo até já nos traz iniciativas escritas pelo *ChatGPT*.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Mas isso, por si só, não é desculpa para tanta desinformação e para um tão espantoso rolo de disparates.

Sr. Deputado, aqui, os soberanistas somos nós e o internacionalista é o senhor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Mas não aceitamos que se use o princípio da soberania como máscara para a convivência com as ditaduras sanguinárias e a cleptocracia, nem o direito internacional para as proteger contra os povos.

Aplausos do CH.

Por isso pergunto: se fosse pelo Bloco, quanto mais tempo deveria a comunidade internacional ter tolerado os crimes de Maduro sobre o povo venezuelano? Mais 10? Talvez mais 50?

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, sabemos o que o move. Assumam, o Bloco não é pela soberania, o Bloco é por Maduro. Pelo menos o Partido Comunista, nisso, sendo detestável, é mais honesto.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem 58 segundos para responder.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, nem sabe o quão grato estou pela pergunta que me colocou, porque vários de nós aqui se recordam de quando a sua bancada teve de copiar um projeto da minha bancada para se solidarizar com a Ucrânia contra a invasão russa.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — É verdade!

Aplausos do L.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não sei se foi o Sr. Deputado, assessor na altura, que o escreveu, o responsável por esse *copy-paste*.

Nós estimamos muito a evolução tecnológica e a inteligência artificial, mas temos as nossas próprias ideias, somos coerentes. Nunca precisámos de copiar o Chega para tomar uma posição autónoma em matéria de política internacional. Percebo que seja difícil à vossa bancada criticar Vladimir Putin, porque se sentam ao lado dos seus aliados no Parlamento Europeu.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Agora, há uma segunda coisa que também é particularmente difícil a V. Ex.^{as}: criticar Donald Trump.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — És mentiroso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Qualquer invasão de Donald Trump é justificada pela vossa bancada. Qualquer violação dos direitos humanos na Hungria é justificada pela vossa bancada.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — És mentiroso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E, curiosamente, não lhe ouvi uma palavra em relação ao Governo de Delcy Rodríguez. Parece que não existe. É Chávez e Maduro. Porque qual é a dificuldade de criticar as novas autoridades venezuelanas, legitimando...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Agradeço a pergunta!

O Sr. **Presidente**: — Já ficou clara, também, a resposta.
Vamos agora para a intervenção do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.
Faça favor.

Protestos do BE e contraprotestos do CH.

Sr. Deputado, agora é o Sr. Deputado Filipe Sousa. Já passou, já passou.
Faça favor, Sr. Deputado, inicie a sua intervenção que o Hemiciclo silencia-se. Faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: o que hoje discutimos não é apenas política externa, é uma questão de dignidade humana.

A verdade é que a Venezuela viveu e vive, há demasiado tempo, refém de um regime que destruiu instituições, calou vozes livres e empurrou milhões para a pobreza e para o exílio. Não podemos fingir naturalidade perante um sofrimento tão evidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Portugal tem responsabilidade acrescida, não só pelos valores que defende, mas também pelos milhares de portugueses e lusodescendentes que vivem esta realidade, no terreno, e também por todos aqueles que ainda continuam presos e anseiam, a todo o momento, a sua libertação.

Este Parlamento não pode ser ambíguo. Tem de assumir um compromisso com os valores fundamentais que definem as democracias, o respeito pelos direitos humanos, pelo Estado de direito e pela vontade soberana dos povos. Por isso, defender a democracia na Venezuela é defender aquilo que somos enquanto País, um Estado

de direito livre e solidário. E é também dizer com clareza que não há neutralidade possível quando os direitos fundamentais estão em causa.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Paulo Neves, do PSD.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A questão da Venezuela tem merecido uma enorme atenção por parte do PSD nos últimos anos. Estamos a falar de um país onde residem centenas de milhares de portugueses e de lusodescendentes. É, por isso, que acompanhar a nossa comunidade na Venezuela é uma prioridade da política externa portuguesa e também do PSD.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Aquando dos mais recentes acontecimentos no país, o Governo português, e bem, foi muito claro nas suas prioridades: garantir a segurança dos portugueses e a segurança dos seus bens. Felizmente, entre a nossa comunidade, não houve vítimas. Podemos, assim, garantir que o Estado português não falhou. O nosso Governo da República, o Governo da Madeira, a embaixada em Caracas e os nossos consulados na Venezuela acompanharam de perto, e 24 horas por dia, os portugueses e os lusodescendentes na fase de maior angústia e incerteza. Houve uma ligação direta à nossa comunidade e aos seus representantes. Exigimos também, e imediatamente, a libertação dos presos políticos com nacionalidade portuguesa. Fomos, felizmente, bem-sucedidos, mas mantemos uma atenção e uma pressão máxima nesta matéria.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo português, logo após os acontecimentos, manteve uma coordenação com outros países da União Europeia, em especial com a Espanha e com a Itália, dois países, como Portugal, com uma grande comunidade na Venezuela. Também fomos sempre muito claros: a Venezuela deve regressar à democracia e, através da democracia, encontrar as soluções para os seus próprios problemas e desafios. Nós somos a favor da soberania do povo da Venezuela na escolha do seu futuro.

Sr. Presidente, as recomendações em discussão dizem o seguinte: uma, recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime na Venezuela. Pois a verdade é que o Governo português nunca, mas nunca, reconheceu os resultados dos últimos atos eleitorais no país. Denunciámos sempre essas eleições, fossem as legislativas ou as presidenciais.

Outra recomendação fala em reforço dos apoios à comunidade portuguesa. Pois é exatamente isso que temos feito nos últimos anos: temos reforçado os meios humanos, os meios técnicos e os apoios no terreno. Também lembro que tudo fizemos para restabelecer as ligações aéreas entre a Venezuela e Portugal, e isso irá acontecer, já muito em breve, no final deste mês.

Outra recomendação fala na libertação dos presos políticos. Pois esta tem sido uma prioridade, de há muito, para o Governo e para o PSD aqui na Assembleia da República, através de um trabalho evidente, mas por vezes, discreto, cujo objetivo final tem sido conseguido.

Outra recomendação em análise fala em eleições livres e numa solução de paz. Foi exatamente isso que sempre defendemos aqui, no nosso Governo: a soberania do povo da Venezuela na escolha do seu futuro e o respeito pelo direito internacional. Um direito que proteja o povo venezuelano e que o leve a viver em paz, em liberdade, para que recupere rapidamente o crescimento económico.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a nossa prioridade têm sido sempre os portugueses, e nunca agendas ideológicas, egoístas, que não defendem nem os portugueses que vivem na Venezuela, nem os próprios venezuelanos. Fizemos e continuamos a fazer uma diplomacia com eficiência, por vezes discreta, mas sempre com princípios e exigências. Dispensamos o ruído fácil e gratuito, apesar de sermos também bem audíveis quando necessário. E temos sido!

Estamos sempre a encontrar soluções com impacto na nossa comunidade de portugueses e que são muito valorizadas. Apresentamos soluções factíveis, que vão levar à democracia e à liberdade na Venezuela.

Nós respeitamos a soberania venezuelana. Na verdade, temos tido a postura adequada de um país que é amigo, um país respeitador da Venezuela, até porque nunca nos esquecemos de que centenas de milhares de portugueses fazem a Venezuela.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Voltamos a discutir a Venezuela, e todas as vezes que o fizermos serão poucas. Como noutras intervenções, a primeira palavra é para o povo da Venezuela e, em especial, para aqueles que têm nacionalidade portuguesa e que são luso-descendentes.

Há cerca de um mês, falei aqui de vários deles que estavam ainda presos. E volto a fazê-lo, a dizer os seus nomes, porque têm nome,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... têm família, e é assim que devem ser lembrados: Juan Rodrigues,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... Fernando Venâncio, Héctor Ferreira e Adrian de Gouveia. Continuam presos, continuam as suas famílias sem saber quando serão libertados.

Aplausos do CDS-PP, da IL e de Deputados do PSD.

Mas também Jaime dos Reis, Manuel Ferreira, Pedro Fernández e Carla da Silva, que, apesar de terem sido libertados, estão sujeitos a restrições inaceitáveis na situação de quem está em liberdade, de não poderem prestar declarações aos media, de não poderem sair do país e de não poderem contactar com algumas pessoas. Nada disto é aceitável!

É por isso que, com equilíbrio, temos de olhar para a atual situação da Venezuela e dizer claramente: nem está igual ao que estava antes da deposição de Maduro, nem a situação está em ponto em que um país que luta pela liberdade e autodeterminação dos povos, como Portugal, possa aceitar que fique. Portanto, não estando igual ao que estava, está muito longe de estar numa situação que seja aceitável, e Portugal tem de continuar a levantar a sua voz para que isso aconteça.

Este tipo de intervenções, como dissemos há poucos dias sobre o Irão, não podem ser para tirar um aiatola e pôr outro, não podem ser para tirar um comunista e pôr outro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se tiramos um aiatola e pomos outro, ou se tiramos um comunista e pomos outro, estamos apenas a mudar aquilo que é instrumental e a manter aquilo que é essencial. Estamos a manter uma limitação à liberdade do povo e estamos a manter uma limitação à sua autodeterminação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E isto, no caso da Venezuela, é especialmente evidente: a Venezuela teve eleições livres; essas eleições livres tiveram um vencedor, e o vencedor foi Edmundo González Urrutia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... porque impediram Maria Corina Machado de se candidatar. São eles que têm a legitimidade do povo, são eles que devem liderar o país, e só quando Edmundo González e Maria Corina Machado liderarem a Venezuela, só quando os presos políticos forem libertados, só quando todos puderem viver em liberdade é que, aí sim, a Venezuela mudou — e todos vamos lutar para que mude mesmo!

Aplausos do CDS-PP, do CH, do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Catarina Louro, do Partido Socialista, para uma intervenção, dispõe de 2 minutos e 8 segundos. Faça favor.

A Sr.^a **Catarina Louro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Convém dizer, logo no início da nossa intervenção, que a ordem internacional, assente em regras, é para o Partido Socialista um pilar essencial da paz, da segurança coletiva e, naturalmente, da convivência entre os Estados.

Para nós, a Organização das Nações Unidas e a sua Carta — é lá que encontramos a base jurídica desta ordem internacional —, mesmo com as suas imperfeições, continua a ser a melhor garantia contra a lei do mais forte. E esta posição não implica qualquer ambiguidade em relação ao regime de Nicolás Maduro, pelo contrário. Condenamos de forma inequívoca a ausência de legitimidade democrática, as irregularidades eleitorais, as violações dos direitos humanos, e reconhecemos desde sempre que a crise venezuelana é profunda e prolongada.

Da mesma forma, não alimentamos qualquer ilusão sobre esta intervenção. Aliás, pelas decisões e declarações subsequentes, percebemos que a democracia não era de facto o eixo central. Mas há uma clara prioridade — penso que todos o partilhamos — que não pode ser secundarizada, e que tem precisamente a ver com a proteção da comunidade portuguesa, com a sua segurança, com os seus direitos e com a sua dignidade. E essa preocupação é, hoje em dia, particularmente concreta.

Apesar de todas as libertações recentes, continuam a existir cidadãos luso-venezuelanos detidos por razões políticas. Aliás, o próprio Governo português reconheceu a existência de vários casos e está a acompanhar essa situação, mas continuamos ainda, infelizmente, com cidadãos detidos.

Depois, há mais portugueses, além destes cidadãos, que precisam do reforço do apoio do Governo português, e é isso que propomos hoje: mais ação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a solução para a Venezuela não virá de fora e não virá pela força. Ela deve resultar de um processo político, pacificado, negociado, que envolva diálogo e conduza a eleições livres, transparentes e credíveis, mas infelizmente não é a isso que estamos a assistir neste momento.

Portugal deve estar no local onde sempre esteve e defender aquilo que sempre defendeu: o direito internacional, o compromisso com o multilateralismo e a rejeição inequívoca de intervenções unilaterais. Fazendo sempre isto com a comunidade portuguesa, em especial, no centro da sua ação e, naturalmente, respeito pelo povo venezuelano.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves, do PSD, para uma intervenção, dispondo de 1 minuto e 13 segundos.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, em jeito de balanço, depois de ouvirmos todas as intervenções neste Parlamento, penso que é justo enviarmos uma mensagem, quase como resumo, à nossa comunidade portuguesa na Venezuela, afirmando que não estão abandonados,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — ... e este debate na Assembleia da República é exatamente um sinal disso. Não há portugueses de primeira nem de segunda, todos são portugueses de primeira,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — ... incluindo, naturalmente, os nossos imigrantes que vivem uma situação difícil na Venezuela.

Penso também que é justo, Sr. Presidente, reafirmar que a Assembleia da República tem acompanhado com uma enorme proximidade esta questão. O Governo português também, o Parlamento da Madeira também e o Governo Regional da Madeira também.

Penso que esta é uma boa mensagem que mandamos para a Venezuela e para os portugueses que aí vivem,...

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — ... uma mensagem de respeito pela soberania da Venezuela; de que queremos a libertação de todos os presos políticos na Venezuela, naturalmente com uma atenção especial àqueles que são portugueses; e de que a nossa comunidade continua a ser acompanhada pelos órgãos de soberania da República.

É um orgulho poder dizer isto, porque sei que é exatamente isto que todos acompanhamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, que tem 2 minutos para intervir.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, este era um debate sobre o futuro da Venezuela, sobretudo. Aquilo que se discute agora, em face das circunstâncias, é se é aceitável que tudo fique na mesma sob a aparência de ter mudado alguma coisa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Isso para nós é absolutamente inaceitável, e incluo nessa visão que temos a ideia de que quando algumas instâncias, algumas entidades, responsáveis da própria União Europeia dizem que este é o momento de levantar ou diminuir as sanções à Venezuela, porque no lugar de Maduro está Delcy, isso não faz nenhum sentido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O regime é o mesmo,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... as práticas são as mesmas, a falta de liberdade é a mesma! A Venezuela merece mudar e terá nesta bancada, seguramente, um forte apoio a que essa mudança se faça, no respeito estrito da vontade dos venezuelanos.

Este é então, sobretudo, um debate sobre o futuro da Venezuela, dos venezuelanos, um debate de solidariedade, também, com a vasta comunidade luso-venezuelana.

É evidente que tivemos aqui algumas sinalizações de virtude, pessoas que nos vieram descrever a limpidez do seu percurso ao longo de décadas. Mas essas mesmas pessoas esquecem que estão ao lado daqueles que apoiaram Maduro ao longo de anos e, portanto, é uma posição absolutamente hipócrita.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Porque para a Venezuela manifestaram a sua posição, mas estão desejosos de fazer entendimentos, como revelaram em Lisboa,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! É verdade!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... com o PCP — algozes também, cúmplices também de Nicolás Maduro!...

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! É verdade!

Protestos do L.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, sem hipocrisias, sem sonsices: pela Venezuela, *hasta el final*. Pela liberdade, *hasta el final*!

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não diz uma palavra sobre Trump, Rui Rocha!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, uma forma vibrante de terminarmos o debate.

Agradeço ao Sr. Deputado Rui Rocha ter dado este incentivo energético para terminarmos o debate, lembrando que a nossa ordem do dia de amanhã começa às 10 horas e que a mesma já foi devidamente distribuída e está disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Boa noite, até amanhã.

Eram 20 horas e 15 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.